



**REGINA ALVES DA
SILVA AFONSO**

**O PARQUE NATURAL DE MONTESINHO E A
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**



Universidade de Aveiro
2012

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do
Território

**REGINA ALVES DA
SILVA AFONSO**

**O PARQUE NATURAL DE MONTESINHO E A
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho aos meus pais e ao meu marido pelo incentivo e motivação e à minha Matilde por me obrigar a descansar com a sua forma peculiar.

“No que respeita ao paradigma ambiental, a paisagem é um cenário de conflitos, de tensões entre diferentes actores com diferentes perspectivas da mesma realidade, com diferentes territórios dentro do mesmo espaço geográfico, com diferentes valores e diferentes instrumentos de afirmação, mas também com diferentes objectivos.”

João Fernandes (2008, p.4)

O júri

Presidente:

Doutor Paulo António dos Santos Silva
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Vogais:

Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientador)

Doutora Maria de Fátima Lopes Alves
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (arguente)

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar à minha família pelo apoio, preocupação e incentivo para levar esta dissertação a bom porto.

Ao meu marido pela ajuda na pesquisa de bibliografia, como interlocutor para a realização das entrevistas, como guia nos muitos quilómetros que fizemos pelo Parque Natural de Montesinho, como revisor de textos e como crítico. Obrigada pelo estímulo constante, pelas ideias, pela paciência e carinho.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, pela disponibilidade, orientação, liberdade de iniciativa e sentido crítico, indispensáveis para que este estudo pudesse “ver a luz do dia”.

Agradeço igualmente ao Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território e em especial ao Dr. Pedro Rui do secretariado do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, pela prontidão em ajudar e esclarecer todas as dúvidas sobre prazos e as burocracias inerentes ao término da dissertação de Mestrado.

O meu especial reconhecimento à Câmara Municipal de Bragança, às Juntas de Freguesia de Donai, Parâmio, Espinhosela, Gondesende e Castro de Avelãs, à Associação de Caça e Pesca de Donai e à Associação Montesinho Vivo pela prontidão em colaborar para a dissertação através das suas palavras e opiniões que foram deveras importantes.

Por fim agradeço aos meus amigos e aos colegas da Universidade de Aveiro, em especial ao Carlos, Ana Oliveira e Ana Neto, pelo encorajamento pelos bons momentos, sorrisos e ajuda principalmente nos momentos de maior desânimo.

Palavras-chave

Desenvolvimento local, áreas protegidas, meio rural, estratégias, conflitos, Parque Natural de Montesinho, comunidade local.

Resumo

O presente estudo originou uma investigação sobre o desenvolvimento local em Áreas Protegidas, focalizando o espaço rural em que o Parque Natural de Montesinho foi criado.

Uma revisão bibliográfica possibilitou uma maior compreensão do contexto internacional e nacional da criação de Áreas Protegidas, permitindo igualmente o entendimento destas num contexto de desenvolvimento local e rural, dos benefícios e conflitos que podem surgir desta simbiose.

Reportando para o caso de estudo, o Parque Natural de Montesinho, para além de toda a caracterização legal, geográfica e socioeconómica, analisamos a estratégia de gestão, através do seu regulamento e a percepção de alguns actores locais (obtida em entrevistas) sobre o impacte do parque para o desenvolvimento deste território.

Tendo por base toda esta caracterização e análise empírica, surgiram um conjunto de questões, cuja reflexão levou-nos em busca de outras fontes de informação e a um olhar mais profundo e crítico ao território que tem tanto de natural como de antrópico. Sem nunca esquecer que o objectivo de protecção da natureza só é possível com o envolvimento das populações locais.

Keywords

Local development, protected areas, rural environment, strategies, conflicts, Montesinho National Park, local community.

Abstract

The present study led to an investigation about local development in protected areas, focusing on rural areas, where the Montesinho Natural Park was created.

A literature review has enabled a greater understanding of national and international context of the creation of protected areas, allowing also the understanding of these in the context of local and rural development, benefits and conflicts that may arise from this symbiosis.

Referring to the case study, the Montesinho Natural Park, in addition to the legal, geographic and socio-economic characterization, we analyse the management strategy, though its rules and the perception of some local actors (obtained in interviews) on the impact of the park for the development of this territory.

Based on all this characterization and empirical analysis, came out a number of questions, whose thinking has led us to seek other sources of information and a look deeper and critical to the territory, that is as natural as anthropogenic. Never forgetting that the purpose of protection of nature is only possible with the involvement of the local people.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS.....	ii
ÍNDICE DE QUADROS.....	ii
ÍNDICE DE GRÁFICOS	iii
LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS	iii
 INTRODUÇÃO	 1
 CAPÍTULO I – AS ÁREAS PROTEGIDAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UTOPIA OU REALIDADE?	 3
1.1. O CONCEITO DE ÁREA PROTEGIDA NO MUNDO	3
1.2. ÁREAS PROTEGIDAS EM PORTUGAL, DEFINIÇÃO E REGIME LEGAL	7
1.3. OS PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	12
1.4. O DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEITO E DESAFIOS.....	19
1.5. A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ÁREAS PROTEGIDAS: HARMONIA OU CONFLITO?	21
 CAPÍTULO II - O PARQUE NATURAL DE MONTESINHO: ESPAÇO LEGAL, GEOGRÁFICO E SOCIAL	 32
2.1A GÉNESE DO PARQUE NATURAL DE MONTESINHO	32
2.2.DELIMITAÇÃO E ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO.....	34
2.3. REGULAMENTAÇÃO LEGAL.....	40
2.4. DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÓMICO DO PNM	46
 CAPÍTULO III - O IMPACTE DO PNM NO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO GEOGRÁFICO E SOCIAL: REFLEXÕES	 59
 CONCLUSÕES	 79
 BIBLIOGRAFIA	 82
 ANEXOS	 I

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo das Áreas Protegidas de Exclusão e das Áreas Protegidas Integradoras, de acordo com as acções e o respectivo envolvimento com as populações humanas	6
Figura 2 - Carta de Portugal Continental com a RNAP	11
Figura 3 – Carta de Enquadramento do PNM	38
Figura 4 – Carta de unidades de Paisagem do PNM	39
Figura 5 – Carta de Zonamento do POPNM	43
Figura 6 – Densidade populacional, por freguesias, no PNM em 2001	48
Figura 7 – Logótipo do PNM	59
Figura 8 – Parque Eólico Espanhol junto à fronteira	62
Figura 9 – Casa-Abrigo de Soutelo	65
Figura 10– Casa-Abrigo do Castro.....	66
Figura 11 – Casa-Abrigo da Lama Grande (exterior)	66
Figura 12 – Casa-Abrigo da Lama Grande (interior)	67
Figura 13 – Casa-Abrigo da Lama Grande (interior)	67
Figura 14 – Casa da Pousada da Lama Grande	68
Figura 15 – Casa do Guarda do Viveiro de França	68
Figura 16 – Antigo Viveiro de trutas em França	69
Figura 17 – Um dos placares de informação na área do PNM	70
Figura 18 – Informação sobre a Geologia e Paisagem em Montesinho	71
Figura 19 – Rota Parques com Vida – Montesinho	72

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Diagrama-resumo das diversas categorias de Áreas Protegidas	9
Quadro 2 – Quadro-Resumo das estratégias de desenvolvimento local	16
Quadro 3 – O Novo Paradigma Rural	21
Quadro 4 – Aldeias e freguesias dos concelhos de Bragança e Vinhais que integram o PNM	36
Quadro 5 – Actividades de Turismo de Natureza no PNM	44
Quadro 6 – Variação da População Residente do concelho de Bragança no PNM por grupos etários.....	52

Quadro 7 – Variação da População Residente do concelho de Vinhais no PNM por grupos etários.....	53
--	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de ocupantes dos abrigos de montanha do PNM.....	45
Gráfico 2 –Evolução da população dos concelhos de Bragança e Vinhais integrada no Parque Natural de Montesinho entre 1960 e 2011	49
Gráfico 3– População residente nas freguesias de Bragança inseridas no Parque Natural de Montesinho (1960-2011)	50
Gráfico 4– População residente das freguesias do Concelho de Vinhais inseridas no Parque Natural de Montesinho (1960-2011)	51
Gráfico 5– População Residente no PNM empregada por sectores de actividade em 1991 e 2001.....	54
Gráfico 6 – População residente nas freguesias do concelho de Bragança inseridas no PNM empregadas no Sector Primário (1991 e 2001).....	55
Gráfico 7 – População residente nas freguesias do concelho de Vinhais inseridas no PNM empregadas no Sector Primário (1991 e 2001).....	55
Gráfico 8 – População residente nas freguesias do concelho de Bragança inseridas no PNM empregadas no sector secundário (1991 e 2001).....	56
Gráfico 9 – População residente nas freguesias do concelho de Vinhais inseridas no PNM empregadas no Sector Secundário (1991 e 2001).....	56
Gráfico 10 – População residente nas freguesias do concelho de Bragança inseridas no PNM empregadas no sector terciário (1991 e 2001).....	57
Gráfico 11 – População residente nas freguesias do concelho de Vinhais inseridas no PNM empregadas no Sector Terciário (1991 e 2001)	57

LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS

BTT – Bicicleta Todo-o-Terreno
CDB – Convenção para a Diversidade Biológica
CEE – Comunidade Económica Europeia
CMAP – Comissão Mundial para as Áreas Protegidas
CMB – Câmara Municipal de Bragança
CoraNe – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina
CPN – Comissão de Parques Nacionais

DL – Decreto-Lei
DPH – Domínio Público Hídrico
DR – Diário da República
EIA – Estudo de Impacte Ambiental
EUA – Estados Unidos da América
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FMI – Fundo Monetário Internacional
GIPS – Grupo de Intervenção, Protecção e Socorro
ha – hectare
ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade
I&D – Investigação e Desenvolvimento
JF – Junta de Freguesia
NUT – Nomenclatura de Unidade Territorial
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Política Agrícola Comum
PNUA – CMMC – Programa das Nações Unidas para o Ambiente – Centro Mundial de Monitorização para a Conservação
PME – Pequenas e Médias Empresas
PN – Parque Natural
PNM – Parque Natural de Montesinho
POPNM – Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho
PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural
QTA – Qualificação do Turismo Activo
RAN – Reserva Agrícola Nacional
REN – Reserva Ecológica Nacional
RFCN – Rede Fundamental de Conservação da Natureza
RIDER – Rede para o Acesso à Inovação das Empresas Rurais
RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SIVETUR – Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica
SNAC – Sistema Nacional de Áreas Classificadas

SNPRCN – Serviço Nacional de Parques, Reserva e Conservação da Natureza

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TIME PYME – Tempo para o Desenvolvimento Tecnológico Empresarial das PME's

TT – Todo-o-Terreno

UE – União Europeia

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZEC – Zonas Especiais de Conservação

ZPE – Zonas de Protecção Especial

INTRODUÇÃO

A temática deste trabalho resulta do somatório de dois temas: as Áreas Protegidas e o desenvolvimento local. Tentamos explorar estes dois conceitos e a ligação que se pode estabelecer entre eles num espaço muito específico, o Parque Natural de Montesinho (PNM). Se por um lado analisamos os aspectos mais teóricos e gerais das Áreas Protegidas e do desenvolvimento local, por outro procuramos estudar o “nosso” território em diferentes prismas, enquadrando sempre a questão fundamental, é viável a promoção do desenvolvimento local numa Área Protegida como o PNM?

Como Lima, *et al* (2007) afirmam se o “*desenvolvimento local contempla aspectos que se situam muito além da simples dimensão económica, pois busca atingir o conjunto do desenvolvimento social, ambiental, cultural e político, ou seja o desenvolvimento em escala humana*”, como enquadrar o seu papel nas Áreas Protegidas nos dias de hoje? Actualmente espera-se que as Áreas Protegidas contribuam para o desenvolvimento regional e local, vendo a maioria dos autores que se debruçam sobre a matéria um impacto positivo das Áreas Protegidas sobre o desenvolvimento local. No entanto, não há unanimidade, como bem o demonstram Getzner e Jungmeier (2002), que não consideram esta correlação garantida.

Apesar dos benefícios reconhecidos da implantação de uma Área Protegida para as comunidades locais, como é o caso da educação ambiental; turismo sustentável; *marketing* regional; emprego; uso sustentável do solo; serviços ambientais e protecção da biodiversidade, entre outros (Stolton, 2009, p. 10), nem sempre estes benefícios são atingidos ou mesmo reconhecidos.

Assim sendo, com este estudo propusemo-nos a atingir três objectivos essenciais, nomeadamente compreender o conflito latente entre as Áreas Protegidas e as populações locais, principalmente no caso do PNM; perceber como o desenvolvimento local pode ser posto em prática em locais abrangidos pela RNAP; apreender a dinâmica e o funcionamento do PNM, o seu impacto no território e a relação com os poderes locais e os demais actores locais.

A metodologia seguida no âmbito da nossa investigação integrou basicamente três fases. A primeira fase baseou-se essencialmente no recurso à revisão da literatura e documentos oficiais no que diz respeito às matérias de desenvolvimento local e mesmo rural e as Áreas Protegidas, a nível internacional (que incluiu a busca de casos práticos de sucesso) e nacional. A segunda fase foi a busca de informação sobre o PNM cuja

literatura é bastante exígua, legislação, documentos oficiais, como o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho (POPNM), o seu Regulamento, Programa de Execução, Relatório de Caracterização do território, teses de Mestrado e Doutoramento e alguma informação encontrada em sítios *online*. Ainda nesta fase procedemos também à compilação de alguns dados estatísticos fundamentais para a caracterização das dinâmicas socioeconómicas e geográficas do nosso território.

Finalmente na terceira fase partimos para algum trabalho de campo, designadamente a observação do meio, quer social, patrimonial ou ambiental, para além da busca contínua de literatura que pudesse aprimorar a nossa investigação, que nesta fase se debruçou sobre o tipo de desenvolvimento local no PNM e os conflitos entre as actividades humanas e a protecção da biodiversidade local. Esta fase foi a que maior dificuldade nos suscitou, essencialmente por falta de bibliografia e estudos oficiais.

Para sustentar as nossas reflexões apoiamo-nos também na análise crítica do Relatório de Discussão Pública do POPNM; estudos, projectos e acções realizadas e propostas pelo PNM (seguindo o sítio da Internet do ICNB); notícias publicadas em meios de comunicação nacional, regional e local sobre o PNM, directa ou indirectamente e por fim procedemos ao contacto com algumas entidades para uma entrevista informal (que não tem a pretensão de servir como amostra estatística), nomeadamente às Câmaras Municipais de Bragança e Vinhais, a Juntas de Freguesias (foram definidas duas freguesias rurais, duas com área no parque e área no perímetro urbano e uma freguesia com toda a sua área no parque e que disponha de turismo rural/habitação, neste caso Gondesende e Parâmio, Donai e Castro de Avelãs e Espinhosela), à nova administração do PNM, associações de caça, particularmente a de Donai, e Montesinho Vivo (Associação de Defesa e Promoção do PNM). Todavia apesar da insistência no contacto com a Câmara Municipal de Vinhais e com a direcção do PNM, não obtivemos qualquer resposta, ficando essa lacuna na tentativa de obter mais informação sobre a realidade da Área Protegida em questão e da relação com os diferentes actores.

Desta forma a presente dissertação encontra-se estruturada em três grandes capítulos. No primeiro capítulo debruçamo-nos sobre o conceito de Área Protegida a nível internacional e nacional, no caso de Portugal abordamos a legislação que contempla a RNAP; ainda neste capítulo incidimos nos princípios do desenvolvimento local e rural e na relação (conflituosa ou harmoniosa) entre as Áreas Protegidas e o desenvolvimento local, apontando algumas questões-chave a desenvolver no último capítulo. No segundo capítulo, o caso de estudo, delineamos a génese do PNM, os aspectos legais, com a

introdução do POPNM e o seu regulamento e finalmente a caracterização do território e o diagnóstico demográfico e económico da população que vive nesta área. Por fim no último capítulo reflectimos sobre o confronto entre o PNM (e o seu impacte) e o desenvolvimento deste território tão específico, no que concerne os aspectos económico, social e natural.

CAPÍTULO I: AS ÁREAS PROTEGIDAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UTOPIA OU REALIDADE?

“As áreas protegidas não devem ser concebidas como ilhas de conservação isoladas do contexto social, cultural e económico no qual estão inseridas” (Recomendação 5.29, V Congresso Mundial de Parques da IUCN).

1.1. O CONCEITO DE ÁREA PROTEGIDA NO MUNDO

Segundo Carvalho (2000) o movimento conservacionista do século XIX, que impeliu a multiplicação de Áreas Protegidas, despertou no seguimento do conceito de *monumento natural* de Humbolt, que se podia entender como uma paisagem ou um valor natural que deveria ser alvo de protecção. Desde a criação do Parque Nacional Americano de Yellowstone em 1872, a perda global de flora e fauna adensou-se e a resposta da sociedade ocidental foi a proliferação de áreas protegidas e no caso do continente europeu destacamos o pioneirismo da Suécia, com alguns dos primeiros parques nacionais em 1910 (Fernandes, 2005, p.139). As organizações internacionais para a conservação e as instituições académicas ajudaram no desenvolvimento das Áreas Protegidas, mas os grandes impulsionadores neste campo foram a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e a antiga Comissão de Parques Nacionais (CPN), actualmente designada como Comissão Mundial para as Áreas Protegidas (CMAP).

As áreas protegidas, actualmente, representam, segundo a UICN, uma das formas mais significativas de uso do solo no mundo. Desde os anos 70 do século XX que a rede de Áreas Protegidas tem vindo a crescer, tendo mais de 120 000 áreas consignadas, cobrindo aproximadamente 12% da superfície terrestre. Todavia muitos destes espaços que ganharam um estatuto de protecção (em alguns casos com barreiras

de protecção concretas e noutros apenas institucionais), o seu resultado prático revelou-se ser mais uma classificação formal do que uma protecção efectiva (Fernandes, 2005, p.123).

Mas como definir uma Área Protegida? Existem diversas noções, reconhecidas internacionalmente, como é o caso da usada pela UICN, que descreve uma Área Protegida como sendo “*um espaço geográfico claramente definido e reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros, para alcançar a conservação da natureza a longo prazo, assim como os serviços dos ecossistemas e os valores culturais*”. Já a Convenção para a Diversidade Biológica (CDB) vê as Áreas Protegidas como sendo “*áreas geograficamente definidas, que são designadas ou reguladas e geridas para atingirem determinados objectivos de conservação*”. Por fim o Programa para o Ambiente das Nações Unidas do Centro Mundial de Monitorização para a Conservação (PANU – CMMC) acordou que uma Área Protegida é “*uma área de terra e ou mar especialmente dedicada à protecção e à continuação da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, gerida através de meios legais efectivos*”. Este programa tem vindo a identificar e compilar informação sobre as Áreas Protegidas a nível mundial desde 1981, produzindo mapas e bases de dados. A diversidade de Áreas Protegidas à escala mundial resulta não só da sua localização mas também do tipo de gestão e modos de financiamento (Fernandes, 2005, p. 144).

A UICN, através da Comissão Mundial para as Áreas Protegidas (CMA), desenvolveu, em 1994, as actuais sete categorias, que definem as Áreas Protegidas conforme os seus objectivos de gestão, e são reconhecidas internacionalmente, incluindo a ONU. Estas categorias permitem comparações entre Áreas Protegidas de diferentes países. Deste modo as categorias organizam-se numa escala decrescente a nível de restrições, sendo a primeira categoria a mais restritiva:

- Ia) *Reserva Natural Restrita* (para fins científicos);
- Ib) *Área Selvagem* (para a protecção da vida selvagem);
- II) *Parque Nacional* (associado à protecção dos ecossistemas e recreação);
- III) *Monumento Natural com características específicas*;
- IV) *Área de Gestão de Habitats/Espécies*;
- V) *Paisagem Protegida* (que inclui as áreas marítimas);
- VI) *Área Protegida* (para o uso sustentável dos recursos naturais).

Todavia, originalmente a UICN criou 4 categorias, que eram: *Parque Nacional*, *Reserva Natural Restrita*, *Reserva Florística* e a *Reserva com Proibição de Caça e*

Recolha. Phillips (2007) refere que estas categorias reflectiam a conservação da natureza e o protecçãoismo, como objectivo primordial com a menor intervenção antrópica. Aliás, até há poucas décadas atrás, as estratégias de gestão das Áreas Protegidas passavam pela preservação da biodiversidade através de abordagens “proteccionistas”, visto que na maioria dos países, as Áreas Protegidas estão sob tutela dos governos e com acesso limitado, para além do turismo. Em 1978 surgiu uma nova nomenclatura, reflectindo a ideia de “*gestão sustentável*” dos recursos naturais, através da introdução dos conceitos de *reserva de recursos*, *reserva antropológica* e *áreas com múltiplos usos*. Iniciando-se um reconhecimento das necessidades das comunidades locais inseridas nas Áreas Protegidas (PNUA-CMMC, 2008; p.7).

Segundo Naughton-Treves *et al* (2005) “*actualmente espera-se que as Áreas Protegidas contribuam directamente para o desenvolvimento nacional e para a redução da pobreza*”. No seguimento das várias divisões ou categorias de espaços protegidos no que diz respeito ao maior ou menor conservadorismo ou integração com as populações e no desenvolvimento local, Fernandes (2005) sistematiza as Áreas Protegidas num modelo de *Áreas Protegidas de Exclusão e de Integradoras* (ver figura n.º1).

Relativamente à distribuição mundial das Áreas Protegidas, segundo dados de 2006, o conjunto de países desenvolvidos tem uma proporção maior de território protegido que os países em desenvolvimento, de cerca de 14% para 10%, respectivamente. Todavia nos últimos anos, a criação de Áreas Protegidas nos países em desenvolvimento tem aumentado significativamente, assim como a extensão das mesmas, que já ultrapassa, em área territorial, o conjunto de Áreas Protegidas dos países desenvolvidos.



Figura 1: Modelo das Áreas Protegidas de Exclusão e das Áreas Protegidas Integradoras, de acordo com as acções e o respectivo envolvimento com as populações humanas.

Fonte: Fernandes, 2005.

De igual modo é de assinalar que na última década as Áreas Protegidas classificadas como categoria V e VI (Paisagem Protegida e Área Protegida respectivamente) têm tido um crescimento assinalável, representando 15% do total. Como a restrição nestas áreas é menor, há quem as veja como principal propósito o uso dos recursos em proveito da comunidade, pondo um pouco de lado a conservação. Apesar das categorias I e II (Reserva Natural ou Área Selvagem e Parque Nacional propriamente), com usos restritos, serem necessárias para a protecção dos ecossistemas, a mudança no sistema de classificação é considerada positiva por muitos autores, face ao aumento da população mundial e dos conflitos inerentes com a natureza. Porém há falta de dados, de uma forma geral, sobre o número total de pessoas que vivem em áreas protegidas.

Borrini-Feyerabend (2007) considera que o actual sistema de classificação não define a propriedade ou a autoridade responsável pela gestão das diferentes Áreas Protegidas. Em qualquer das 7 categorias atrás referidas (em termos de recursos e terrenos) pode haver uma entidade ou parcerias, que podem ser desde os governos centrais, agências, ONG's, comunidades locais, etc.

Mas há distinções entre as diferentes categorias de Área Protegida, segundo Anderson *et al* (2006), nomeadamente no que diz respeito ao tipo de governança¹ (ver anexo) e propriedade, pois 77% das reservas mundiais são da responsabilidade dos governos dos respectivos países, 11% pertencem às comunidades locais e 12% são propriedade privada. Contudo as Áreas Protegidas, segundo Coad, *et al* (2008), um pouco por todo o mundo mas principalmente nos países em desenvolvimento, estão subaproveitadas, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento local e auto-suficiência destas. Abordaremos este aspecto mais à frente neste capítulo.

1.2. ÁREAS PROTEGIDAS EM PORTUGAL, DEFINIÇÃO E REGIME LEGAL

A preocupação com a protecção de recursos, nomeadamente com a floresta, é patente desde da formação do estado português, como afirma Caldas (1991). O objectivo inicial passava pela preservação da fauna, com fins de caça. A preservação da fauna e flora do nosso país foi evoluindo mas é já no século XX que damos um passo importante para a génese das Áreas Protegidas, principalmente no que diz respeito a legislação. Assim em 1938 o Plano de Fomento Florestal previa a fundação de *Parques Nacionais de Protecção à Natureza* no Gerês, no Barroso e no conjunto montanhoso formado pela Coroa, Montesinho, Deilão e Avelanoso, assim como 9 *reservas integrais* (Caldas, 1991, p.625).

Mas é apenas nos anos 70 do século passado, seguindo a trajectória internacional sobre a importância da protecção e conservação da natureza, quer da fauna e flora, quer das suas paisagens e habitats, que é introduzido no nosso regime jurídico a necessidade de proteger áreas representativas do património natural, através da criação das noções de reserva e parque nacional, com a Lei 9/70 de 19 de Junho, cerca de 100 anos depois da criação do primeiro Parque Nacional do mundo, Yellowstone. Com esta Lei pretendia-se *"promover a defesa de áreas onde o meio natural deva ser reconstituído ou preservado contra a degradação provocada pelo Homem e o uso racional e a defesa de todos os recursos naturais, em todo o território, de modo a possibilitar a sua fruição pelas gerações futuras"*. Todavia o impulso da conservação da natureza com as Áreas

¹ Apresentamos uma das muitas definições para **governança** (a tradução é da nossa responsabilidade): "as tradições e instituições pelas quais a autoridade de um país é exercida para um bem comum, o que inclui (i) o processo em que as autoridades são seleccionadas, monitorizadas e substituídas; (ii) a capacidade de um governo gerir com eficácia os seus recursos e implementar medidas eficientes, e (iii) o respeito dos cidadãos e do Estado pelas instituições que gerem as interacções económicas e sociais entre eles." (Banco Mundial)

Protegidas dá-se em 1971, com a criação do Parque Nacional Peneda-Gerês (Decreto-Lei n.º 187/71).

Em 1976 é aprovado o Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho, que acrescenta à legislação existente sobre as Áreas Protegidas a questão do valor estético e cultural das mesmas. Todavia, apenas com a publicação da Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, são consagrados os conceitos de Área Protegida de âmbito regional e local, cuja gestão estaria a cargo das autarquias locais ou associações de municípios, designadas como **Paisagem Protegida**.

Mas impera-se a necessidade de definir o que a nossa legislação entende por Área Protegida. Assim sendo em 1993 é criada a Lei-Quadro das Áreas Protegidas (Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro), no mesmo ano o artigo primeiro do Aviso n.º 18/93, na alínea 2, refere que *“devem ser classificadas como **Áreas Protegidas** as áreas terrestres e as águas interiores e marítimas em que a fauna, a flora, a paisagem, os ecossistemas ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico, importância científica, cultural e social, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão (...)”*. Na alínea 3 é acrescentado que a classificação das Áreas Protegidas pode ser de domínio público e privado, estas últimas passam a ser designadas como **Sítios de Interesse Biológico** (ver quadro n.º1).

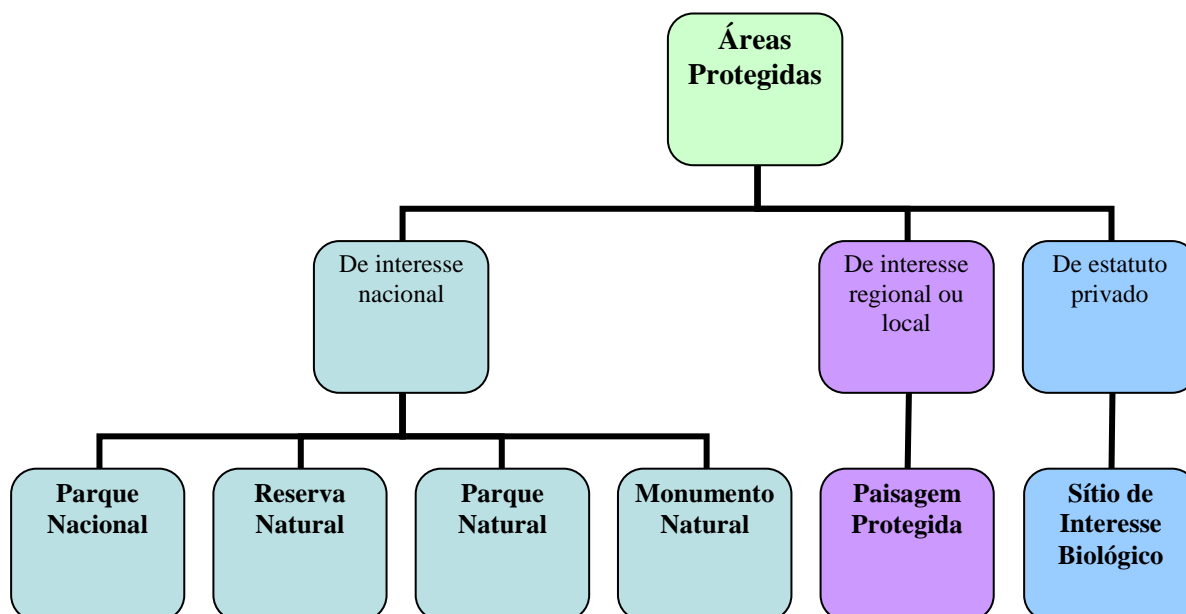
Os objectivos das Áreas Protegidas veiculados neste aviso (artigo 3º) passam por:

- 1- *“A preservação das espécies animais e vegetais e dos habitats naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade, valor científico ou por se encontrarem em vias de extinção.*
- 2- *Recuperação das populações animais e vegetais e dos seus habitats e protecção da fauna migratória.*
- 3- *Preservação dos biótopos e de formações geológicas e afins.*
- 4- *A importância da investigação científica.*
- 5- *Protecção e a valorização das paisagens.*
- 6- *A promoção do “desenvolvimento sustentado” da região, valorizando a interacção entre o meio natural e o humano, e da qualidade de vida das populações.*
- 7- *A valorização das actividades culturais e económicas tradicionais, assente na protecção e gestão racional do património natural.”*

O segundo artigo do referido aviso compreende as diversas categorias que compõem a **Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP)**, que são: o **Parque Nacional** (o único existente é o Peneda-Gerês), **Reserva Natural**, **Parque Natural (P.N.)** e

Monumento Natural. Até ao final de 2009, a RNAP era constituída, no total, por 71 Áreas Protegidas e compreendia cerca de 715 mil ha. A figura n.º 2 expõe um mapa de Portugal Continental com a RNAP.

Quadro 1: Diagrama-resumo das diversas categorias de Áreas Protegidas.



Fonte: Sandra Gonçalves (adaptação), baseado no Decreto-Lei n.º19/93.

O Decreto-Lei 19/93, nos artigos seguintes, define os diferentes domínios de Área Protegida (quer nacional, regional ou privado), que de uma forma resumida, passaremos a expor, com a excepção do Parque Natural, que dedicaremos especial atenção no ponto 2.3. Assim sendo, o artigo 5º descreve **Parque Nacional** como sendo “*uma área que contenha um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais geomorfológicos ou de habitats de espécies com interesse ecológico, científico e educacional. (...) Devendo-se adoptar medidas que evitem a exploração ou ocupação intensiva dos recursos naturais.*”

O artigo 6º debruça-se sobre o conceito de **Reserva Natural**, que é “*uma área destinada à protecção de habitats da flora e fauna. (...) Com a adopção de medidas que permitam assegurar as condições naturais necessárias à estabilidade ou à sobrevivência de espécies (...).*”

Por **Monumento Natural**, o artigo 8º entende ser “*uma ocorrência natural contendo um ou mais aspectos que, pela sua singularidade, raridade ou*

representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e manutenção (...)."

O artigo seguinte descreve **Paisagem Protegida** como sendo *"uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interacção harmoniosa do Homem e da Natureza (...)."*

Finalmente o artigo 10º, expõe o que se entende por **Sítio de Interesse Biológico**, que *"a requerimento dos proprietários interessados, podem ser classificadas áreas protegidas de estatuto privado, com o objectivo de proteger espécies da fauna e da flora selvagem e respectivos habitats naturais com interesse ecológico ou científico."*

Em 1998, surge um novo Decreto-Lei que veio acrescentar mais algumas especificações relativas às Áreas Protegidas., nomeadamente o Decreto-Lei n.º 227/98 de 17 de Julho. Nele esclarece-se que as **Reservas e Parques Marinhos** podem não ter o seu objectivo e especificidade previstos no Decreto-Lei n.º 19/93, apesar de muitos se encontrarem já contemplados nas Áreas Protegidas anteriormente consignadas. Desta forma foi aditado ao Decreto-Lei n.º 19/93 o artigo 10º-A, que na alínea 2 estabelece que as reservas marinhas *"têm por objectivo a adopção de medidas dirigidas para a protecção das comunidades e dos habitats marinhos sensíveis, de forma a assegurar a biodiversidade marinha"*; a alínea 3 reporta aos parques marinhos, que têm como finalidade *"a adopção de medidas que visem a protecção, valorização e uso sustentado dos recursos marinhos, através da integração harmoniosa das actividades humanas"*.

Actualmente, o processo de criação de Área Protegida é regulado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, em que a apreciação técnica é da competência do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) e a sua gestão a nível nacional está a cargo do Serviço Nacional de Parques, Reserva e Conservação da Natureza (SNPRCN).

Este mesmo Decreto-Lei estabelece a Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN), que abrange o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), que é composto pela RNAP, as Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e as Zonas de Protecção Especial (ZPE) integradas na Rede Natura 2000² (ver mapa de exemplo em Anexo 1), e ainda pelas áreas de continuidade com regime jurídico, como sejam a Reserva Ecológica Nacional (REN), a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e o Domínio Público Hídrico (DPH).

² Rede ecológica para a UE, em resultado da aplicação da Directiva das Aves (n.º 79/409/CEE) e da Directiva Habitats (n.º 92/43/CEE). Constituída por áreas protegidas com importância ambiental e/ou científica, assegurando a conservação dos *habitats* naturais, fauna e flora em todo o território europeu (ICNB, 2009).

CARTA DE PORTUGAL CONTINENTAL COM A RNAP

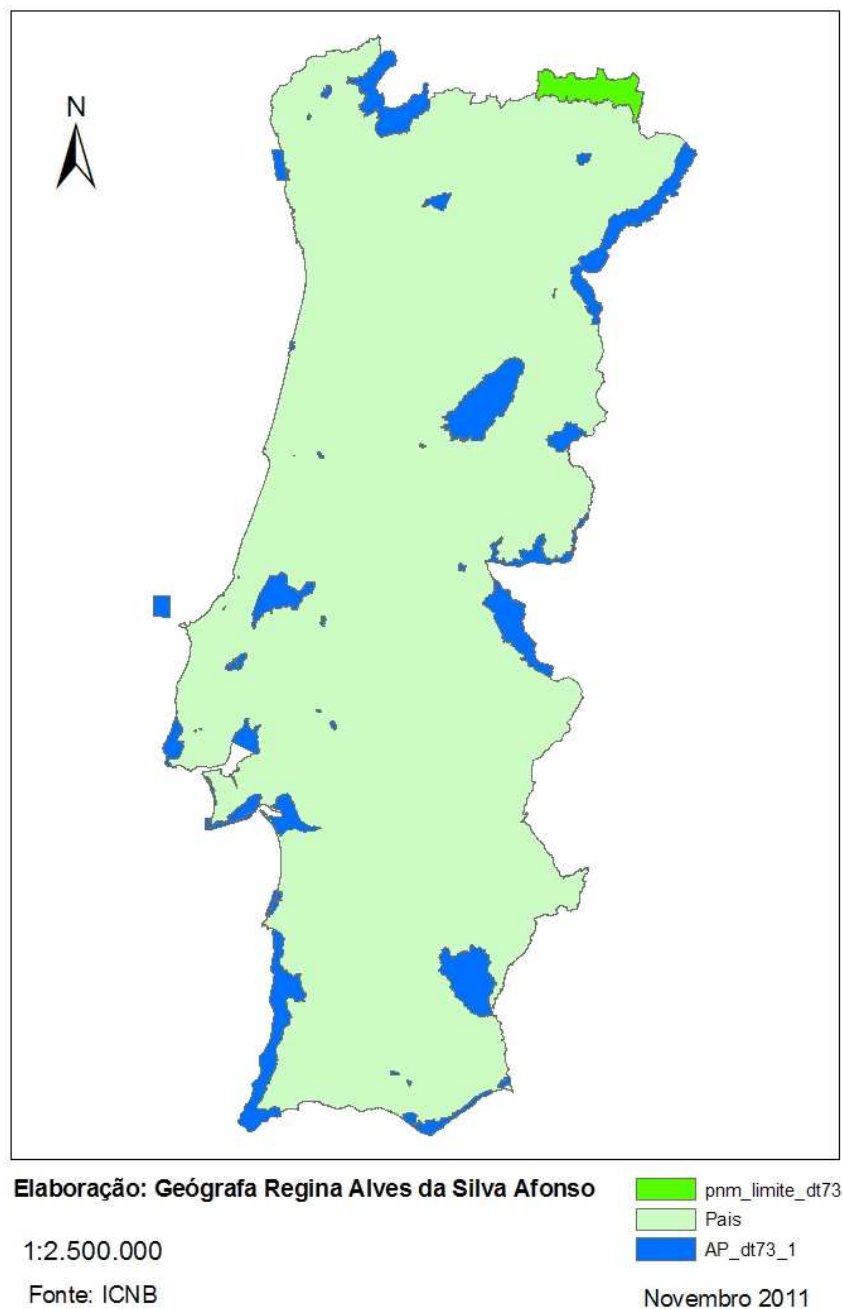


Figura 2: Carta de Portugal Continental com a RNAP.

A legislação internacional prevê que também sejam consideradas áreas a proteger os Sítios da Convenção Ramsar (ou Convenção relativa às Zonas Húmidas de Importância Internacional) e aquelas com títulos conferidos pela UNESCO, tais como os locais Património Mundial, as Reservas da Biosfera e a Rede Global de Geoparques (Landovsky e Mendes, 2010, p.5).

Desta forma, às 71 Áreas Protegidas em 2009 pela legislação nacional, acrescentava-se 157 Áreas Protegidas com estatuto comunitário e 40 ao abrigo de directivas internacionais, perfazendo um total de 268 áreas naturais (excluindo as sobreposições de estatutos) com algum tipo de protecção legal no nosso país (Landovsky e Mendes, 2010, p.5).

Após análise das definições que a nossa legislação nos apresenta, um dado que sobressai é a perspectiva conservacionista que impera para a criação de Áreas Protegidas, todavia Magalhães (1997) esclarece que na sua maioria, estes espaços foram criados em áreas rurais ou ruralizadas, com mais ou menos população. Segundo Figueiredo (2003), cerca de 45,4% da população residente em Áreas Protegidas localiza-se em áreas do interior do país, em que o despovoamento e o envelhecimento da população são factores de risco para a destruição e degradação das paisagens e dos recursos naturais endógenos. Em última análise, a mesma autora, menciona que o factor antrópico é determinante para a *construção* do mosaico paisagístico, a conservação dos seus elementos naturais e características que permitem a estas áreas serem consideradas espaços a proteger e valorizar.

1.3. OS PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

“Mais do que um simples conceito, o desenvolvimento local é um ideal. Traz consigo a promessa de um modelo alternativo de desenvolvimento, de uma solução para o problema do desenvolvimento desigual, para o crescimento impelido por forças exteriores. Dentro deste espírito, o termo tanto representa um apelo para agir como um convite para a análise” (in Alves, 2008, p.1, Mário Polèse, 1998).

Neste ponto iremos enveredar pela análise que o termo desenvolvimento local envolve e alguns dos seus princípios e suas condicionantes. Figueiredo, citando Kayser (1990), realça que o *“desenvolvimento local não pode funcionar sem intervenções exteriores, embora não possa progredir sem a vontade e as iniciativas locais. Trata-se de um processo que torna possível, em meio rural, que a associação de iniciativas locais e de incentivos externos conduza à realização de projectos indutores de progresso.”*

Mas primeiro de tudo o que é o desenvolvimento local? Em que se baseia? Como evoluiu o conceito? Quais as estratégias/políticas desenvolvidas pelos Estados-Nação associadas ao conceito? Qual a relação entre desenvolvimento local, governança e os meios rurais?

Relativamente à primeira questão não é fácil definir objectiva e consensualmente **desenvolvimento local**, pois é um conceito mais complexo do que aparenta e muitas vezes associado e confundido com o **desenvolvimento sustentável** (cuja definição mais conhecida, ainda que vaga, é *“aquele que tem em conta as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”*³). Segundo Henriques (1990), o conceito de desenvolvimento, mesmo em termos gerais, tem vindo a se alterar e já não se encara o aumento da produção como o parâmetro essencial para a satisfação das “necessidades básicas” das populações.

Para Storper (1997) *“a busca local pela prosperidade e bem-estar está focado nos acréscimos sustentáveis nas áreas do emprego, rendimento e produtividade que estão na base do desenvolvimento económico”* (in Pike, et al, 2006, p. 24). Ainda focados em aspectos mais económicos, Beer et al (2003, p. 5) acrescenta que se *“refere a um conjunto de actividades com o objectivo de melhorar o bem-estar de determinada área; estas actividades podem incluir estratégias de desenvolvimento económico, de pesquisa científica, empreendimento, mercado de trabalho e iniciativas tecnológicas, entre outras”*.

A partir de meados da década de 90 inicia-se uma “busca” por outros parâmetros, que não apenas os económicos, para interpretar este conceito. Assim sendo pretendeu-se adicionar preocupações do foro social, ecológico, político e cultural. Pike et al (2006) e Geddes et al (2004) referem que foram *incorporados, com diferentes graus, aspectos como a necessidade de reduzir a desigualdade social, a promoção da sustentabilidade ambiental, o encorajamento de governos inclusivos e governança e o reconhecimento da diversidade cultural*. Associando, deste modo, as noções de qualidade de vida, coesão e bem-estar, sem esquecer o crescimento económico e a competitividade. Uma outra noção de desenvolvimento local surge como *“um processo para a inclusão social e territorial, com uma dimensão de dinâmica endógena sustentada (não necessariamente exclusiva), a qual pode ser estimulada do exterior, implicando um percurso sentido (percebido) pela generalidade dos elementos de uma comunidade como de melhoria intergeracional das condições de vida”* (Moreno, 2002, p.47).

Desta forma, podemos ver que desenvolvimento local pode englobar vários aspectos e tal como alguns autores, como Reese (1997), afirmam *“o que constitui o desenvolvimento local e regional depende de cada país e da sua realidade”*.

Markusen (1985) considera que há um aspecto associado ao desenvolvimento local que ainda não foi mencionado: a geografia e, relacionadas a esta, as noções de espaço, território, lugar e escala. A geografia é um elemento transversal aos processos

³ Relatório Brundtland (1987).

económicos, sociais, ecológicos, políticos e culturais, logo é um elemento-chave ao caracterizarmos o desenvolvimento e, particularmente, o local. Scott e Storper (2003) acrescentam que os processos sociais são inseparáveis das suas geografias.

Todavia, segundo Pike *et al* (2006) as dimensões quantitativas e qualitativas deste desenvolvimento não são obrigatoriamente coincidentes, regiões e localidades podem experimentar elevadas “quantidades de desenvolvimento” mas com um défice de qualidade, o que não vai gerar um desenvolvimento positivo. E o mesmo acontece ao contrário, determinada localidade ter elevados padrões de qualidade de desenvolvimento mas com um problema em quantidade, por exemplo um número insuficiente de empregos, poucos investimentos, etc. Por outras palavras atingir o equilíbrio nos parâmetros e dimensões do desenvolvimento é um processo difícil de equilibrar, para não falar no tipo de estratégia mais correcta que os governos devem adoptar para a promoção do desenvolvimento.

Até recentemente, o desenvolvimento local e as políticas de criação de emprego estavam estruturadas em dois eixos referidos por Pike *et al* (2006), o primeiro reportava-se à dotação infraestrutural, acreditava-se que o investimento em acessibilidades era a solução para áreas menos desenvolvidas e que as infra-estruturas iriam cativar empresas, criar emprego e desenvolver as áreas. Contudo este investimento nem sempre obtinha os resultados esperados.

O segundo eixo baseava-se em estratégias **top-down**, ou como Henriques (1990) afirma num paradigma “**funcionalista**” assente na política regional tradicional, com base na industrialização (atração de grandes empresas para áreas com tecido industrial baixo) e apesar de alguns sucessos em países do Sudeste Asiático, os casos de insucesso destas políticas ultrapassam os êxitos. Em consequência, criaram-se autênticas *catedrais do deserto*, com uma desarticulação entre o fornecimento de matéria-prima, produção e os mercados de escoamento do produto.

Há diversas razões apontadas por Pike *et al* (2006) para o fracasso das estratégias tradicionais de promoção do desenvolvimento local, tais como o baixo nível educacional e de especialização de população local; estruturas económicas débeis, o contexto social e institucional; e a premissa de que o desenvolvimento era uma consequência certa; e por fim a tendência de reproduzir políticas “standardizadas”, que obtiveram sucesso em determinado país, sem ter em conta quer o contexto local, quer das condições sociais, económicas e institucionais do país em causa.

Pike *et al* (2006) acrescentam que, associados aos fracassos de estratégia *top-down* estão os desafios da **globalização**, que levaram a uma mudança na forma de

perspectivar o desenvolvimento local. A globalização expôs o mundo à competição, forçando regiões a reagir e a se reajustar a esta nova realidade. Todavia a globalização pôs a descoberto as deficiências estruturais de muitas economias regionais e locais e, segundo os mesmos autores, apenas algumas regiões e locais detêm capacidades para obter benefícios da abertura à globalização (são mais a exceção que a regra), são aquelas que se distinguem de alguma forma nos mercados mundiais, e podem ser categorizadas em três: *grandes regiões metropolitanas* (tanto em países desenvolvidos como em vias de desenvolvimento e que concentram serviços financeiros, bancários e sedes de grandes empresas); *regiões industriais intermediárias* (que combinam acessibilidades, com capital humano e investimento, podemos encontrar estas regiões nos EUA, Canadá, Itália e Sul da França e Alemanha); *regiões turísticas* (principalmente em países em vias de desenvolvimento). Quanto às restantes regiões (de indústria tradicional, e de base agrícola) estão a ter dificuldades em encontrar novos mercados, investimentos e oportunidades.

Há que implementar novas estratégias para poder impulsionar o desenvolvimento nestas regiões e, como já vimos anteriormente e corroborada por Stöhr (1990) e Amin (2000), as políticas *top-down* (com concentração do poder de decisão na administração central e a quase total ou mesmo total alienação da participação popular) não surtiram o efeito desejado, desta forma, a partir de meados dos anos 90 houve uma mudança na forma de “construir” o desenvolvimento local, com o aparecimento de estratégias locais conhecidas como ***bottom-up*** ou como Henriques (1990) refere o paradigma “**territorialista**”, baseado nas condições endógenas do local.

Segundo White e Gasser (2001), estas novas estratégias locais *bottom-up* foram ganhando terreno progressivamente e podem ser caracterizadas em quatro parâmetros: a participação e o diálogo social; são baseadas no território em causa; implicam a mobilização de recursos locais e vantagens competitivas; são geridas e postas em prática localmente. Já Danson *et al* (1997) acrescenta que esta abordagem ao desenvolvimento local é baseada igualmente nas parcerias público-privadas associadas a mecanismos flexíveis de governança.

Para Henriques (1990) este paradigma tem como actor principal a população, que deve articular o seu próprio desenvolvimento, através, essencialmente, dos recursos disponíveis, com a tomada de decisões a ser feita a várias escalas.

No quadro seguinte apresentamos resumidamente as características destas duas estratégias de desenvolvimento local.

Quadro 2: Quadro-Resumo das estratégias de desenvolvimento local

Políticas tradicionais de desenvolvimento	Novas Políticas locais de desenvolvimento
1 - Abordagem <i>Top-down</i> em que as decisões de intervenção são centralizadas nacionalmente.	1 – Promoção do desenvolvimento baseada nas localidades e regiões.
2 - Gerido pelos governos centrais.	2 – Cooperação vertical descentralizada entre os governos central e locais e cooperação horizontal entre entidades privadas e públicas.
3- Abordagem sectorial ao desenvolvimento.	3 – Abordagem territorial ao desenvolvimento.
4 – Desenvolvimento de grandes projectos industriais como impulsionadores das economias locais.	4 – Exploração do potencial de cada área para o desenvolvimento e ajuste do sistema económico local.
5 – Atracção da actividade económica baseia-se em incentivos financeiros e subsídios.	5 – Provisão de condições-chave para o desenvolvimento da actividade económica.

Fonte: Pyke *et al* (2006).

Segundo outro autor, Vázquez Barquero (1999), o desenvolvimento local é abordado segundo três parâmetros: *hardware*, *software* e “*orgware*”. Quanto ao desenvolvimento do *hardware*, implica aspectos das políticas tradicionais de desenvolvimento, como é o caso da dotação de infra-estruturas. O *software* inclui a aposta na competitividade das firmas locais, atracção de investimento interno, melhoramento no capital humano e capacidades técnicas. O parâmetro *orgware* diz respeito à melhoria da capacidade organizacional e institucional de criar, implementar e monitorizar toda a estratégia de desenvolvimento proposta.

Porém o desenvolvimento local enfrenta diversas dificuldades. Pike *et al* (2006) esclarecem alguns destes obstáculos, como é o caso da coordenação e organização dos diferentes parceiros locais com outros actores económicos; ou o risco de não conseguir implementar a estratégia de desenvolvimento mais apropriada. Já Cavaco (1996) defende que as dificuldades do desenvolvimento local podem passar igualmente pela “*identificação de recursos valorizáveis no presente, às condições de mobilização dos mesmos (capacidade de inovação e organização; forças endógenas e exógenas) e às forças de inércia e de oposição (ordem social estabelecida, mentalidades, sistemas de valores). Para além da resolução de problemas referentes a infra-estruturas,*

equipamentos, acessibilidades e de qualidade de vida, importa definir as convenientes estratégias económicas e o reinventar ou renovar de actividades e modos de vida" (in Alves, 2008, p. 64). Para apreender a essência do desenvolvimento local contemporâneo inseriu-se as ideias de inovação, conhecimento e aprendizagem como foco central. Aydalot (1985) adita que o território é a base do desenvolvimento local e a chave da sua sustentabilidade é a capacidade do meio em gerar inovação. A partir daí, o desenvolvimento deve ser interpretado, na linha de pensamento de Feldman (2000), como a capacidade de determinada região ou localidade em produzir, absorver e utilizar as inovações e os conhecimentos através de processos de aprendizagem, sem nunca perder de vista o crescimento e a equidade. Para tal, segundo Morgan (1997) é necessária a combinação de algumas "ferramentas", tais como redes de comunicação, meios de transporte e o suporte para a transferência de conhecimento. Ao promover as tecnologias de informação, a competitividade e a I&D devemos ter em atenção a função das instituições locais (quer privadas quer públicas).

Falta responder a uma última questão, referente ao papel do Estado nas políticas de desenvolvimento local. Se já foram referidas as questões das estratégias de desenvolvimento, em que o papel centralizador do Estado estava presente em políticas *top-down*, há que explicar essa mudança, de governo centralizador para a adopção de uma posição de governança nas estratégias locais *bottom-up*.

Depois da II Guerra Mundial os governos intervinham na economia para impulsionar o desenvolvimento regional, de forma a diminuir as disparidades regionais e fomentar o desenvolvimento das áreas rurais. Muitas vezes os governos criavam agências para o desenvolvimento regional, como por exemplo: *La Cassa per il Mezzogiorno* em Itália, *Tennessee Valley Authority* nos EUA, entre outras. Todavia, tal como anteriormente referido, esta abordagem na maioria dos casos não surtiu o efeito desejado. Daí, de acordo com o pensamento dominante, a necessidade de novas estratégias, com assento em políticas de governança locais, que implica "*o deslocamento do aparelho do Estado de um papel central de preponderância e patrocínio directo dos projectos económicos e sociais em direcção a uma ênfase nas parcerias entre organizações governamentais, para-governamentais e não-governamentais*" (Nogueira, 2010, p. 34).

Segundo Pike *et al* (2006), novas formas de governança podem potenciar a mobilização da sociedade civil e promover a criação de redes e parcerias, incentivando o progresso económico e social. Porém, a governança regional tanto traz desafios como novos problemas. No seguimento dos autores anteriores, Jessop (1997) acrescenta que

há três grandes transformações na governança do desenvolvimento local: a mudança de governo centralizador para governança em diferentes escalas territoriais, dando ênfase em parcerias entre organizações governamentais e não-governamentais; os poderes estatais dispersaram com a entrada em cena de instituições supra-nacionais como a UE e o FMI; e ao mesmo tempo o papel dos governos nacionais é afectado por entidades reguladoras como o Banco Mundial. Keating (1998), por seu lado, afirma que a governança efectiva tem sido encarada como factor de suporte ao desenvolvimento com sucesso de determinadas regiões, fornecendo bases para a formação técnica, mudança tecnológica e cultivando o ambiente de parcerias. Mas há que atender que nem sempre a governança é sinónimo de sucesso económico.

De uma forma resumida a governança local representa um papel importante no que diz respeito à componente de qualidade do crescimento económico mas não devemos minimizar a função dos governos nacionais e supra-nacionais, muito pelo contrário, pois funcionam como reguladores num contexto de competição entre regiões e locais.

Bilhim (2004) realça que não há uma solução tipo para o desenvolvimento de determinado território nem mesmo o modelo *bottom-up* ou “territorialista”. O desenvolvimento tem de ter em conta as características da comunidade e as especificidades do espaço geográfico. Fernandes (2005, p.55) reitera que “*não há uma receita única para estas alternativas, que podem desenvolver-se em diferentes contextos, desde o movimento Chipko, na Índia, à aplicação da Agenda Local XXI em países como a Holanda*”.

O mesmo autor (*id. p. 53*) acrescenta “*mas, estes modelos alternativos não significam, só por si, uma solução para todos os problemas. A aplicação de estratégias reconhecidas como de desenvolvimento local não constituem, desde logo, uma garantia de acréscimo de bem-estar e de mais-valias quer para os locais, quer para o sistema no seu todo. Em primeiro lugar, nem sempre as estratégias de desenvolvimento local são conduzidas pelas populações residentes. Em segundo, nem sempre os territórios apresentam um tecido social e produtivo capaz de estruturar uma resposta adequada às necessidades de afirmação local e, deste facto, deriva grande parte do grau de sucesso destes projectos*”.

Baseada na literatura consultada podemos concluir que a chave em si para o desenvolvimento local estará na população local e a sua atitude pró-activa, no que diz respeito à melhoria das suas qualificações e competências e no fundo na busca pelo seu desenvolvimento pessoal.

1.4. O DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEITO E DESAFIOS

O desenvolvimento rural não é uma alternativa ao desenvolvimento agrícola, é um complemento. (...) No nosso caso, a realidade mostra que, sem agricultura não há desenvolvimento rural e sem este a agricultura fica perdida” (Varela, 1995, p. 431).

Esta ideia que o desenvolvimento rural não passa sem a agricultura é algo muito recorrente no nosso país, em que a maioria dos programas e medidas para o mundo rural assentam no binómio rural-agrícola (como é o caso de muitos programas de ajuda europeus e a própria PAC) e, apesar de estarem relacionados, não traduzem os mesmos objectivos. Contudo a maioria das pessoas continua a associar o termo “rural” à agricultura e à ideia da pureza do campo, por oposição ao “urbano”. Surgindo definições de carácter ecológico, como é o caso da que Best e Rogers (1973, p. 26) apresentam: “o espaço rural compreende áreas com domínios agrícolas, florestais, assim como manchas em estado natural ou seminatural”. Todavia o espaço rural evoluiu, a agricultura perdeu muito do seu destaque, o que levou à diminuição de emprego neste sector, a migrações e envelhecimento da população, mas por outro lado as acessibilidades e a melhoria nas infra-estruturas e nos meios de comunicação, assim como as TIC aproximaram estes espaços dos habitantes das cidades.

Desta forma os espaços rurais tornam-se multifuncionais e podemos identificar então dois tipos de “rural”, como expõe Figueiredo (2001). São eles: as áreas “não urbanizadas”, que envolvem as cidades, com uma ocupação “rurbana” (as pessoas querem afastar-se da cidade para um espaço de transição mas mantendo um estilo de vida urbano); o “rural profundo” que se mantém genuíno no que concerne a cultura e tradições.

Assim sendo, o conceito de desenvolvimento rural tem vindo a ser alterado nas últimas três décadas. Até aos anos 70 do século XX era sinónimo de desenvolvimento agrícola e focado no aumento da produção agrícola. Nos anos 80, o Banco Mundial definia como sendo “a estratégia desenhada para melhorar a vida económica e social de uma população específica – os pobres rurais”. E tal como Barthelemy e Vidal (2002) referiram as áreas rurais, tais como as urbanas têm as suas fraquezas, forças e necessidades específicas.

Os grandes factores associados a esta alteração do conceito de desenvolvimento rural foram: o aumento da pobreza rural; a mudança do conceito de desenvolvimento em si; o surgimento de uma economia rural mais diversificada, com a produção agrícola a ter

um papel cada vez mais decrescente nas economias locais, a preocupação com questões ambientais e a mudança de áreas de produção para áreas de reprodução, lazer e consumo.

No caso da UE, o desenvolvimento rural sempre foi destacado na política comunitária através de diversos fundos estruturais, como o FEOGA (ligado às compensações aos agricultores de «zonas desfavorecidas» e «regiões com condicionantes ambientais»), assim como os projectos LEADER, no âmbito de quatro iniciativas (INTERREG, EQUAL e URBAN) e o actual FEADER. A própria PAC, depois de diversas reformas no âmbito da nova política de desenvolvimento rural da UE, já não vê o desenvolvimento agrícola como sinónimo de desenvolvimento rural, assentando a sua abordagem em dois pilares distintos: as políticas de mercado e as políticas de desenvolvimento rural (Pais e Gomes, 2008, p.17).

Actualmente há consenso sobre o objectivo do desenvolvimento rural, melhorar a qualidade de vida da população rural, abrangendo três grandes dimensões: a económica, a social e a política (ver Anexo 2). Destas dimensões Neto e Natário (2009) sintetizam dois princípios basilares do actual desenvolvimento rural, são eles: realçar o papel do espaço rural e destacar os investimentos estratégicos em actividades mais produtivas em detrimento dos subsídios. Estes princípios vão de encontro ao Novo Paradigma Rural proposto pela OCDE (ver quadro n.º3).

A OCDE (2006) propõe um conjunto de indicações que servem de guia, não definindo directamente abordagens específicas ou quais as melhores práticas. Assim cabe a cada país definir as políticas rurais que são mais apropriadas localmente. Deste modo, preconiza-se mudanças na política rural, como é o caso da introdução de meios de avaliação e monitorização, e ajustes na estrutura de governança, principalmente no que diz respeito aos subsídios que referimos anteriormente e uma melhor eficácia das despesas públicas em regiões rurais e na coordenação entre os diferentes poderes locais e os governos centrais. Pretende-se potenciar as especificidades locais, como é o caso de produtos locais ligados ao artesanato, agricultura (que já não é a “espinha dorsal” da economia rural na maioria dos países mas continua a ter um papel importante) e impulsionar as parcerias público-privadas.

Quadro 3: O Novo Paradigma Rural

O Novo Paradigma Rural		
	Abordagem antiga	Nova Abordagem
Objectivos	Nivelamento e compensações para os rendimentos e competitividade agrícolas	Competitividade das áreas rurais, valorização de recursos locais, exploração de recursos desaproveitados
Sector Alvo	Agricultura	Vários sectores da economia rural como o turismo rural, TIC, etc.
Principais Ferramentas	Subsídios	Investimentos
Principais Actores	Governos Nacionais e agricultores	Todos os níveis de governo (supranacional, nacional, regional e local), actores locais (públicos, privados, ONG's)

Fonte: OCDE (2006): *The New Rural Paradigm - Policies and Governance*

Pensar no desenvolvimento rural exige modelos específicos para o território em causa, considerando o ordenamento do território, os recursos naturais e o equilíbrio ambiental. Contudo se o desenvolvimento local se vê a braços com diversos entraves, o desenvolvimento rural ainda está sujeito a grandes obstáculos e a falta de estratégias específicas ao território, enfrentando, desta forma, grandes desafios, que muitas vezes limitam as políticas de desenvolvimento. Estes desafios passam por, segundo Neto e Natário (2009, p. 3) *“valorizar e rentabilizar as amenidades locais; a capacidade de criação de condições e de estruturas para apoio às empresas em territórios rurais; a capacidade de assegurar condições para a localização e/ou disponibilização de serviços públicos em espaços rurais”* (como a prestação de cuidados de saúde, farmácias, educação, correios...), mas também aspectos como a fuga de indivíduos em idade activa; o envelhecimento populacional; a escolaridade ainda baixa; e uma baixa produtividade.

1.5. A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ÁREAS PROTEGIDAS: HARMONIA OU CONFLITO?

“É sobre os espaços geográficos que se projectam as pressões e é também nestes que se traduzem os modelos de desenvolvimento. Estas pressões requerem regulação. É neste sentido que as áreas protegidas são vistas como um meio de concretização do desenvolvimento sustentável” (Fernandes, 2005, p. 116). Contudo este autor levanta várias questões no que diz respeito ao binómio desenvolvimento-Áreas Protegidas, tais como: se a delimitação e o condicionalismo de territórios, através da classificação de espaço protegido, é a fórmula mais adequada para se atingir as metas

de sustentabilidade e até que ponto se pode conciliar as ideias de conservação com as dinâmicas de desenvolvimento. São essas questões que tentaremos deslindar, através de diversos exemplos com abordagens diferentes que resultam em espaços harmoniosos ou conflituosos.

As Áreas Protegidas convivem, em muitos casos, lado a lado com as populações, por exemplo: no caso da América do Sul cerca de 86% dos parques nacionais existentes têm habitantes, na Índia, em meados dos anos 80 do século XX, foi efectuado um estudo que concluiu que 118 parques nacionais e reservas de vida selvagem tinham comunidades a viverem e a partilharem os recursos, num total de 1,6 milhões de habitantes. Numa análise global cerca de 70% das Áreas Protegidas mundiais no final do século passado eram habitadas (Colchester, 2000; in Fernandes, 2005, p.175).

Apesar da função de preservação dos recursos naturais, a constituição de Áreas Protegidas no seio das comunidades pode não ser apreciada, muito devido à falta de comunicação e de entendimento da população com a criação da Área Protegida. No caso de países em desenvolvimento a oposição por parte dos habitantes é frequente, muitas vezes devido suposição que serão impostos grandes custos económicos, restrições na agricultura e crescimento da pobreza local, mas esse pensamento é em nada linear, como comprovou o estudo de Kwaw, *et al* (2010) nas redes de Áreas Protegidas da Costa Rica e da Tailândia, cujo resultado aponta para a redução dessa mesma pobreza e uma maior sustentabilidade ambiental.

Segundo Daniels (2002), há duas grandes abordagens para a administração de uma Área Protegida, que seguem o mesmo preceito que o desenvolvimento local, são elas: *top-down* e uma abordagem mista *top-down* com *bottom-up*, ambas com variados impactes. Já explicitámos a primeira abordagem, relativamente à segunda, que pretende agregar as duas estratégias, a ideia é envolver os habitantes locais na administração da Área Protegida (como agentes de promoção integrada de um modelo de desenvolvimento de *Áreas Protegidas de intervenção sistémica*), resultando em vários usos da terra e da paisagem, a distribuição dos recursos (Arambiza, 1995; Leitão, 1994). O envolvimento das autoridades locais e a administração do parque com os locais na sua gestão resulta na diminuição de conflitos e incidentes, pois as comunidades ao sentirem que o seu papel é reconhecido e que usufruem dos benefícios da Área Protegida irão ter uma colaboração mais activa (um exemplo de ferramenta útil nesta estratégia de promoção da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento de determinada área é o SIG) e como refere Fennell (1999, p. 79), *“à medida que o sistema de protecção de territórios se desenvolve, a filosofia de gestão dessas áreas deve tornar-se mais integrada,*

reconhecendo que os parques não são ilhas ecológicas, mas que devem ser administrados de acordo com as condições ambientais internas mas também externas”.

No seguimento da abordagem mista de gestão de Áreas Protegidas, Fernandes (2005) refere a importância da *perspectiva territorialista* que vai de encontro ao desenvolvimento local e às características singulares de cada território. É também neste sentido que, por exemplo, no caso francês, a Federação de Parques Naturais considera o *“território como um espaço de vida, uma base de múltiplas actividades, um sistema de recursos e actores, numa realidade que será melhor apreendida numa visão sistémica do que numa pura perspectiva económica”* (in Fernandes, 2005, p. 170). E seguindo essa perspectiva, os Parques Naturais Regionais franceses têm uma administração mista, a gestão é feita por uma ONG (a Federação Nacional de Parques Naturais Regionais) e por vários representantes do poder regional e municipal e outros actores locais.

Mais uma vez referimos noção de governança, agora num contexto de articulação da gestão das Áreas Protegidas e da promoção do desenvolvimento local. Ao adoptar uma política de governança, associada à abordagem que detalhamos anteriormente, é nos possível apreender o quão integradas estão as comunidades locais na gestão partilhada e se as suas necessidades estão realmente a serem tidas em conta. Tal é possível, segundo Coad *et al* (2008), através de um de dois meios: o Estado, administrador e criador da Área Protegida, dá voz activa às populações e poder local na tomada de algumas decisões; ou as Áreas Protegidas são propriedade das próprias comunidades e geridas por estas (ver Anexo 3).

Em ambos os casos podemos encontrar exemplos dessa harmonia entre binómio Área Protegida – desenvolvimento local. No caso da Rede de Áreas Protegidas do Yukon e do Noroeste do Canadá, a primeira premissa é que as Áreas Protegidas conjugam-se com as expectativas de qualidade de vida, a protecção da vida selvagem e as oportunidades de desenvolvimento para as comunidades locais, sendo ainda compatíveis com uma economia ligada a várias indústrias de recursos renováveis e não-renováveis e ao turismo. Para validar essa premissa, a administração do parque procede à análise dos benefícios através da criação de emprego, os gastos do visitante ao parque e os gastos e retomas do governo na gestão.

O relatório sobre esta rede de Áreas Protegidas (Thompson e Peepre, 2001) clarifica que é uma rede importante para as economias e o desenvolvimento regionais e locais pois muitos dos benefícios potencialmente permanecerão com as comunidades rurais, além disso podem ser uma forma de diminuir os impactes que as indústrias de extracção têm nas regiões e por fim o ecoturismo, que permite a protecção da natureza,

promove os produtos e paisagens naturais e servem de base às economias de subsistência e estilos de vida tradicionais do Norte deste país.

Com os cortes nos orçamentos das Áreas Protegidas no Canadá há necessidade de encontrar outras vias de investimento, como é o caso das empresas de turismo, que criam novos postos de trabalho e novas oportunidades nas áreas de restauração, artesanato, o que permite (segundo o relatório) a diminuição dos custos com os programas sociais do governo central.

Uma última premissa que este relatório aponta é a importância que as ONG's têm no terreno, quer criando empregos directos no Norte do Canadá, quer fomentando a conservação da biodiversidade local e projectos em pequenas comunidades em Áreas Protegidas.

No caso francês, por exemplo, os Parques Regionais Franceses têm atribuído fundos e promovendo formação profissional para jovens agricultores, além da promoção da educação ambiental e no caso particular da Reserva da Biosfera de Cévennes implementou-se um projecto para envolver a população local para a recuperação dos terraços de pedra, que estavam a deteriorar-se com o despovoamento rural naquela região.

A boa relação entre as administrações de Áreas Protegidas e as diversas entidades e populações locais é essencial para atingir um ponto de equilíbrio e outro bom exemplo dessa harmonia é o Parque Nacional de Müritz, na Alemanha, cuja administração contactou os representantes regionais de companhias de seguros de saúde para formar parcerias, pois o parque patrocina e incentiva a prática de desporto ao ar livre (podendo o visitante explorar o parque de uma forma saudável, de bicicleta, a pé...), como é o caso de um evento regional anual de promoção da saúde, através do exercício físico na área do parque, que atrai a população local, os visitantes e os meios de comunicação. O parque tem também um programa de cooperação com a indústria turística e de restauração, que já engloba 30 empresas, incluindo restaurantes típicos locais. Por fim outra parceria regional já estabelecida relaciona-se com o marketing de produtos regionais.

Um último exemplo, este de uma abordagem mista *top-down* e *bottom-up*, em que impera a democracia, surge-nos da Suíça. Até há pouco tempo havia uma escassez de Áreas Protegidas neste país e a sua rede concentrava-se no Parque Nacional, mas actualmente a rede de parque já conta com 20 e cerca de 15 estão prestes a “nascer”. Para tal contribui a aprovação de uma nova lei no que concerne a protecção da natureza e a criação de Áreas Protegidas nos finais de 2007. Já não é o governo central mas a

população local, através de um referendo, que decide se e onde a nova Área Protegida deve ser criada, depois o parlamento suíço dá a sua aprovação e promulga um novo *Parque de Interesse Nacional*, apoiando financeiramente a sua implementação. Os habitantes locais e os parceiros, incluindo as autoridades do parque, são envolvidos no processo, desde a criação de grupos de trabalho para concretizar projectos e criar oportunidades e aproveitar novos nichos de mercado que a presença do parque possa oferecer. Todavia há sempre a possibilidade de áreas qualificadas para serem alvo de protecção legal não se tornarem devido aos *lobbies* de sectores como do turismo, da caça e os agricultores temerem restrições nas suas actividades. Outro dado relevante nesta estratégia é que a gestão dos parques está limitada a 10 anos, depois é necessário um novo referendo para avaliar a viabilidade e continuidade do parque.

O possível revés deste processo suíço é que a maioria dos parques criados são da categoria de parque natural, pois tem sido difícil assegurar um consenso democrático para uma zona com categoria de parque nacional.

A própria CMAP (Comissão Mundial para as Áreas Protegidas) admite que as Áreas Protegidas foram tradicionalmente designadas para limitar o acesso ao ser humano, tornando-se verdadeiras *“ilhas de protecção”*, pois considerava-se que era a forma mais eficiente de proteger a biodiversidade. Actualmente o papel das Áreas Protegidas alterou-se, integrando, de uma forma geral, as comunidades locais e a sociedade civil, criando uma ponte entre a protecção e o desenvolvimento local harmonioso.

Seguindo um pouco a mesma linha de pensamento, o Relatório dos parques do Canadá, vê como positivo a criação de Áreas Protegidas, pois *“permite a investigação e oportunidades educacionais para as populações locais. E com o conhecimento vem a compreensão, com a compreensão vem a apreciação e com a apreciação vem a conservação”* (Thompson e Peepre, 2001, p. 8)

Há já alguns objectivos atingidos e outros que estão a ser postos em prática no que concerne à mudança de “atitude” por parte da gestão de diversas Áreas Protegidas, muito graças à nova abordagem e à importância dos decisores locais no planeamento. Passamos a enunciar alguns desses objectivos eleitos pela UICN:

- Estão a ser criados e aplicados em alguns países planos nacionais para as Áreas Protegidas, que se relacionam com os restantes instrumentos de gestão em vigor, de forma a gerir as diversas actividades humanas.
- Tem havido progressos na introdução do princípio “utilizador-pagador”.

- A crescente importância dos EIA (Estudos de Impacte Ambiental) na gestão do território como um todo.
- Os planeadores estão a interiorizar que as Áreas Protegidas podem ser uma fonte de desenvolvimento, capaz de gerar dividendos e postos de trabalho.
- Acordos internacionais, por exemplo na pesca, como a introdução de quotas, proibição sazonal de determinado pescado.

O ecoturismo é uma indústria global que rende milhões de dólares, associado directamente aos parques nacionais, reservas africanas e recifes de corais, que funcionam como grandes atracções turísticas internacionais. Outro benefício económico, segundo Kooten e Bulte (2000), relacionado com as Áreas Protegidas deriva das reservas de caça.

Muitos autores, como é o caso de Myers (1996), consideram as Áreas Protegidas como o “capital natural”, que deve ser considerado como parte do *stock* de capital de uma nação, porém tal ainda não está posto em prática, pois por vezes é difícil reconhecer os serviços dos ecossistemas e quantificá-los, principalmente porque estes serviços geram na maioria benefícios indirectos ou seja não é reconhecida a sua importância, como é o caso dos serviços de apoio e de regulação que falaremos de seguida.

Para assistirmos a benefícios directos da conservação da natureza para com as vivências locais, as estratégias de gestão das Áreas Protegidas, como anteriormente noticiamos, são essenciais. A inclusão ou exclusão das populações locais e das suas actividades nas Áreas Protegidas ou a partilha dos benefícios que advêm da protecção de determinados ecossistemas são estratégias condicionantes para a partilha destes serviços.

Podemos dividir estes benefícios em vários tipos de serviços, tais como:

- i. De apoio e de regulação;
- ii. Aprovisionamento;
- iii. Culturais;
- iv. Ecoturismo;
- v. Pagamentos por serviços de ecossistemas;
- vi. Gestão sustentável dos recursos;
- vii. Protecção de ameaças externas.

No primeiro caso, os serviços de apoio e de regulação, incluem a manutenção de solos e águas potáveis, a preservação para a erosão do solo e dos ciclos hidrológicos,

reciclagem de nutrientes essenciais, entre outros. Porém os habitantes locais podem não reconhecer o valor destes serviços. Relativamente aos serviços de aprovisionamento, a protecção dos recursos florestais para as gerações futuras é um dos serviços com maior visibilidade e pode funcionar como motivação para as comunidades se envolverem na protecção da natureza. Hamilton (2004) corrobora a ideia que as plantas medicinais podem ser inseridas na estratégia de gestão sustentável das Áreas Protegidas e das populações locais (potenciando oportunidades de emprego). Quanto aos serviços culturais, McNeely (1994) argumenta que estas áreas podem desempenhar um papel importante para preservar a identidade cultural e as características antrópicas da paisagem. Apesar dos benefícios destes serviços não serem tão palpáveis, servem para aproximar os gestores e as populações na tomada de decisões. O ecoturismo é visto como alternativa ideal de receitas nas Áreas Protegidas, de forma a implementar projectos de desenvolvimento sustentável. É um benefício tangível para a economia local (com a venda de produtos, artesanato e outros serviços) e para o orçamento da própria Área Protegida. Os pagamentos directos por parte do Estado às comunidades locais pelos serviços de conservação dos ecossistemas é uma forma de compensá-los dos possíveis impactes e diminuir a pobreza, muitas vezes associada aos habitantes locais, principalmente em países em desenvolvimento. Apesar de ser uma medida que tem ganho adeptos, ainda abrange uma pequena percentagem de áreas naturais classificadas e tal como outras estratégias, também há reveses, como a possível dependência dos beneficiários destes pagamentos, podendo ser encarada como uma estratégia de financiamento a longo prazo. Além disso há o risco de que as franjas mais pobres não sejam abrangidas por estas compensações, pois não detêm propriedade da terra. Os serviços de gestão sustentável dos recursos estão associados aos Programas de Desenvolvimento e Conservação Integrada, que nas últimas décadas têm-se tornado populares, que permite conjugar a biodiversidade e o desenvolvimento local. Estes programas, para além de esclarecer sobre as actividades de protecção da natureza, promovem a educação ambiental. Por fim, os serviços de protecção de ameaças externas relacionam-se, em muitos casos, com as próprias comunidades locais, que de forma a salvaguardar os recursos locais, criam Áreas Protegidas em parceria com ONGs e conservacionistas, como foi o caso do Parque Nacional do Ártico, no Alasca, em que as gentes locais colaboraram com as organizações de protecção do ambiente de forma a evitar a construção de um oleoduto.

Porém, as Áreas Protegidas têm um lugar excepcionalmente controverso enquanto ferramenta de conservação, tal como Colchester *et al* (1997) enunciam, para

alguns elas foram criadas à custa das comunidades locais (o termo inclui as populações que vivem nas Áreas Protegidas e nas imediações), e para outros elas são responsáveis por perpetuar a pobreza através da contínua negação do acesso à terra e a outros recursos. Daí surgem vários conflitos decorrentes da apropriação destes espaços protegidos. Fernandes (2005) apresenta-nos alguns exemplos de conflitos, tais como: a questão da exploração de novas fontes de energia por parte dos EUA, no caso o petróleo, na Reserva Natural de Vida Selvagem do Ártico, no Alaska em 2001; no caso de Áreas Protegidas de montanha o turismo e a pressão sobre os recursos podem igualmente constituir um conflito, como é o caso do Parque Nacional do Monte Everest no Nepal, que tem vindo a sofrer problemas com depósitos de lixo e que segundo Sanjay (2000) este parque tornou-se a *“lixreira mais alta do mundo”* (in Fernandes 2005, p. 156).

Desta forma, alguns dos custos muitas vezes impostos às comunidades locais com a criação de Áreas Protegidas são a deslocação das populações⁴, expropriações ou a perda de infra-estruturas, advinda das concessões de empresas madeireiras. Burnham (2000) expõe que um dos exemplos mais conhecidos de deslocação dos habitantes locais foi a remoção das comunidades indígenas do Parque Nacional de Yellowstone pelo exército norte-americano.

Segundo Cernea (1997) há 8 grandes riscos para as pessoas deslocadas, são eles: a perda dos terrenos; a perda de emprego; a perda dos seus lares (tanto fisicamente como espaço cultural); a insegurança alimentar; o aumento de doenças e da mortalidade; a perda do acesso à propriedade comum, como seja floresta, água, etc. e por fim a desarticulação social.

Porém, há poucos estudos rigorosamente documentados sobre este aspecto nas Áreas Protegidas e os que existem debruçam-se essencialmente sobre a retirada das comunidades em países africanos e asiáticos, como é o caso do Parque Nacional Royal Chitwan no Nepal ou o Parque Nacional de Waza nos Camarões.

Jacques (2006, p. 4) contesta esta opção de deslocamento das populações locais, principalmente as indígenas, dizendo que *“a permanência desses povos, longe de promover necessariamente degradação, pode contribuir na preservação desse ambiente”* e mais, Diegues (2004, p.151) afirma que *“muitas espécies endémicas de regiões da América Central chegaram aos nossos dias graças à protecção das populações indígenas”*.

⁴ Segundo definição do Banco Mundial é: a “(i) recolocação ou perda de abrigo; (ii) perda de bens ou o acesso a estes; ou (iii) perda de fontes de rendimento ou meios de sobrevivência, quer as pessoas afectadas tenham ou não de ir para outro local, quer a restrição involuntária ao acesso aos parques e áreas protegidas em resultado de impactes adversos no dia-a-dia das pessoas deslocadas”.

Mas apesar de algumas mudanças nas políticas de gestão das Áreas Protegidas, Jacques (2006, p. 5) não vê grandes mudanças na gestão de grande parte dos parques da América Central e do Sul, pelo contrário, os conflitos mantêm-se, reiterando que *“o antigo morador, que poderia ser um agente em defesa do Parque, torna-se, de uma hora para outra, com a imposição da visão urbana/industrial/turística, o seu principal agressor e o principal elemento a ser combatido e controlado”*.

Para além dos conflitos directos entre uma área protegida e os locais, dos custos que a sua implementação acarreta em muitos casos há ainda que equacionar os desafios que a criação de uma área destas possa trazer, como é o caso da falta de reconhecimento das Áreas Protegidas como “capital natural”, apesar das demonstrações dos valores económicos das Áreas Protegidas e da consequente necessidade de conservação, estas ainda são pouco consideradas no planeamento e desenvolvimento económico, assim como os Estudos de Impacte Ambiental (EIA), que são em muitos casos negligenciados. O ecoturismo não deve ser encarado como “tábua de salvação” para as Áreas Protegidas e as populações locais, pois este também acarreta consequências negativas, como a extracção de recursos nas áreas anexas, o desenvolvimento de infra-estruturas, para além da “sombra” da dependência das populações locais e a distribuição pouco equitativa dos benefícios gerados pelo turismo, um exemplo dessa distribuição ou falta dela, é o Parque Nacional de *Cross River* na Nigéria, em que apenas uma aldeia beneficia do turismo, apesar de inúmeros projectos e investimentos. Outra barreira passa pelos interesses económicos dos habitantes locais no planeamento e gestão das Áreas Protegidas, que podem não coincidir com os objectivos traçados pela administração estatal. Middleton (2010) acrescenta os conflitos recorrentes entre as comunidades e associações de caça e as Áreas Protegidas, apesar de ambas manterem a biodiversidade, ainda que com muitas visões opostas. Aliás Weissen (2010, p. 17) acrescenta que a caça e a conservação em nada são incompatíveis e que *“ao excluir os caçadores das Áreas Protegidas (...) estar-se-á a alienar um grupo motivado para a conservação da natureza; (...) e tudo começa com o reconhecimento que a caça necessita de protecção e a protecção necessita da caça e quando combinadas dão sentido à conservação”*. Outro problema que se levanta é a injeção de fundos internacionais para estas áreas, em que a população local pode ser vista como uma ajuda permanente, criando um círculo de dependência, resultando em exigências constantes por ajuda ao governo central (sendo uma situação bastante comum nos países em desenvolvimento). Por fim não podemos deixar de mencionar que na maioria dos casos não há parcerias entre nações no que diz respeito às Áreas

Protegidas e ecossistemas comuns, de forma a partilhar os benefícios decorrentes, sendo as bacias hidrográficas internacionais um exemplo disso.

Como mencionam Kaus (1993) e Bedunah e Schmidt (2004), há outros impactes a ter em conta no que diz respeito ao “confronto” entre Área Protegida e o território geográfico e social, como é o caso da redução da terra disponível para agricultura, pastagem ou extracção; ou a mudança no manto vegetal e nas estruturas comunitárias e culturais, que originam a diminuição do poder das instituições comunitárias no controlo da terra. Esta restrição no uso dos recursos naturais, segundo o Banco Mundial, é uma forma de deslocação, ainda que não seja física.

Segundo Rasker e Krech, o turismo nas Áreas Protegidas também pode constituir um impacto na população local, já que o ecoturismo é visto como um valor comercial, o que pode alterar as tradições e cultura comunitárias, de forma a obter rendimento.

Um outro impacto bastante noticiado é o conflito entre o ser humano e a vida selvagem e a consequente degradação dos recursos, pois se por um lado há um aumento da população, por outro diminuem os habitats da fauna selvagem. Deste conflito resulta muitas vezes a perda parcial das culturas (reduzindo o rendimento agrícola), perseguição à vida selvagem e ameaças à vida humana. Deste conflito pode inflamar um outro, a deterioração da relação entre as populações locais e as administrações das Áreas Protegidas.

Em síntese, os custos e benefícios da implementação de uma Área Protegida para as populações locais dependem grandemente da governança e gestão da mesma. Se a Área Protegida tiver regulamentação restrita é necessária a envolvimento e cooperação das populações de forma a compensar as suas perdas, caso contrário a resposta por parte das comunidades vai ser a contrária, criando conflitos.

Como abordámos há casos em que as actividades humanas estão harmoniosamente em sintonia com a protecção da natureza. Nestes casos o desenvolvimento local é um objectivo compatível com a existência de uma Área Protegida, aliás pode ser impulsionado por esta, se este espaço legalmente regulamentado se tornar um actor principal na estratégia de desenvolvimento, que deve ser concertada para abranger os objectivos de protecção e de desenvolvimento de um território único e comum. Contudo há igualmente muitos casos em que a Área Protegida se isola do meio social, que também integra o seu espaço geográfico, e casos das populações locais que se auto excluem, criando conflitos já mencionados, que podem advir de uma gestão demasiado concentrada no espaço protegido e com uma abordagem ao desenvolvimento local

tradicionalista, que além disso, muitas vezes é bloqueada pelos objectivos e princípios proteccionistas que regem a maioria das Áreas Protegidas.

Porém as Áreas Protegidas e as comunidades locais podem e devem abordar o desenvolvimento do território pela proximidade e envolvimento dos diversos parceiros, na perspectiva da governança, assumindo uma atitude pró-activa, em que o desenvolvimento económico e social tem em conta a biodiversidade e as necessidades dos habitantes.

Toda esta problemática entre as redes de Áreas Protegidas, a interacção (maior ou menor) com todos os intervenientes locais e a promoção ou impedimento ao desenvolvimento destas comunidades e territórios levanta algumas interrogações, principalmente no que toca ao nosso território de estudo, a “cobaia”, por assim dizer. Tal como vimos anteriormente um território não contempla apenas os seus fenómenos físicos, mas também os sociais e os que lhes advêm e no caso do PNM, que iremos abordar no capítulo seguinte o território onde se insere é uma miríade de fenómenos únicos, em que valorizar apenas alguns é pôr em risco a sobrevivência de outros, mas será mesmo assim?

As populações locais estão condenadas a condições de vida menos satisfatórias para que não se perturbe o quadro paisagístico e natural daquelas áreas? Será a conservação da natureza compatível com a presença humana? Se sim, qual o tipo de estratégias de gestão que o Parque deve adoptar? Ou a política equacionada e posta em prática actualmente é a que melhor serve os interesses de todos? E o desenvolvimento local é assegurado nesta política? E mais importante, que tipo de desenvolvimento local as áreas rurais deste parque natural necessitam? Pois, tal como vimos, as abordagens ao desenvolvimento e os projectos a implementar dependem das necessidades locais, das características endógenas e das oportunidades de cada território e é natural que as iniciativas ao desenvolvimento local em áreas protegidas da Ásia sejam diferentes das postas em prática no Canadá e têm de ser distintas das necessidades de uma área como o PNM.

A gestão de Áreas Protegidas envolve questões de longo prazo, que estão associadas aos interesses da sociedade e à sua sustentabilidade temporal a nível mundial, e também questões de curto prazo, ligadas ao quotidiano de quem nelas vive e trabalha. Para Fadigas (2007, p. 201) as *“áreas protegidas não são apenas instrumentos de conservação de habitats e espaços de elevado valor natural, biológico e paisagístico. São também instrumentos de qualificação dos espaços habitados e de promoção económica e social de seus habitantes”*. Condição essencial para que se mantenham

vivos e habitados. Sob pena de a conservação da natureza deixar de ser um *“instrumento de desenvolvimento e progresso social, cultural e económico, para ser, simplesmente, um instrumento de protecção e salvaguarda de componentes biofísicas, da fauna, da flora e de ocorrências geográficas e geológicas”* (Landovsky e Mendes, 2010, p. 10). Porém ainda há um longo caminho a ser percorrido pelas Áreas Protegidas, apesar das suas conquistas, mudanças de rumo e atitude.

CAPÍTULO II: O PARQUE NATURAL DE MONTESINHO: ESPAÇO LEGAL, GEOGRÁFICO E SOCIAL

“A simples declaração legal não dá garantia por si mesma da conservação dos valores protegidos, nem tão pouco do desenvolvimento sustentável. É preciso desenvolver estratégias que os dotem de protecção efectiva e gestionem o território”
(Alves, 2008, p. 24).

O PNM surge no seguimento da necessidade de criar e proteger determinadas áreas, quer pelo seu valor ambiental e paisagístico, quer cultural e patrimonial. Surgem então as áreas protegidas e designadamente a nomenclatura de parque natural que abordaremos, destacando o de Montesinho.

Para além dos aspectos legais relativos ao PNM, incluindo o novo plano de ordenamento e respectivo regulamento, é igualmente importante descortinar todo o enquadramento geográfico, caracterizando-o, o que permite compreender as características únicas que faz dele uma área protegida, assim como os indicadores socioeconómicos que representam a outra realidade vivida neste espaço geográfico, a social, comparando-os com dados representativos dos concelhos que abrangem o parque, Bragança e Vinhais.

2.1 A GÉNESE DO PARQUE NATURAL DE MONTESINHO

O Aviso n.º 18/93, no seu Artigo 7.º, define parque natural como sendo *“uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo de integração harmoniosa da actividade humana e da natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural”*. O Decreto-Lei n.º 142/2008 acrescenta à anterior definição, no seu Artigo 17.º, que *“a preservação da biodiversidade*

a longo prazo possa depender da actividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços”.

O Artigo 17.º do já referido Decreto-Lei n.º 142/2008, alínea 2, preconiza três objectivos gerais para a classificação desta categoria de Área Protegida, são eles:

- a) “A promoção de práticas de manejo que assegurem a conservação dos elementos da biodiversidade;
- b) A criação de oportunidades para a promoção de actividades de recreio e lazer, que no seu carácter e magnitude estejam em consonância com a manutenção dos atributos e qualidades da área;
- c) A promoção de actividades que constituam vias alternativas de desenvolvimento local sustentável.”

Em Portugal Continental, existem actualmente treze parques naturais: Montesinho; Douro Internacional; Litoral Norte (criado em 2005); Alvão; Serra da Estrela e Arrábida (datados de 1976); Tejo Internacional; Serras de Aire e Candeeiros; São Mamede; Sintra-Cascais; Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; Vale do Guadiana; e Ria Formosa.

Em 1979 é criado o Parque Natural de Montesinho (PNM), cuja área, umas das maiores Áreas Protegidas de Portugal, compreende as serras de Montesinho e Coroa, pelo Decreto-Lei n.º 355/79 de 30 de Agosto. Para a sua criação contribuíram as características únicas das suas paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, a fauna e flora excepcionais, assim como os aspectos singulares a nível etnográfico, arqueológico e arquitectónico. Em 1997 o PNM é reclassificado pelo Decreto-Regulamentar n.º 5-A/97 de 4 de Abril, por imperativo do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro que criou um novo quadro de classificação das Áreas Protegidas.

Todavia a ideia de criação de um parque nesta região surgiu antes de 1979, devido ao pioneirismo do professor Dionísio Gonçalves, que após diversos estudos por ele realizados, concluiu que era importante preservar determinados biótopos, alguns deles únicos no país e daí iniciou contactos entre as autarquias locais e governo central para que a área da serra de Montesinho detivesse estatuto de Área Protegida.

O artigo terceiro do Decreto-Lei n.º 19/93, que reclassifica o PNM, define os objectivos específicos para esta Área Protegida, como sendo:

1. *“Preservar as espécies animais e vegetais e os habitats naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção;*
2. *Preservar os biótopos e as formações geológicas, geomorfológicas e espeleológicas notáveis;*

3. *Preservar ou recuperar os habitats da fauna migratória;*
4. *Preservar os locais que apresentem um interesse especial e relevante para a evolução natural dos processos ecológicos;*
5. *Preservar e conservar o património natural e paisagístico de todos os impactes negativos que possam resultar directa ou indirectamente de actividades humanas;*
6. *Promover um modelo de desenvolvimento sustentado, demonstrativo de uma estreita articulação entre a gestão e preservação do património natural e a valorização das manifestações humanas locais;*
7. *Instituir a participação e o envolvimento activo da população local na prossecução dos objectivos do Parque Natural;*
8. *Valorizar todas as manifestações peculiares da cultura local;*
9. *Criar condições que propiciem o lazer e o recreio, numa perspectiva de sensibilização ambiental.”*

Podemos então afirmar que o PNM tem quatro áreas de actuação: conservação da natureza, apoio ao desenvolvimento local, informação e educação ambiental e recreio e lazer (ICNB, 1998).

2.2 DELIMITAÇÃO E ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O PNM situa-se no Nordeste Transmontano de Portugal Continental, inserido em dois concelhos, Bragança e Vinhais e integra-se desta forma na designada Terra Fria e na NUTS III, Alto Trás-os-Montes. Está delimitado, de uma forma genérica, pelas fronteiras com Espanha a Oeste, Norte e Leste e pelos municípios de Bragança e Vinhais a Sul.

O PNM compreende uma superfície total de 74 229 ha, com uma população residente de cerca de 8000 habitantes, que, segundo o Relatório de Caracterização do POPNM, tem vindo a decrescer. A área do parque insere-se nos concelhos de Bragança e Vinhais, e no primeiro caso esta Área Protegida abrange 43604,5 ha da área total do concelho, já no caso de Vinhais, a área do PNM é de 30891,6 ha (ver figura n.º3 e Anexo 4).

O parque abrange 88 aldeias, pertencentes a 38 freguesias dos dois concelhos atrás referidos, como podemos ver no quadro n.º4.

Integrando o Maciço Hespérico, o PNM desenvolve-se no alinhamento orográfico das Serras de Montesinho e Coroa e caracteriza-se por planaltos em contraponto aos vales, muitas vezes encaixados. A nível climático, insere-se numa região marcada pela continentalidade, muito devido à orografia, caracterizando-se por Invernos frios e longos

(com formação de geada) e Verões quentes, secos e curtos, o que propicia a criação de um macroclima que se pode resumir no adágio popular: “nove meses de Inverno e três de inferno”. A sua rede hidrográfica é relativamente densa e na sua globalidade os rios e afluentes do PNM inserem-se na rede hidrográfica do rio Douro. Os principais cursos de água que percorrem o parque são os rios Mente, Tuela, Rabaçal, Baceiro, Sabor, Igrejas, Onor e Maças.

A paisagem desta Área Protegida é um mosaico vegetal diversificado (ver figura n.4), dominado por prados permanentes, também conhecidos por lameiros, terras de cultivo agrícola, matos de estevas, urzes e giestas, soutos (deveras importante para a economia local e nacional) e bosques compostos de carvalhos, com destaque para o *Quercus pyrenaica*, sobreiros, azinheiras e freixos. É de destacar neste mosaico paisagístico a presença de diversas espécies macrofúngicas, os cogumelos, que têm dois grandes picos de ocorrência, na Primavera e no Verão. O POPNM e o seu regulamento dão destaque a estes fungos, por as espécies comestíveis constituírem um suplemento financeiro e alimentício para muitas famílias, apesar do conhecimento por parte da população ser limitado.

Para além de uma flora diversificada, a fauna é igualmente diversa e segundo o POPNM, cerca de 70% das espécies mamíferas terrestres, existentes em Portugal, estão presentes no PNM. De todas as espécies podemos destacar, sucintamente, a águia-real, a cegonha-preta, o lobo ibérico, a víbora-cornuda, veado, corço, javali, o gato-bravo, ratos-lameiros (única região de Portugal onde há ocorrência) e também 14 espécies de morcegos. Devido a esta diversidade de habitats e paisagens o PNM torna-se uma região única e justificam em parte a sua classificação.

Mas como foi atrás mencionado, a Área Protegida em estudo deve a sua classificação também pelos seus valores culturais, arquitectónicos e arqueológicos. Segundo estudos arqueológicos a presença humana na região transmontana e particularmente no PNM remonta ao Paleolítico. Destacam-se gravuras rupestres no vale do rio Sabor, a Lorga de Dine (que terá funcionado como necrópole e armazém alimentício), povoados fortificados mais conhecidos por castros e diversos vestígios dos períodos do Ferro e Romano, principalmente.

Quadro 4: Aldeias e freguesias dos concelhos de Bragança e Vinhais que integram o PNM.

CONCELHO	FREGUESIAS	ALDEIAS
Bragança	Aveleda	Aveleda; Varge.
	Babe	Babe; Labiados.
	Baçal	Baçal; Sacoias; Vale de Lamas.
	Bragança, Sé *	
	Carregosa	Carragosa; Soutelo.
	Castrelos *	
	C.Avelãs	Grandais.
	Deilão	Deilão; Petisqueira; Vila Meã.
	Donai	Donai; Sabariz; Lagomar; Vila Nova.
	Espinhosela	Espinhosela; Terroso; Cova de Lua; Vilarinho.
	França	França; Montesinho; Portelo.
	Gimonde	Gimonde.
	Gondesende	Gondesende; Oleiros; Portela
	Meixedo	Meixedo; Oleirinhos.
	Parâmio	Parâmio; Zeive; Fontes; Maças.
	Quintanilha	Quintanilha; Veigas; Réfega.
	Rabal	Rabal.
	Rio de Onor	Rio de Onor; Guadramil.
	São Julião de Palácios	São Julião; Caravela; Palácios.
Vinhais	Edral	Sandim.
	Fresulfe	Fresulfe; Dine.
	Mofreita	Mofreita.
	Moimenta	Moimenta.
	Montouto	Montouto; Carvalhas; Casares; Landedo; Vilarinho das Touças; Cerdedo.
	Paço	Paço; Quintela.
	Pinheiro Novo	Pinheiro Novo; Pinheiro Velho; Sernande.
	Quirás	Quirás; Cisterna; Edroso; Vilarinho.
	Santa Cruz	Santa Cruz.
	Santalha	Santalha, Penso; Contim; Seixas.
	Sobreiró de Baixo	Soutelo; Sobreiró de Cima; Cobelas.
	Soeira	Soeira.
	Travanca	Travanca.
	Tuizelo	Tuizelo; Cabeça de Igreja; Peleias; Nuzedo de Cima; Salgueiros; Quadra.
	Vilar Seco da Lomba	Vilar Seco da Lomba; Gestosa; Passos.
	Vila Verde	Vila Verde; Prada.
	Vilar de Lomba *	
	Vilar dos Ossos	Vilar de Ossos; Zido; Lagarelhos.
	Vinhais	Rio de Fornos.

* Freguesias que incluem apenas área territorial.

Fonte: Produção própria.

A cultura transmontana é baseada num rico e enraizado património etnográfico, que vai desde traços de vida comunitária (no caso de fornos, lagares, moinhos) que ainda podemos encontrar em Rio de Onor, mas também a entreajudá nos trabalhos agrícolas,

como é o caso da apanha da castanha e da azeitona e as vindimas e sem esquecer a matança do porco, no mês de Dezembro, que funciona como uma festa da família. Mas é igualmente de salientar outras festas características da região que bebem muito da fusão entre o cristianismo e o paganismo, como é o caso da Festa dos Rapazes, o Entrudo e a Quaresma, com as suas máscaras, caretos e chocalhos, que já são imagem de marca de algumas aldeias, que constam dos roteiros turísticos da região, havendo um museu que retrata a história destas máscaras em Bragança.

No que diz respeito ao património arquitectónico, destaca-se a arquitectura religiosa, com as suas igrejas (muitas medievais) e cruzeiros, a arquitectura civil (como pontes e pelourinhos) e a tradicional, como é o caso das casas rurais, em que predomina a construção em xisto e a cobertura de lousa. De ressaltar outras construções rurais como os pombais, os fornos comunitários, os moinhos, as aqueiras e a represas (estes últimos são propriedade colectiva).

Assim sendo podemos concluir que esta Área Protegida é um mosaico que integra a diversidade de fauna, flora, paisagens, actividades humanas, em que rivalizam as tradições, a necessidade de proteger e regulamentar e o desenvolvimento económico da região. Tal diversidade num território implica divergências e conflitos, principalmente entre os ditos protectores e os protegidos, como anteriormente observámos.

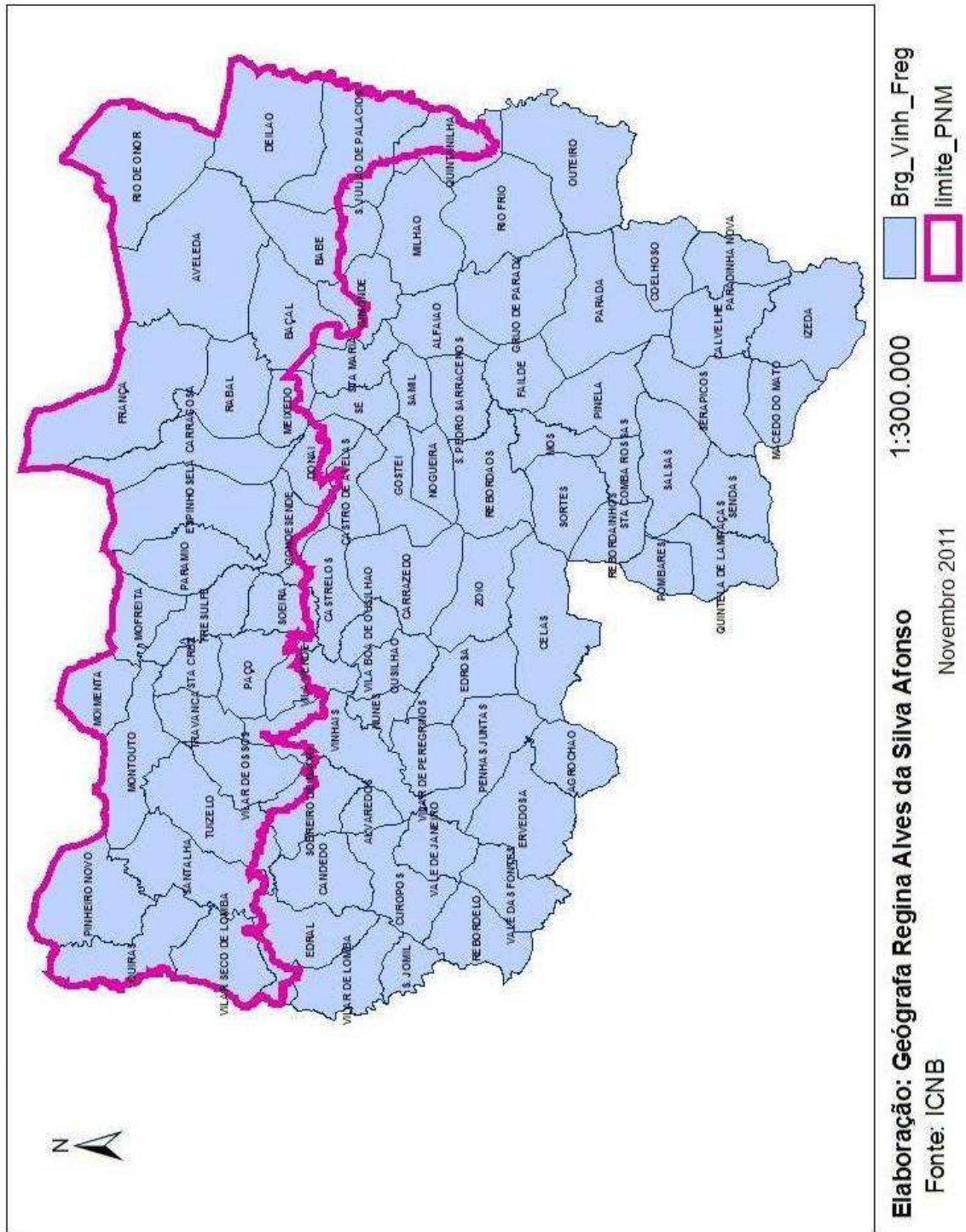


Figura 3: Carta de Enquadramento do PNM nos Municípios de Vinhais e Bragança.

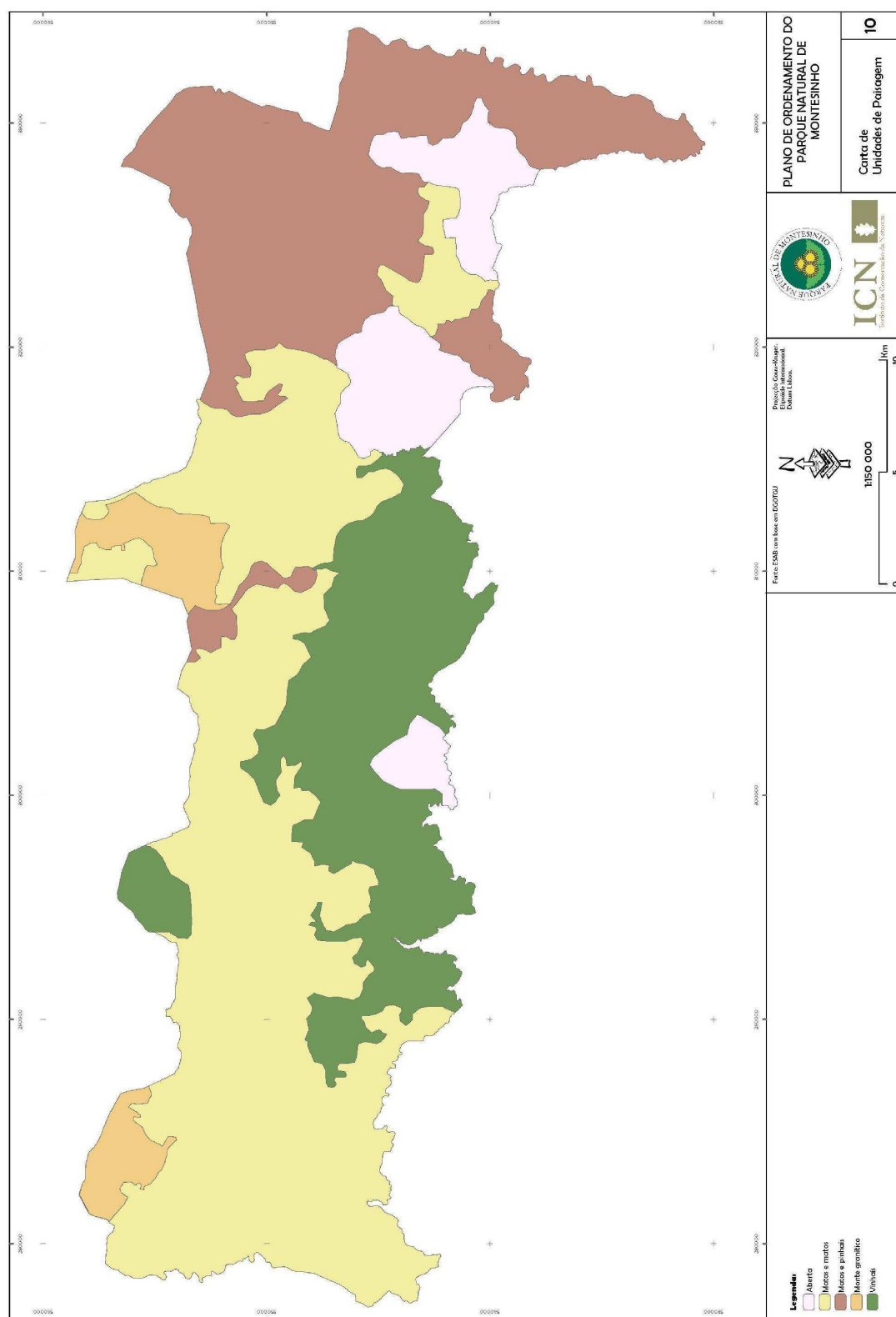


Figura 4: Carta de unidades de Paisagem do PNM.

Fonte: POPNM, ICNB

2.3 REGULAMENTAÇÃO LEGAL

Em 24 de Novembro de 2008 é publicado em DR a Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008 o POPNM e o respectivo regulamento e plantas de zonamento (ver figura n.º 5) e condicionantes, no seguimento da reclassificação do PNM, com o Decreto Regulamentar n.º 5-A/97, que instituiu a necessidade de um plano de ordenamento para esta Área Protegida.

Os objectivos específicos instituídos pelo artigo 3º do presente regulamento acrescenta alguns aspectos aos já enunciados aquando da reclassificação do PNM, destacamos:

1. “Promover o desenvolvimento rural, levando a efeito acções de estímulo e valorização das actividades que garantam a preservação da paisagem e dos valores naturais existentes (...);”
2. “Promover o desenvolvimento local, levando a efeito acções de estímulo e valorização do sector sócio-económico assente na pequena agricultura de base familiar, através de iniciativas integradas e direccionadas nomeadamente para os produtos da terra, raças autóctones, gastronomia, artesanato e turismo”;
3. “Disciplinar a proliferação de construções dispersas no meio rural, impedindo o fraccionamento de propriedades e potenciando as acções de emparcelamento”;
4. “Promover a educação ambiental, divulgação e conhecimento dos valores naturais e sócio-culturais (...);”
5. “Promover e divulgar o turismo de natureza”;
6. “Promover a investigação científica e o conhecimento sobre os ecossistemas presentes e a diacronia da paisagem cultural, bem como a monitorização dos seus *habitats* naturais e espécies.”

Destes objectivos específicos o presente regulamento, no seu capítulo II, artigo 7.º, define algumas acções e actividades a serem fomentadas, ainda que sejam demasiado generalistas, entre elas, o desenvolvimento sustentável, fomentado através das actividades económicas ditas tradicionais, como o fumeiro, a carne de espécies autóctones, a castanha, cogumelos e artesanato, assentes numa exploração extensiva, de assinalar que associado ao desenvolvimento sustentável vê apenas contemplado uma das suas três componentes, a economia; estimular as actividades económicas inovadoras, que se enquadram nos regimes de protecção desta Área Protegida, todavia não especifica que actividades poderão ser licenciadas na área do parque; o já referido

turismo de natureza e as actividades associadas a este são acções a ter em conta, como por exemplo a divulgação, sinalização e gestão dos percursos interpretativos, assim como dos equipamentos existentes.

O artigo 8.º expõe as actividades interditas fora dos perímetros urbanos, o que faz dele um dos artigos mais polémicos do regulamento do POPNM. Só para enunciar alguns aspectos, é proibido a colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies vegetais ou animais protegidos; instalação de campos de golfe, oleodutos, teleféricos, elevadores e similares; competições desportivas motorizadas de qualquer natureza realizadas fora das estradas asfaltadas; prática de campismo ou caravanismo fora dos locais assinalados; a limpeza mecanizada dos terrenos com lâmina ou ancinho frontal, salvo em casos de combate a incêndios florestais ou projectos aprovados pela tutela; o pastoreio livre; actividades cinegéticas fora do período e calendário definidos, entre outras.

O artigo seguinte apresenta as actividades condicionadas, fora dos perímetros urbanos, a parecer vinculativo do ICNB, entre elas destacamos: a abertura de estradas, caminhos e trilhos ou a beneficiação e ampliação ou modificação das existentes, com excepção para a manutenção dos caminhos agrícolas; a instalação de infra-estruturas de produção, distribuição ou transporte de rede eléctrica, de gás natural, de telecomunicações, água, saneamento básico e a instalação de parques eólicos; realização de obras de construção, reconstrução, ampliação e demolição de edificações para fins habitacionais, industriais, comerciais ou agrícolas; a constituição de zonas de caça e a instalação de campos de treino de caça; são ainda sujeitos a autorização por parte das autoridades do parque, as actividades de destruição de sebes vivas dos terrenos agrícolas, muros e a instalação de vedações; a colheita de cogumelos para fins comerciais; a fotografia ou filmagem profissional para fins comerciais ou publicitários em espaços públicos; limpeza e desobstrução de linhas de água e as suas margens, exceptuando as áreas de servidão das estradas e em caso de emergência; realização de competições desportivas, espectáculos, festas populares, feiras e mercados; etc.

Uma das actividades em crescente destaque é a colheita de cogumelos silvestres, que também está regulamentada na área abrangida pelo PNM, alguns dos aspectos proibidos passam pela colheita dos macrofungos desde o pôr-do-sol ao amanhecer; à quarta-feira; a destruição deliberada de exemplares, quer por serem demasiado pequenos ou maduros ou de espécies não comestíveis; é igualmente proibido o transporte dos cogumelos em sacos de plástico.

Como já mencionado, o turismo de natureza é um dos objectivos a impulsionar pelo parque, mas tal como a maioria das actividades, também é regulamentada por este.

Desde os alojamentos, que devem se localizar em áreas complementares ou urbanas, terem uma área máxima de 3000 m², lotação máxima de 40 pessoas e um parque automóvel com o máximo de 10 lugares. Relativamente à prática de actividades ao ar livre, tais como percursos e circuitos de manutenção, é da competência do ICNB a definição, gestão, divulgação e sinalização dos locais para tais actividades. O regulamento prevê a criação de uma carta de desporto de natureza, em elaboração, e enquanto esta não é aprovada há várias restrições em determinadas áreas do parque, nomeadamente nas áreas de protecção parcial I e II, no que diz respeito ao número de pessoas em percursos pedestres, bicicletas, cavalos, jogos populares, etc. (ver quadro n.º5).

Se por um lado o regulamento do POPNM restringe a actividade turística, por outro reconhece a importância do potencial do turismo de natureza, estabelecendo, inclusive, um enquadramento estratégico no âmbito do SIVETUR (Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica). No quadro 43 do Relatório de Caracterização do PNM são expostas algumas das potencialidades deste tipo de turismo na Área Protegida, tal como a proximidade com outras Áreas Protegidas com valor turístico, nomeadamente o Parque Natural del Lago de Sanabria y alrededores e a Reserva Regional de Caza de la Serra da Culebra; a riqueza paisagística; percursos pedestres interpretados; desportos de natureza, serviços e actividades de animação (ainda que como vimos anteriormente esta potencialidade está condicionada); património histórico-cultural; festas, feiras e romarias, em que podemos inserir a promoção das raças autóctones e os produtos regionais; artesanato e gastronomia, destacando os produtos de fumeiro.

Há, no entanto, evidência que sugere a fragilidade da promoção do turismo. De salientar que o número de visitantes que contactaram as instalações do PNM tem vindo a diminuir (ver anexo 5) desde 1996 até 2008 (em que atingiu apenas 4152), tendo registado uma subida significativa no ano de 2009 (totalizando 8086 visitantes nesse ano). Contudo não tivemos acesso aos dados de 2010 para compreendermos se é um fenómeno em ascensão ou apenas pontual.

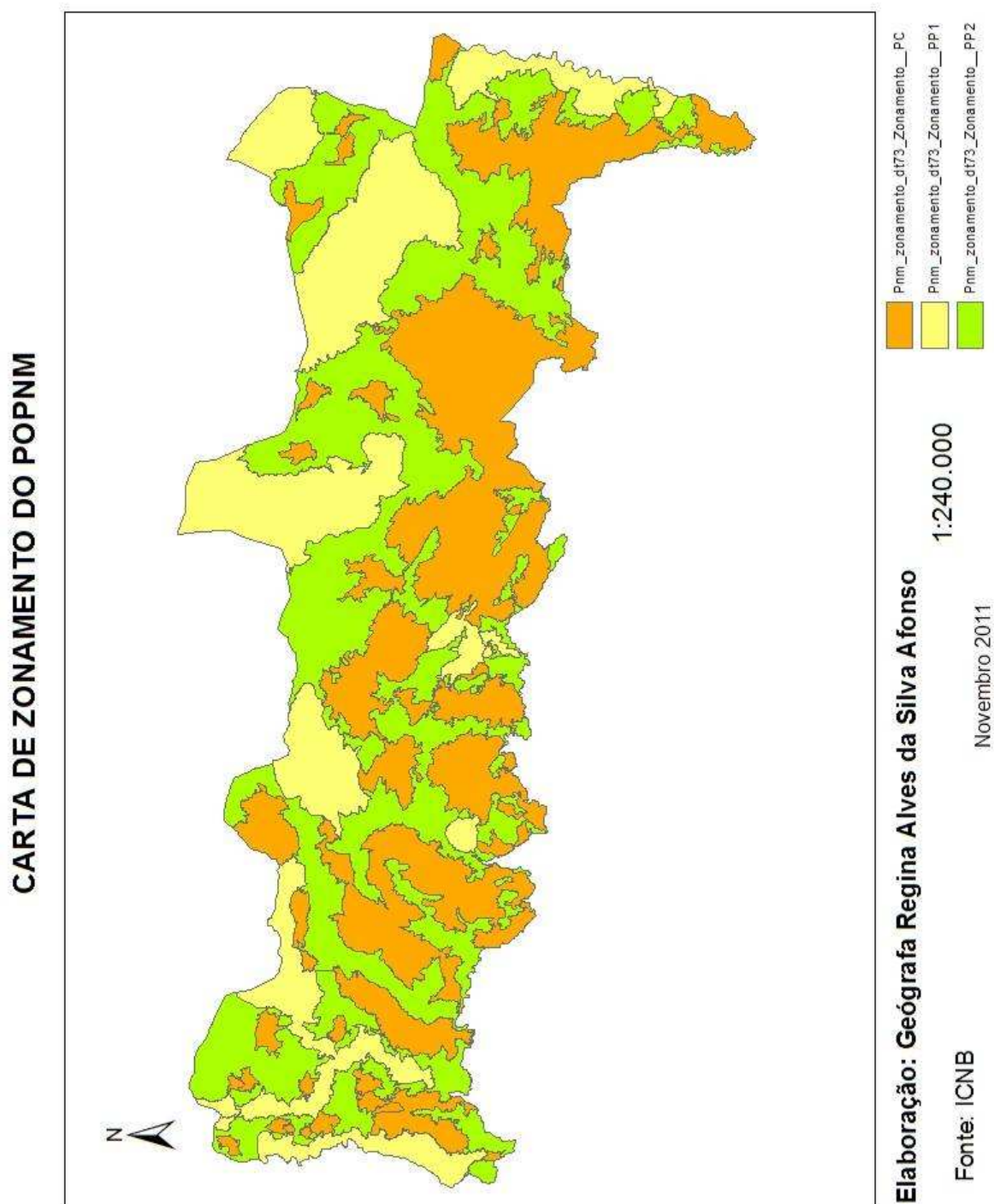


Figura 5: Carta de Zonamento do POPNM.

Quadro n.º 5: Actividades de Turismo de Natureza no PNM.

Parque Natural de Montesinho			
Classes de espaço			
	Protecção Parcial do tipo I	Protecção Parcial do tipo II	Protecção Complementar
Plano de Ordenamento: RCM n.º 179/2008, de 24 de Novembro			
Validade dos pareceres emitidos: 1 ano			
Percursos Pedestres Sinalizados:			
11- Pequena Rota			
01- Grande Rota			
a) Passeios pedestres, expedições fotográficas, percursos interpretativos e actividades de observação de fauna e flora;	Parecer Prévio 3	Parecer Prévio 3	Parecer Prévio 3
b) Actividades de orientação;	Parecer Prévio 3	Parecer Prévio 3	Parecer Prévio 3
c) Actividades de teambuilding (constituída por uma ou mais actividades identificadas nesta tabela;	Parecer Prévio 3	Parecer Prévio 3	Parecer Prévio 3
d) Jogos populares;	Interdita	Interdita	Parecer Prévio 3
e) Montanhismo, escalada, actividades de neve, <i>canyoning</i> , <i>coasteering</i> e espeleologia;	Interdita	Interdita	Parecer Prévio 3
f) Percursos de obstáculos com recurso a <i>rape</i> , <i>slide</i> , pontes e similares;	Interdita	Interdita	Parecer Prévio 3
g) <i>Paintball</i> , tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares;	Interdita	Interdita	Parecer Prévio 3
h) Balonismo, asa delta sem motor, parapente e similares;	Interdita	Interdita	Parecer Prévio 3
i) Passeios de bicicleta (ciclismo ou BTT), passeios de <i>segway</i> e em outros veículos não poluentes;	Parecer Prévio 3	Parecer Prévio 3	Parecer Prévio 3
j) Passeios equestres, passeios em atrelagens de tracção animal e similares;	Parecer Prévio 3	Parecer Prévio 3	Parecer Prévio 3
l) Passeios em veículos todo o terreno;	Interdita	Interdita	Parecer Prévio 3
m) Passeios de barco com ou sem motor;	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
n) Observação de cetáceos e outros animais marinhos;	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
o) Vela, remo, canoagem e actividades náuticas similares;	Interdita	Interdita	Parecer Prévio 3
p) <i>Surf</i> , <i>bodyboard</i> , <i>windsurf</i> , <i>kitesurf</i> e actividades similares;	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
q) <i>Rafting</i> , <i>hidrospeed</i> e actividades similares;	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
r) Mergulho;	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

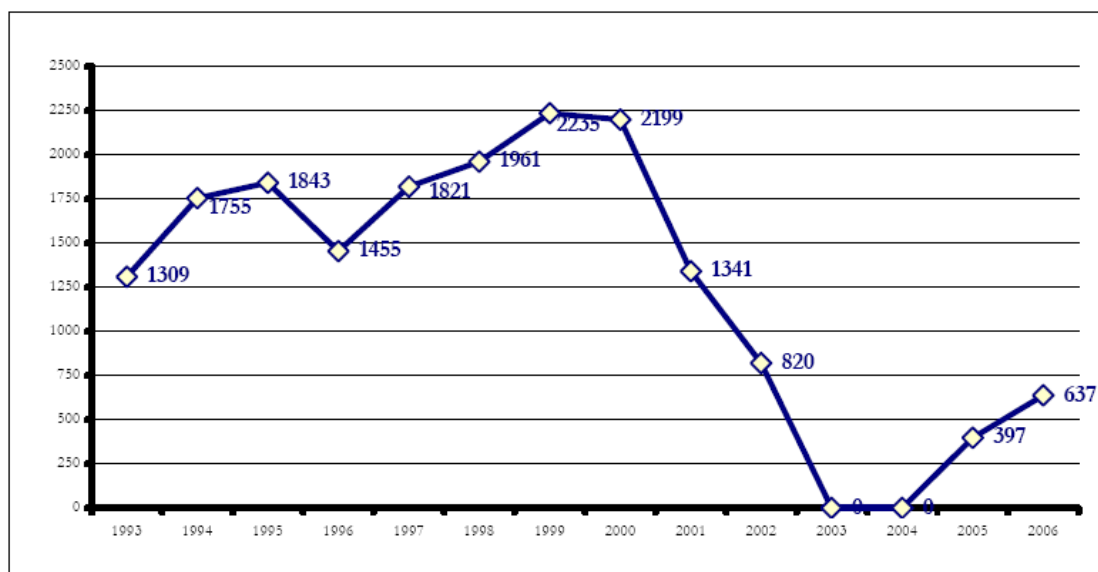
Fonte: ICNB

Nota:

- 1-O quadro acima identifica as condicionantes existentes no regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho (PNM).
- 2-O exercício das actividades identificadas está condicionado ao cumprimento do respectivo Plano de Ordenamento do PNM.
- 3-Nos casos identificados com "**Parecer prévio**", deverá ser solicitada a emissão de parecer ao abrigo do Plano de Ordenamento do PNM.

Outro aspecto que é necessário atender, no que concerne a actividade turística, é o alojamento. Na área do PNM há essencialmente duas modalidades, as Casas de Natureza do parque (9 na totalidade, em que 3 são em núcleos populacionais e as restantes isoladas) e os alojamentos em espaço rural. As casas do parque são espaços que têm vindo a ter uma crescente procura, principalmente, a partir de 2005, depois de uma quebra muito acentuada entre 2001 e 2004 (tendo sido encerradas entre 2003 e 2004, como se pode ver no gráfico n.º1). Apesar da crescente procura, principalmente na época natalícia, muitas vezes o PNM não disponibiliza toda a sua oferta, pois as casas isoladas, antigas Casas da Floresta, requerem muita manutenção, além do perigo de vandalismo.

Gráfico 1: Número de ocupantes dos abrigos de montanha do PNM.



Fonte: Relatório de Caracterização do POPNM.

Quanto aos alojamentos em espaço rural, tal como o anterior modelo de alojamento, tem tido uma progressiva procura, contando já com 15 habitações e mais 4 casas de natureza particulares. É igualmente importante referir a proximidade de 3 parques de campismo, dois inseridos na Área Protegida, que complementam a oferta de alojamento turístico no PNM. É de acrescentar a presença no PNM de 5 empresas ligadas à

animação ambiental, todavia a maioria dedica-se a passeios pedestres guiados, passeios de BTT e TT (ver Anexo 6).

2.4 DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÓMICO DO PNM

Neste ponto iremos abordar de uma forma breve os aspectos demográficos mais relevantes da população que habita em freguesias incluídas na área do parque nomeadamente a população residente, a sua evolução e variação, a repartição dos habitantes das várias freguesias que integram o parque por sectores de actividade⁵ económica e a distribuição de população por grupos etários.

Em termos de distribuição geográfica da população nos concelhos de Bragança e Vinhais e mais especificamente no PNM, esta traduz-se num povoamento muito disperso, muito condicionado pelos factores naturais do território e pela deficiente rede viária. Esta mesma rede viária tem vindo a ser melhorada e aumentada, assim como outras infra-estruturas, ao longo das duas últimas décadas.

Se, por um lado a rede viária se tornou mais densa, aproximando os diferentes núcleos rurais, por outro tornou-se num veículo ao serviço dos núcleos urbanos para atrair mais habitantes, corroborando desta forma a afirmação de Fonseca (1996), citada em Alves (2008, p. 54) de que *“a permanência do esvaziamento das áreas rurais, tem conduzido à concentração da população nos aglomerados urbanos mais importantes”*, neste caso nos centros urbanos de Bragança e Vinhais. Mas se por um lado esta migração para os aglomerados urbanos é um fenómeno característico do interior do nosso país, nesta região assiste-se a outro fenómeno, o “esvaziamento” dos núcleos urbanos aos fins-de-semana, quando os seus habitantes regressam às suas casas ou de familiares nas aldeias, nomeadamente aldeias que integram o parque.

Nas freguesias limítrofes às áreas urbanas de Vinhais e Bragança, como Donai e Castro de Avelãs (no caso de Bragança), a mesma rede urbana encurtou as distâncias, permitindo fluxos pendulares e diários mais ou menos intensos entre a residência na aldeia e o exercício da actividade económica nas urbes, que se distribui entre os sectores secundário e terciário, não esquecendo as deslocações dos alunos dos diversos graus de ensino. Esta realidade pode ser uma via para estancar ou pelo menos retrain o despovoamento tão característico desta região, incentivando a fixação da população em

⁵ Há que ter em conta que alguns dados sobre as freguesias incluem os totais destas, sendo que em alguns casos apenas parte das freguesias e os seus núcleos habitacionais estão no perímetro do PNM, o que pode inflacionar os valores. Ver tabelas em Anexo referentes à caracterização sócio-económica e demográfica.

áreas de retrocesso demográfico mas com infra-estruturas e sector imobiliário atractivos (Alves, 2008).

A evolução demográfica do PNM segue a tendência regressiva do interior do país; o índice de jovens na área do PNM tem vindo a diminuir progressivamente segundo dados dos Censos, por exemplo, se em 1981 era de 35,6%, em 1991 passou para 22,43%. Se analisarmos dados por freguesia, há valores preocupantes, como é o caso de Quirás com 10,04% e Rio de Onor com apenas 4,6% em 1991 (Alves, 2008). Isto traduz-se numa diminuição crescente dos nascimentos e na diminuição do número de óbitos (que se expressa pelo aumento da esperança média de vida), que origina um saldo fisiológico negativo em todos os períodos analisados. As razões associadas a esta situação prendem-se com a emigração, por um lado e por outro, ao aumento da esperança média de vida. As migrações, quer sejam internas quer sejam externas, esvaziaram as aldeias do parque de população activa e em idade fecunda, deixando apenas os idosos, que face à diminuição das taxa de natalidade e de mortalidade proporcionam o fenómeno do envelhecimento da população.

O caso de Rio de Onor (que tantos estudos proporcionou) é um exemplo peculiar de todo este cenário demográfico e associando os elementos naturais e a falta de acessibilidades (que ainda hoje não foram grandemente melhoradas), que permitiram em tempos desenvolver o aspecto particular de comunitarismo entre duas aldeias em que o rio é a fronteira, continuamos com uma aldeia isolada do centro urbano. Que resulta na perda dessa potencialidade que era um estilo de vida comunitário (o último rebanho comunitário foi vendido em Agosto de 2010, devido ao número reduzido de habitantes para o pastoreio), com dialectos característicos.

A regressão demográfica é notória no mapa (figura n.º 6) que mostra a densidade populacional. Se por um lado a maior concentração de povoados é nas freguesias limítrofes às áreas urbanas de Vinhais e Bragança, por outro as freguesias com menos densidade populacional são as mais próximas da fronteira, principalmente as que pertencem ao concelho de Bragança. Todavia se virmos apenas em termos de evolução demográfica, a perda é maior para as freguesias de Vinhais.

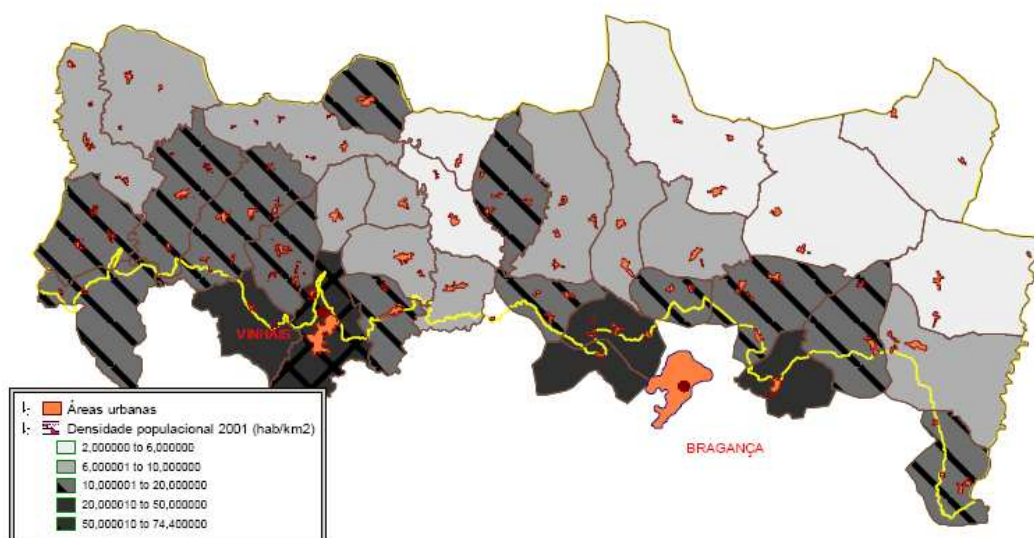


Figura 6: Densidade populacional, por freguesias, no PNM em 2001.

Fonte: Relatório de Caracterização do Plano de Ordenamento.

Analisando a evolução da população nas freguesias dos dois concelhos desde 1960 até 2011 (anterior e posterior à criação do PNM), a informação mais proeminente é a perda significativa de habitantes, o que resulta numa regressão demográfica em ambos os concelhos, como podemos aferir no gráfico n.º 2, em que a fuga ao interior rural, despromovido de oportunidades de emprego, inovação e iniciativa, é a principal causa; quer através da emigração (muito marcada nos anos 60 e 70), quer pela atracção que os centros urbanos locais exercem (uma maior oferta de emprego, mais acessibilidades, serviços e condições de vida, que não existiam nas primeiras décadas que apresentamos em gráfico nas aldeias).

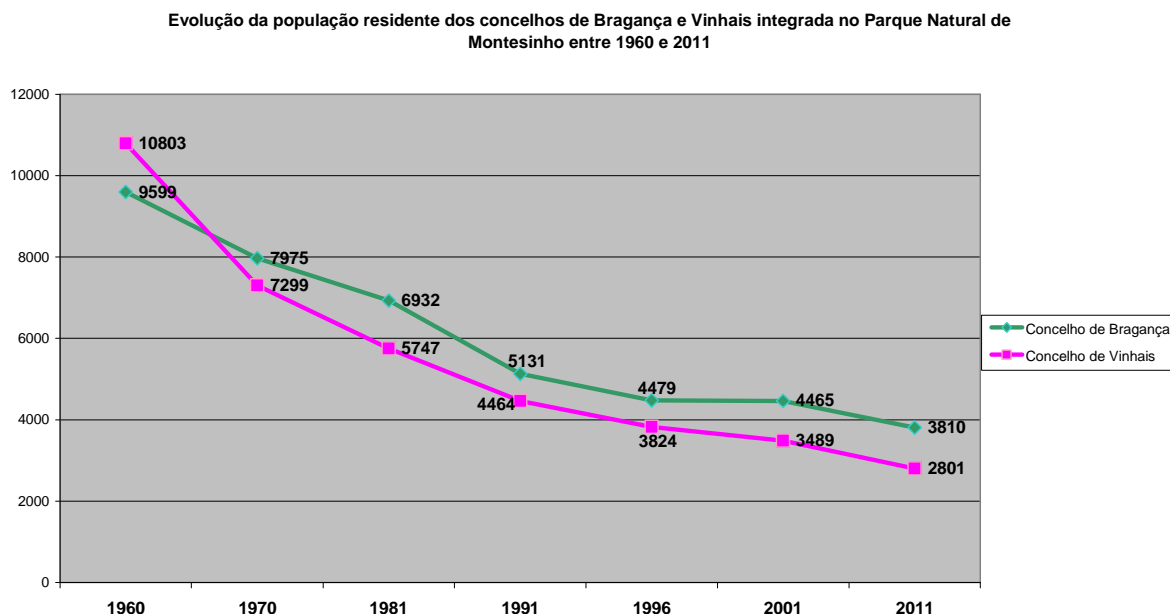
O despovoamento acentuado no PNM é visível no gráfico n.º 2 e resulta numa taxa de variação populacional negativa para esta Área Protegida (-61,01%) entre 1960 e 2001 e que se acentua com a introdução dos dados (provisórios) dos Censos de 2011 para -67,60% (também entre os anos de 1960 e 2011).

Esmiuçando os gráficos que representam essa mesma evolução mas por freguesias de Bragança e Vinhais que correspondem ao PNM (para algumas freguesias não apresentamos dados nos últimos censos, pois apenas dispomos dos valores totais, enquanto que os dados anteriores reportam apenas aos núcleos que efectivamente integram a área do parque – núcleos estes que representam uma pequena parte da área total das freguesias em causa - sugerimos a consulta das tabelas em Anexo), o

panorama geral é a perda de população a cada década, mesmo entre 1991 e 1996 há diminuição significativa na maioria das freguesias. Resultando mais uma vez em taxas de variação negativas, à excepção de Sobreiró de Baixo (com 18,13%), que apesar de diversas oscilações entre as diferentes décadas, regista em 2001 mais população que em 1960 (cuja explicação poderá passar pelo regresso da primeira geração de emigrantes da década de 60/70 do século passado).

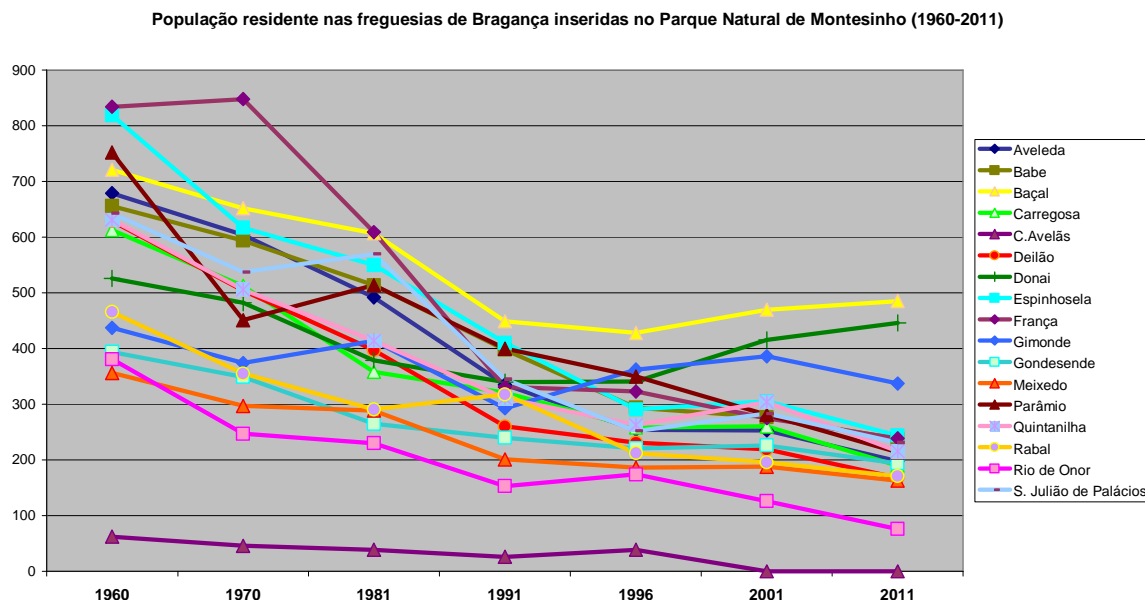
Todavia algumas freguesias nos dados dos Censos de 2001 que dispomos conseguiram alguns ganhos significativos, como é o caso de Pinheiro Novo, Gimonde (a freguesia de Bragança com melhor comportamento, ainda que a taxa de variação populacional seja negativa), Donai e Baçal. Estas freguesias viram o retorno de emigrantes e a fixação de nova população, no caso de Donai devido à proximidade do núcleo urbano (principalmente em áreas fora do perímetro da Área Protegida) e em outros casos devido ao turismo rural/de habitação, que proporcionou a recuperação de fogos rurais e à instalação de novos habitantes (incluindo estrangeiros).

Gráfico 2



Fonte: Criação própria, dados do INE.

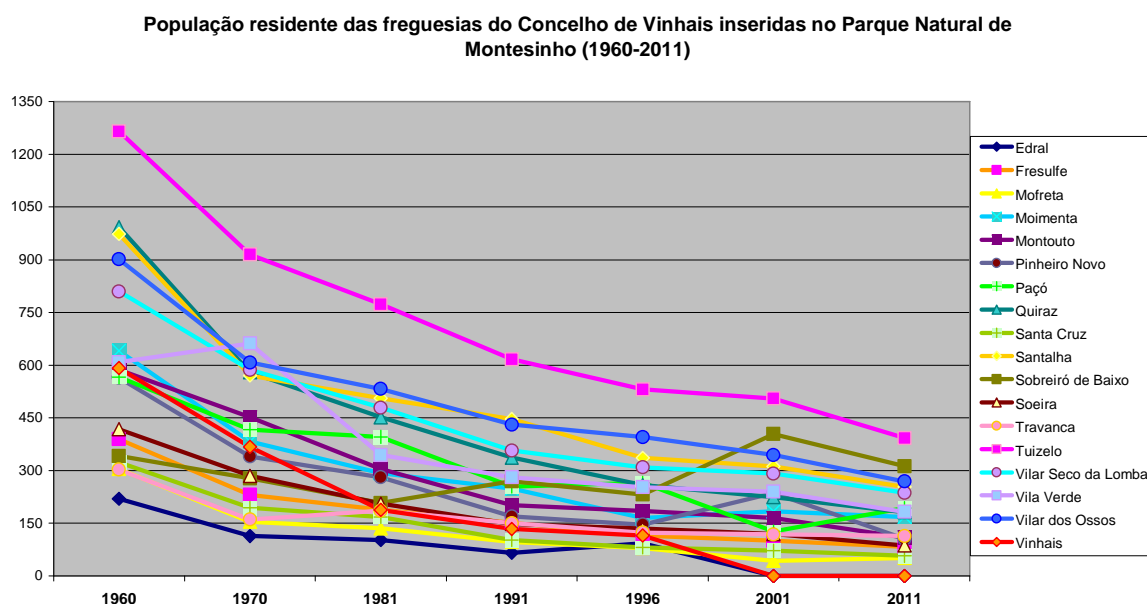
Gráfico 3:



Fonte: Criação própria, dados do INE.

Perante os dados que nos foram disponibilizados relativos aos Censos de 2011 (gráficos n.º 3 e 4) a tendência de perda de população mantém-se, aliás acentua-se. Contudo há algumas freguesias que demonstram alguns sinais de recuperação no que diz respeito à fixação de novos habitantes e mesmo no que concerne à natalidade. São elas Baçal (muito também devido à empresa Faurecia que aqui se localiza, que gera mais oportunidades de emprego, tornando a localidade mais atractiva e impulsionando o desenvolvimento local) e Donai (no concelho de Bragança), seguindo a disposição que já vinha a revelar, registando uma taxa de variação de 1960 a 2011 de -15,21%, (ver Anexo 8) que apesar de negativa é a menor do PNM; Paçó (ainda que a taxa de variação da população no período referido anteriormente seja muito negativa) e, num registo menor mas de assinalar, Mofreta. Esta última perdeu população de forma muito acentuada desde a década de 60 do século passado (com 641 habitantes) até 2001, em que contava com apenas 44 habitantes, porém segundo os dados de 2011 disponíveis houve um ligeiro aumento, que pode ser um indício de uma recuperação demográfica em que a reabilitação das habitações e do turismo rural podem ter algum peso neste fenómeno e impulsionar outras actividades que contribuam para o desenvolvimento local.

Gráfico 4:



Fonte: Criação própria, dados do INE.

Apesar de não apresentarmos os dados de Castro de Avelãs, Edral e Vinhais para os anos censitários de 2001 e 2011 (porque apenas uma pequena área das freguesias integra o PNM e ambas estão inseridas nos perímetros urbanos de Bragança e Vinhais que implica uma maior concentração de população), os valores totais destes anos seguem igualmente este ciclo de perda de população (ver Anexo 9) ainda que não seja tão visível como em Rio de Onor, que apenas conta com 76 habitantes em 2011, cuja aldeia de Guadramil está numa situação de declínio muito acentuado de despovoamento, em que, como os locais diriam, “ficam as ruínas, os velhos e as memórias”. Vinhais, Quirás, Tuizelo e Santa Cruz são exemplos de grandes perdas, principalmente esta última, que tem uma taxa de variação populacional entre 1960 e 2011 de -77,78%.

De um modo geral, a distribuição da população residente por grupo etário (ver quadros n.º 6 e 7 e o Anexo 13) em 1991 e 2001 (ainda não temos disponível estes dados do Recenseamento da População deste ano) centra-se particularmente nos dois últimos dois grupos, mas principalmente no grupo dos 25 a 64 anos. Apesar deste grupo etário ser bastante abrangente, pois engloba toda a população adulta activa (se considerarmos que a população a estudar irá até aos 23/24 anos), tendo em conta o território em estudo, a maioria dos habitantes situar-se-ão em idades acima dos 35 anos.

Quadro 6: Variação da População Residente do concelho de Bragança no PNM por grupos etários.

População Residente		Variação entre 1991 e 2001			
Concelho	Freguesias	Grupos Etários			
		0-14	15-24	25-64	65 ou mais
BRAGANÇA	Aveleda	-67,9	-13,9	-21,3	-8,1
	Babe	-50,9	-71,6	-27,5	24,7
	Baçal	-41,1	20,7	-5,9	6,9
	Carragosa	-42,9	-8,2	-27	6,7
	Castro de Avelãs	-32,9	-1,4	24,4	37,7
	Deilão	-30,8	-57,1	-21,6	28,3
	Donai	-7	29,5	6,4	20,2
	Espinhosela	-53,1	-54,9	-27,2	5,4
	França	-51	-26,7	-22,2	15,9
	Gimonde	-47,4	89,7	20,5	18,5
	Gondosende	-37,5	-30	1,8	17
	Meixedo	7,7	-36,4	-3,1	-7,3
	Parâmio	-45,3	-77,9	-22,7	-4,3
	Quintanilha	-43,2	-16,7	-8,1	13
	Rabal	-70	-64,6	-31,5	-6
	Rio de Onor	-77,8	-60	-24,1	24,4
	S. Julião de Palácios	-67,2	-9,4	-21,8	20

Fonte: Criação própria, dados do INE.

No caso de Quirás, de 1991 para 2001, para além da perda de população, principalmente nos dois primeiros grupos etários, inverteu-se o grupo etário com mais habitantes em 2001 (que passou a ser o de 65 e mais anos).

Em termos de variação entre os dois anos censitários, a maioria das freguesias apresentam um cenário: valores positivos no grupo dos 65 e mais anos e valores negativos nos restantes grupos. Todavia há alguns casos que se destacam: como é o caso de Gimonde, que tem uma maior variação no grupo dos 15 a 24 anos (89,7%) e com apenas o grupo dos 0 a 14 anos com variação negativa (associando-se uma natalidade baixa); o mesmo se passa com Donai mas no caso do primeiro grupo etário a variação, apesar de negativa (-7%), comparativamente com as restantes é um sinal positivo de recuperação demográfica e de uma maior atracção para a fixação de habitantes; Meixedo exhibe apenas variação positiva no primeiro grupo; Sobreiró de Baixo e Soeira têm variação positiva apenas no grupo dos 25 a 64 anos. Outras freguesias que se diferenciam, mas num cenário extremamente regressivo e repulsivo para o crescimento demográfico e económico, são: Aveleda, Parâmio, Rabal, Fresulfe, Mofreita, Moimenta, Pinheiro Novo, Santa Cruz e Travanca.

Quadro 7: Variação da População Residente do concelho de Vinhais no PNM por grupos etários.

População Residente		Variação entre 1991 e 2001			
Concelho	Freguesias	Grupos Etários			
		0-14	15-24	25-64	65 ou mais
VINHAIS	Edral	-48,4	-10,7	-12,8	5,5
	Fresulfe	-70,6	-23,5	-33,9	-25,9
	Mofreita	-90	-81,3	-62,5	-4,3
	Moimenta	-59,1	-3,8	-29,4	-8,6
	Montouto	-33,3	-65,4	-30,4	36,5
	Pinheiro Novo	-40	-15,4	-30,9	-11,8
	Paçó	-27,5	-21,9	-3	2,4
	Quirás	-73,3	-50	-44,6	4
	Santa Cruz	-56,3	-11,1	-27,9	-25,7
	Santalha	-69,4	-55,4	-29,6	11,5
	Sobreiró de Baixo	-39,6	-15	6,6	-4,6
	Soeira	-66,7	-47,6	3,6	-12
	Travanca	-30,4	-59,3	-6,1	-11,8
	Tuizelo	-59,3	-39,2	-16,8	16,8
	Vilar Seco da Lomba	-56,1	-37,1	-24,4	28,2
	Vila Verde	-66,7	-5,6	-14,7	21,5
	Vilar dos Ossos	-44,3	-44,6	-12,2	1,1
	Vinhais	-33,6	13,5	14,7	48,3

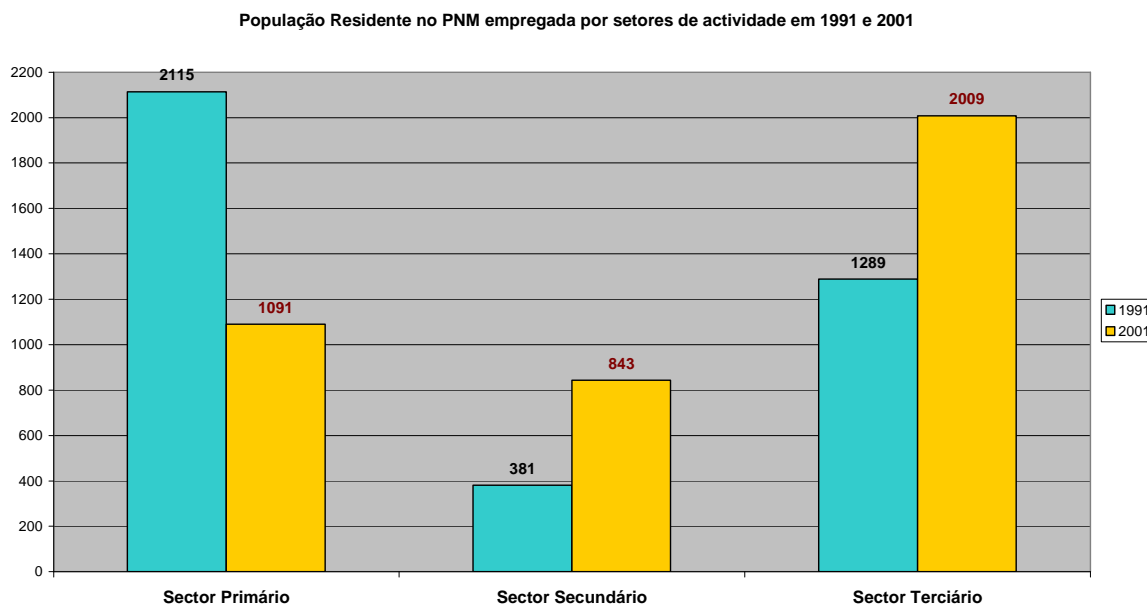
Fonte: Criação própria, dados do INE.

Quanto à população residente por sectores de actividade, apresentamos de seguida os gráficos dos totais para o PNM em 1991 e 2001 e os valores para os mesmos anos mas distribuídos pelas diversas freguesias da Área Protegida (gráficos 5 a 11).

Entre 1991 e 2001 é notórias alterações no que diz respeito à população empregada por sectores de actividade (primário, secundário e terciário). E como seria expectável é o sector primário que perde mais população (cerca de 1024 efectivos em 10 anos). Se por um lado a agricultura é encarada como uma actividade secundária e não de mercado mas sim de apoio ao rendimento familiar, por outro o envelhecimento da população, muito sentido nesta Área Protegida, também contribui para a perda de efectivos neste sector. Os restantes sectores tiveram um crescimento significativo, principalmente o terciário, muito devido aos serviços públicos e algum comércio/restauração nas sedes de concelho, nomeadamente a freguesia de Vinhais e algumas freguesias limítrofes à cidade de Bragança serem dormitórios para as pessoas que trabalham neste sector (como é o caso da freguesia de Castro de Avelãs cujos valores apresentados são do total da freguesia e apenas parte desta está no PNM). Refiram-se ainda os serviços ligados ao turismo de natureza e de habitação presentes no PNM.

No caso do sector secundário, o crescimento deste deve-se essencialmente à proliferação da pequena indústria e de empresas ligadas à construção civil.

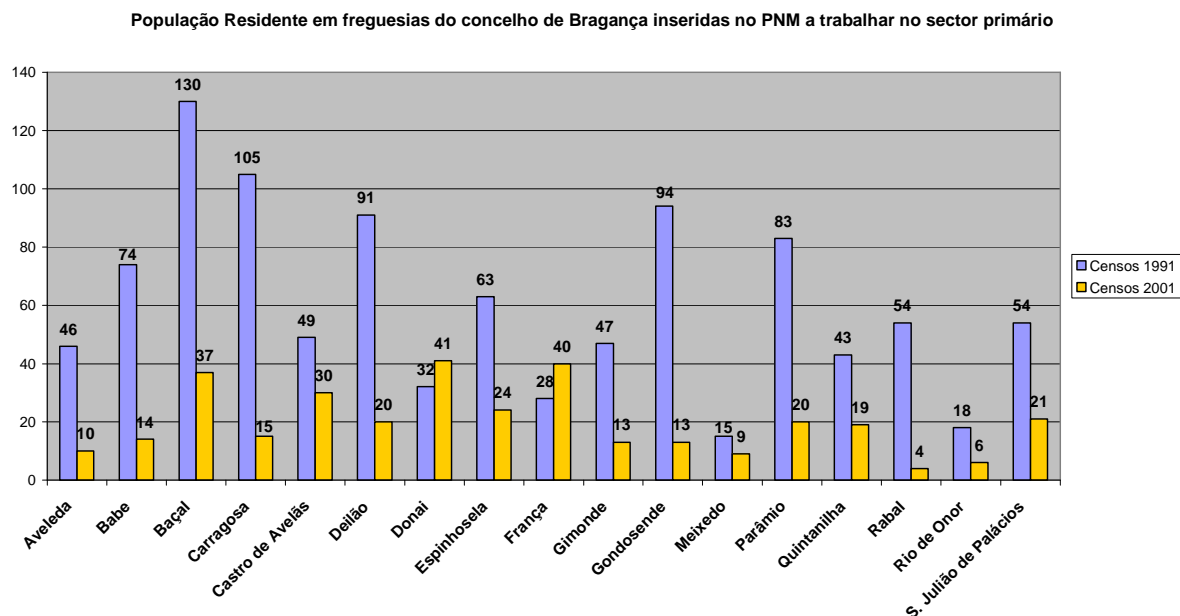
Gráfico 5:



Fonte: Criação própria, dados do INE.

Relativamente aos dados por freguesia, ambos os concelhos seguem a mesma tendência, a diminuição no sector primário e o aumento dos valores nos restantes sectores. Na maioria dos casos houve uma transferência das pessoas do sector primário para os restantes nas freguesias do parque, quer devido à polarização dos centros urbanos, das migrações (interna e externa), ou do envelhecimento populacional e da diminuição da taxa de natalidade já referidos, todavia há que destacar Donai, no concelho de Bragança, que (segundo os dados definitivos apurados pelo INE) registou um acréscimo nos valores em todos os sectores, o que é algo surpreendente, pois de uma forma geral o sector primário está em regressão na região (e mesmo no país). A justificação poderá passar pelo significativo aumento da população entre os dois anos censitários.

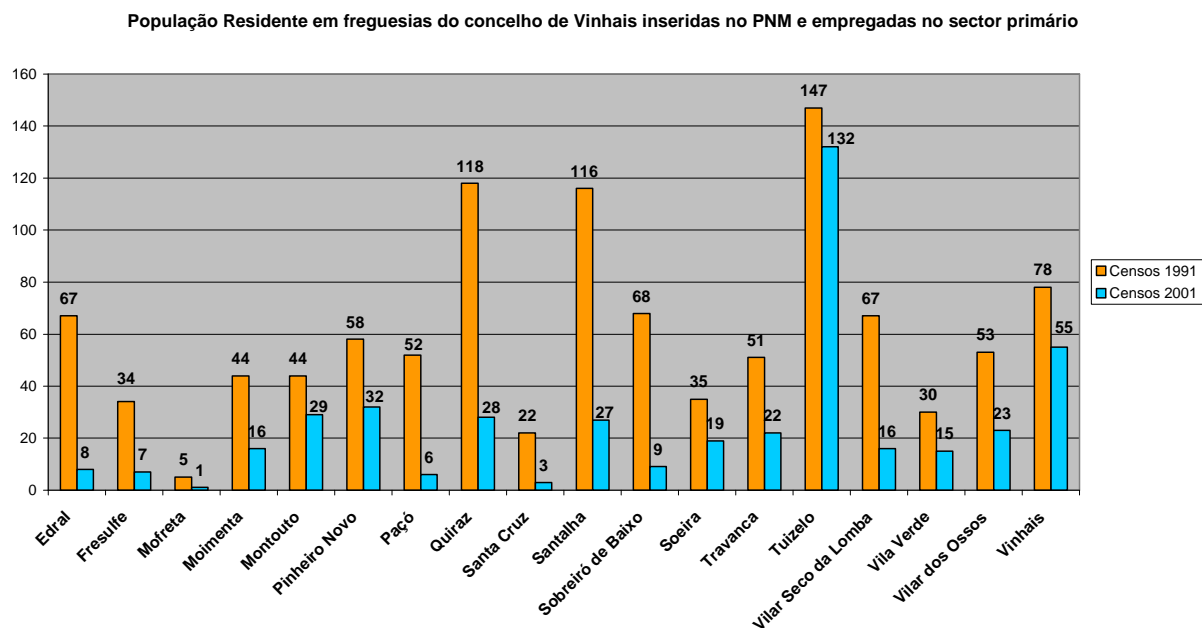
Gráfico 6:



Fonte: Criação própria, dados do INE.

No caso de França, uma das freguesias mais regressivas demograficamente, não conseguimos justificação para o crescimento do sector primário em 2001. Podemos apenas especular sobre a possibilidade de habitantes terem alterado a sua actividade profissional incentivados por ajudas comunitárias em áreas como a apicultura.

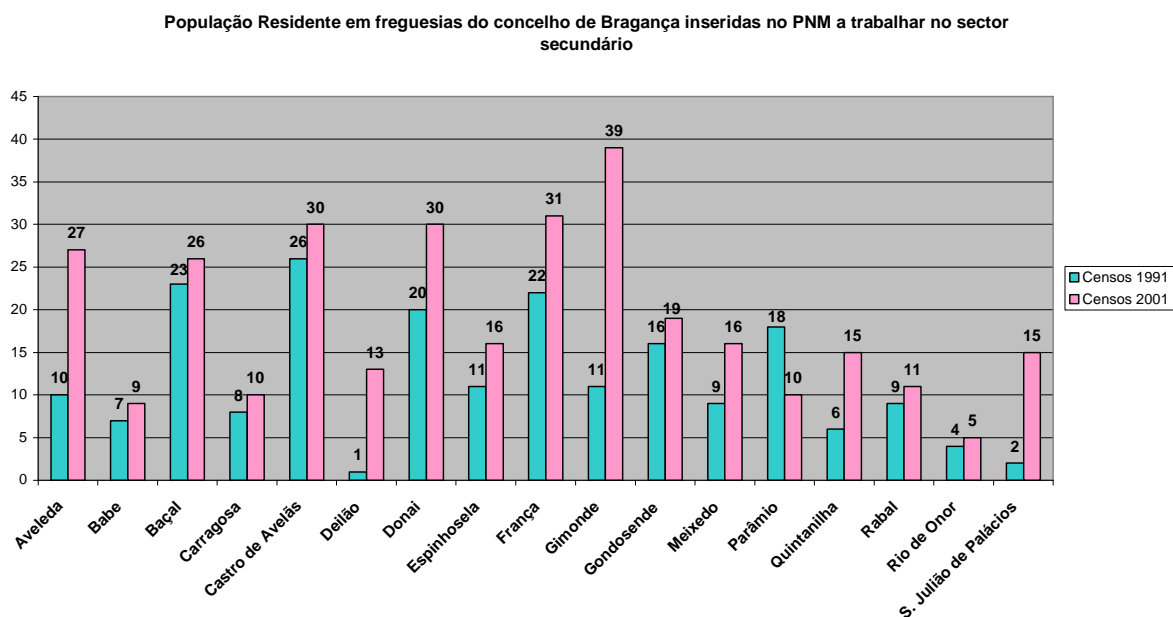
Gráfico 7:



Fonte: Criação própria, dados do INE.

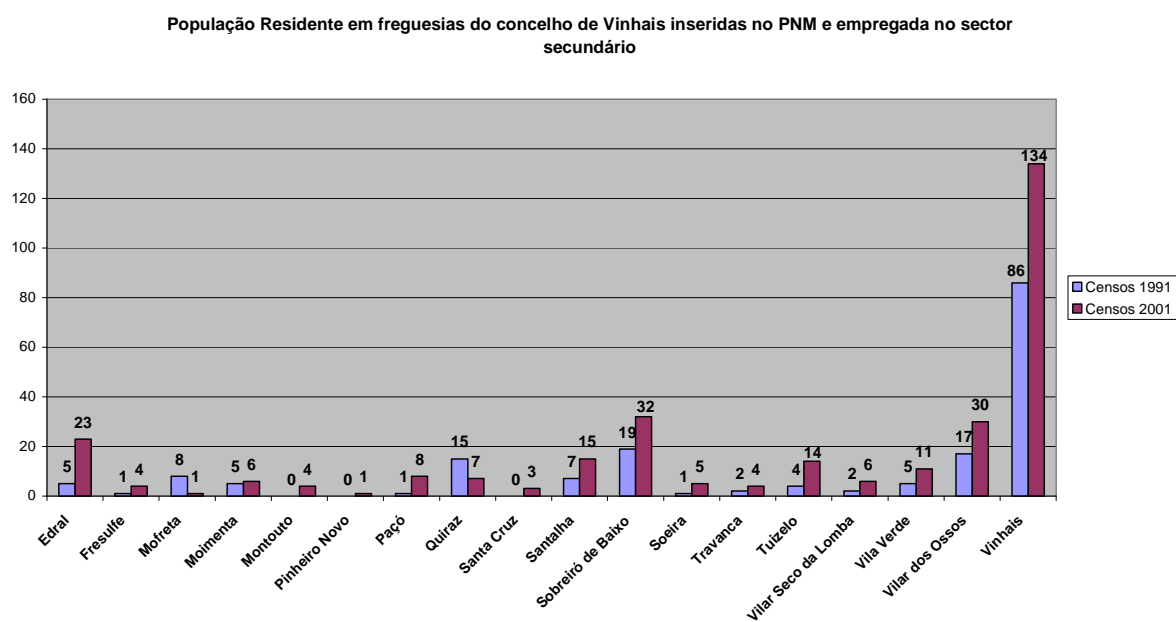
Ao contrário das freguesias do concelho vizinho, há outros contraste a assinalar em freguesias pertencentes a Vinhais: como é o caso da perda de população em todos os sectores (Mofreta e Quiraz) fruto do despovoamento do interior rural e da taxa de natalidade; ou ganhos em 2001 apenas no sector secundário nas freguesias de Santa Cruz, Santalha, Vilar Seco da Lomba e Vila Verde.

Gráfico 8:



Fonte: Criação própria, dados do INE.

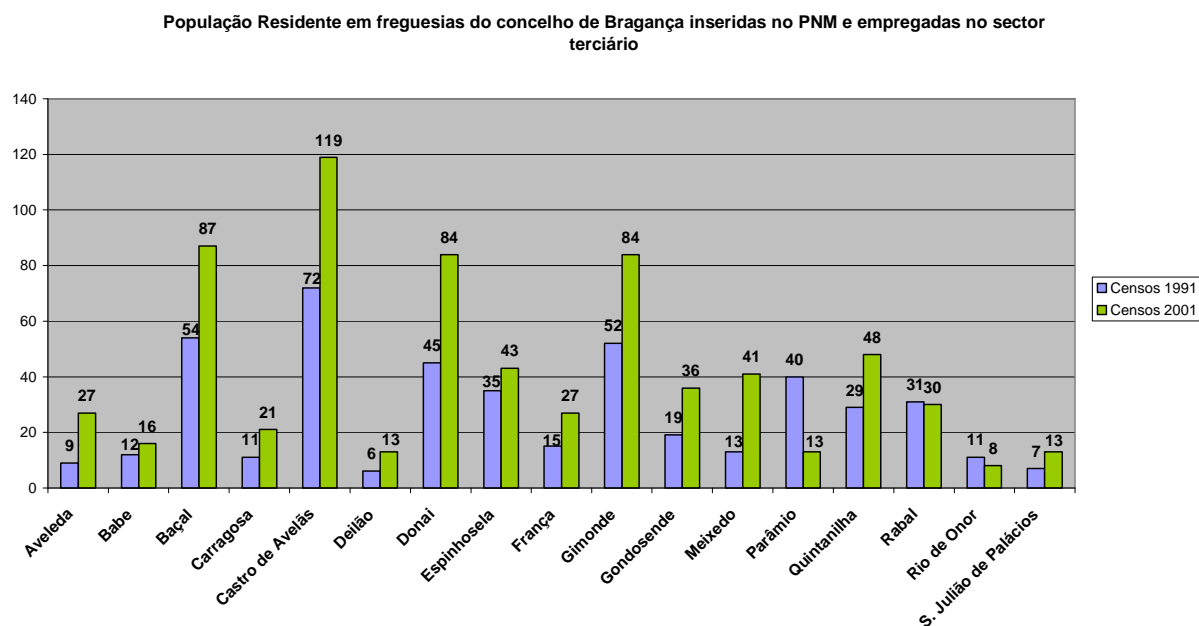
Gráfico 9:



Fonte: Criação própria, dados do INE.

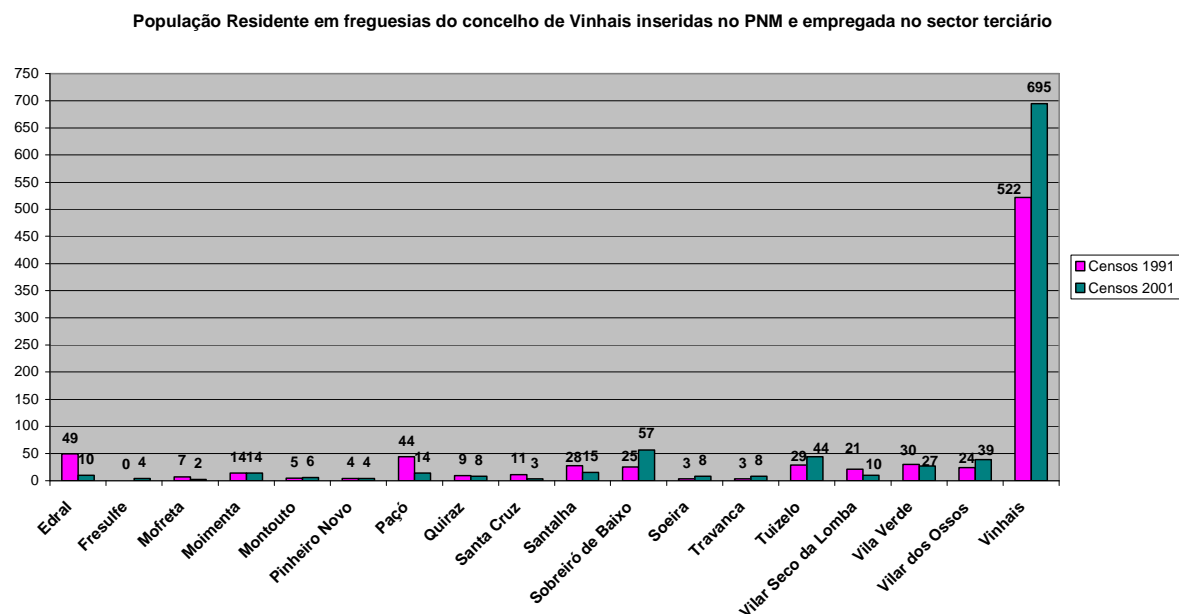
Ainda relativamente às freguesias de Vinhais, a tendência é genericamente a mesma do concelho de Bragança, salientando as freguesias de Sobreiró de Baixo e Tuizelo, que tiveram ganhos significativos no sector terciário.

Gráfico 10:



Fonte: Criação própria, dados do INE.

Gráfico 11:



Fonte: Criação própria, dados do INE.

A freguesia de Vinhais apresenta valores díspares nos sectores secundário e terciário por estarem contabilizados os totais para a freguesia, que inclui a área urbana, com um maior leque de actividades e não apenas a área inscrita no PNM.

De uma forma geral podemos concluir que os núcleos populacionais do PNM são pequenos e dispersos, em que predomina uma população envelhecida, apenas “rejuvenescidos” com a chegada os emigrantes a cada Verão, o abandono do cultivo das terras, com uma prática agrária de subsistência, uma dependência dos centros urbanos no que diz respeito a prestação de serviços de saúde, ensino, comércio e por fim são povoados ainda com grandes carências no que diz respeito às infra-estruturas como saneamento básico. Finalizando são territórios, na sua maioria, repulsivos à fixação de população. E como constatámos no capítulo anterior um território que não tem oferta de fixação de população não pode implementar projectos de promoção de desenvolvimento local, sem antes adoptar uma estratégia mista *top-down/bottom-up*, começando pelas infra-estruturas em falta e depois estudar quais são as oportunidades que estão ocultas para estes territórios e como se podem potenciar, tentando atrair novos investidores e inverter essa repulsividade. De referir ainda a particularidade que são territórios que estão condicionados por um Plano de Ordenamento, que em muitos casos inviabiliza alterações a traçados de vias de comunicação e construção de barragens para abastecimento de águas, entre outros. E condiciona grande parte das actividades humanas nos limites do parque (quer tenham intervenção directa no parque ou não), mesmo aquelas que integram seus os objectivos de sustentabilidade e desenvolvimento, como é o caso do turismo. Desta forma questiona-se se o PNM respeita o Artigo 7º do Aviso n.º18/93, nomeadamente ser um exemplo de integração harmoniosa entre a natureza e a actividade humana.

CAPÍTULO III: O IMPACTE DO PNM NO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO GEOGRÁFICO E SOCIAL: REFLEXÕES



Figura 7: Logótipo do PNM.

Fonte: ICNB

“ (...) Puseram-se muitas esperanças para o desenvolvimento local e rural nos espaços naturais e protegidos, em especial nas figuras dos Parques Naturais (...) sem que todavia se tenham articulado os canais adequados para uma colaboração continuada e eficaz no uso racional e no desfrute dos recursos naturais ou do património (...)” (Diéguez, 1995, citado por Alves, 2008, p.24).

O PNM tem como um dos objectivos a promoção de um “desenvolvimento sustentado” e local apoiado em actividades tradicionais como o artesanato, o fumeiro e ainda no ecoturismo. Todavia há imensas restrições à realização de actividades turísticas no PNM, assim como à criação de novas acessibilidades.

É notório a desconfiança das populações locais do PNM quando se fala da sua administração e do seu regulamento. Tudo começa mal quando não é estabelecido um diálogo e uma cooperação, algo que a gestão do dito parque tem dificuldade em encetar, criando assim uma imagem de “bicho papão”, como referiu um elemento da Associação de Caça e Pesca de Donai: *“aqueles que se acham donos e reguladores das terras que não lhes pertencem”* (o PNM apenas detém cerca de 2ha da totalidade da sua área administrativa).

Se pudessem os locais (não esquecer que a maioria é uma população envelhecida) e autarcas das freguesias, em grande parte são vozes que se manifestam mais em conversas de “adro” que em acções, saíam da área do PNM e essa hipótese não está de todo colocada de parte como nos foi dito pelo Presidente da Junta de Freguesia (JF) de Espinhosela. (Há que lembrar que o défice de participação pública é típico do nosso povo e, segundo o Relatório de Ponderação da Discussão Pública,

houveram 158 participações por escrito, em que 62 pertenciam a particulares e 34 de “baixo assinados da população da freguesia”, sendo que a maioria das questões tendiam para temas como caça e pesca, “instalação de estruturas que descaracterizem significativamente a paisagem” e silvicultura). Apesar de conhecerem alguns dos pressupostos que regem esta Área Protegida e o seu Plano de Ordenamento, há muita falta de informação, *“por deficiente esclarecimento por parte das Juntas de Freguesia, que por sua vez não foram esclarecidas por ninguém do Parque”* (JF de Gondosende) e *“neste combate silencioso de teimosos ninguém ganha, todos perdem”* (Manuel Afonso).

Começamos pelo tipo de gestão adoptada pelo PNM: vê como objectivo primordial a conservação da natureza (como constatámos no capítulo anterior). Mas que medidas implementa no terreno para proteger a biodiversidade? Regulamenta, restringe, limita... mas protege na realidade?

Segundo noticiado e comprovado no terreno, há falta de vigilantes, para uma área tão extensa (demasiado extensa para os recursos disponíveis), há falta de meios de uma forma geral (desde veículos, passando pelo combustível, segundo noticiado), haverá falta de disponibilidade para repensar toda a estratégia do PNM? Contudo a decisão é *“daqueles lá de Lisboa”*, como uma habitante da freguesia de Donai dizia, o ICNB.

Numa área do Parque tão extensa o porquê da sede do PNM ficar (meio escondida) na cidade de Bragança – um Centro de Interpretação na vila de Vinhais é suficiente para colmatar a falta de serviços? O Presidente da JF de Donai acredita que a sede da Área Protegida deveria ser dentro da área do parque, criando uma maior aproximação com as questões que envolvem o parque e ao mesmo tempo haver uma delegação em Bragança e Vinhais. Há uma desarticulação entre as “secretárias” e os técnicos, que deviam andar no terreno mas a administração está em contenção de gastos, pois segundo o que foi noticiado pelo Jornal Expresso, foram drasticamente diminuídos os fundos para o investimento em pequenas obras e compensações aos agricultores (por prejuízos causados por animais selvagens, como é o caso de ataques de lobos a ovinos).

Uma medida que se poderia implementar era a criação de um centro de recuperação da vida selvagem (ou re-implementação, pois já houveram viveiros a funcionar no parque), se há espécies ameaçadas, entre presas e predadores, a conservação não passará pela recuperação, repovoamento e reprodução de ambas? Claro que seria um investimento avultado, quer a recuperação, quer a criação de novos espaços, mas em países como a Austrália, EUA, Alemanha, etc. faz sentido. Obviamente que seria necessário infra-estruturas, técnicos e meios de tratamento mas com a ajuda e sensibilização das populações e das associações locais, nomeadamente as de caça (na

sinalização de casos susceptíveis de intervenção), poderia ser uma mais-valia. Além que era uma oportunidade de criação de emprego local.

Para o efeito, seria necessário estabelecer relações, fortalecer parcerias, pois como justificar que os animais teriam um centro de tratamento quando as populações não têm médico, quando fecham as extensões de saúde? É um caminho longo e lento tentar reconquistar esta população transmontana, mas sem isso qual o futuro? O PNM manter-se como uma “ilha de conservação da natureza”? A população do parque diminui de ano para ano e *“tem vindo a definhar de forma acentuada (...) em contrapartida nunca houve tanto mato e floresta, nem animais”* (Carlos Fernandes in Expresso).

Sobrinho Alves (2008) admite que outra medida para a gestão das Áreas Protegidas, e a de Montesinho em particular é uma gestão transfronteiriça partilhada e *“face à sua localização na zona de fronteira, faz cada vez mais sentido uma maior aproximação e cooperação entre áreas protegidas contíguas, pois as características que as definem são extremamente semelhantes em ambos os lados”*. Contudo *“um Parque Natural transfronteiriço implica uma gestão integrada de ambos os lados da fronteira, o que apresenta várias dificuldades, pois as entidades são diferentes, embora com objectivos semelhantes”* (Alves, 2008, p. 24). Já existem algumas parcerias entre Portugal e Espanha, principalmente no que diz respeito aos recursos hídricos comuns e os incêndios florestais. No caso do nosso espaço geográfico, do lado espanhol temos os vizinhos *Parque Natural del Lago de Sanabria y Alredores* e a *Reserva Regional de Caza de la Serra da Culebra*. Poderia ser interessante incrementar as relações transfronteiriças entre as populações (tendo Rio do Onor como um exemplo a explorar), de forma a melhorar as infra-estruturas, serviços e equipamentos, promovendo a protecção da natureza e as tradições culturais e potenciando o turismo e o empreendedorismo. Todavia na prática é difícil concertar objectivos e principalmente pô-los em prática quando temos apenas um organismo gestor, numa gestão conjunta acreditamos que a dificuldade iria aumentar. Não sabemos em que fase a administração do PNM se encontra actualmente mas perante o tipo de gestão adoptada e transcrita para o POPNM acreditamos que ainda esteja numa fase de crescimento e adaptação, muito longe da “maturidade” necessária para o salto para um parque transfronteiriço. Ainda que esta proposta de Sobrinho Alves possa ser no futuro uma hipótese a considerar (depois de pesados os prós e contras e revista a estratégia de protecção da natureza e desenvolvimento local actualmente em vigor do lado de cá da fronteira), actualmente acreditamos não ser uma solução a adoptar para esta Área Protegida.

Mas voltando à gestão do PNM, esta é uma estratégia *top-down*, que centraliza as decisões num organismo superior, o ICNB, havendo evidência que sugere a exclusão

quase total das populações locais e com pouca ou nenhuma colaboração ou voz activa das entidades públicas locais, que pode ser observável no Relatório de Ponderação da Discussão Pública, em que a maioria das propostas e questões colocadas ao PNM foram rejeitadas, incluindo as relacionadas com a instalação de parques eólicos (o PNM considera que a paisagem do parque *“impõe um estatuto de excepção que o distingue do restante território; os interesses de conservação e preservação dos recursos sobrepõem-se aos interesses de exploração dos mesmos”*), ainda sobre a temática das eólicas, foi noticiado em Junho na voz do Presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis, António Sá da Costa, que a revisão do possível parque eólico no PNM ficará adiado até 2017, apesar do mesmo considerar que *“Bragança não tem potência disponível para eólicas nem terá no futuro mais próximo, mas pode conciliar com um parque de menor dimensão em Montesinho, já que o impacte ambiental já foi causado pelos aerogeradores do lado espanhol”* (ver figura n.º8).



Figura 8: Parque Eólico Espanhol junto à fronteira.

Fonte: Criação própria.

Como o Presidente da Câmara Municipal de Bragança expõe *“a estratégia conservacionista adoptada e aprovada pelo POPNM inviabiliza um conjunto de iniciativas a levar a cabo pelas freguesias, município e particulares, que poderiam potenciar o*

desenvolvimento sustentável do PNM e contribuir para o desenvolvimento económico do país”.

A mudança na estratégia devia iniciar-se pela postura de “ditador de restrições e condicionalismos” para “mediador de conflitos”. Para uma maior abertura à participação das comunidades locais, às parcerias público-privadas, ao incentivo de investimentos e à criação de I&D (sem esquecer o objectivo pela qual a Área Protegida foi criada, a conservação da biodiversidade).

Num espaço multifuncional, num mosaico de paisagens naturais, semi-naturais e antrópicas, a administração da Área Protegida deve ser pró-activa, seleccionadora, sancionadora, protectora, promotora e divulgadora. Deve adoptar uma estratégia mais recente no que diz respeito ao desenvolvimento local e à posição da Área Protegida, uma política mais local, mais próxima, do tipo mista entre *top-down* e *bottom-up*, contudo o facto de se ter centralizado a gestão da RNAP por regiões, agregando diversos Parques não contribui em nada para uma estratégia local.

No decorrer desta estratégia centralizadora do PNM é criada a Associação de Naturais e Residentes nas Aldeias do PNM, que *“pretende defender os direitos do único grande mamífero cuja população está em declínio nas serras raianas, o homem”*. Também no seguimento desta ideia, um particular na discussão pública expôs essa mesma ideia, que *“a primeira espécie a preservar na área do PNM tem de ser a humana, acrescentando que esses mesmos residentes sempre souberam coabitar e preservar a fauna e a flora existentes”*.

Esta ideia que o ser humano é um dos elementos chave na conservação da natureza é uma afirmação recorrente, não só na literatura como nas entrevistas que foram realizadas. Deste modo podemos afirmar que a conservação da natureza não só é compatível com a presença humana, como é essencial para o equilíbrio natural dos ecossistemas em geral e desta Área Protegida em particular, basta que a política de gestão reconheça o facto e que encete medidas, pois tal como defende a Câmara Municipal de Bragança (CMB) *“foi a ligação existente entre a população residente e o meio natural que criou a diversidade paisagística e faunística que caracteriza a Área Protegida (...) pois as populações residentes são os verdadeiros guardiões e criadores do PNM”*. Todavia o mesmo organismo corrobora a ideia que o modelo que a administração do parque pratica em nada favorece uma relação harmoniosa entre protecção ambiental e a presença humana, já que a *“imposição de limitações exacerbadas e burocracia ao desenvolvimento de tarefas quotidianas das populações locais, com o argumento de contribuir para a conservação da natureza, leva a um*

afastamento das populações em relação à sua manutenção na área do PNM” (CMB), além dos conflitos que despoletam.

Este afastamento das populações que o Presidente da CMB profere espelha-se no título do Jornal Expresso de 9 de Outubro de 2010: “Esta terra não é para homens”, em que é abordada o impacto do POPNM nas populações e como é viver “metade no parque e a outra metade fora dele”, como diz um residente da aldeia de Lagomar, freguesia de Donai, “*são dois mundos diferentes*”, em que o “mundo” que pertence à Área Protegida definiu uma estratégia conservacionista que coloca alguns entraves à possibilidade de desenvolvimento local.

A burocracia é grande no que diz respeito, por exemplo à agricultura segundo o Regulamento em vigor, principalmente no que concerne o uso de maquinarias, determinando períodos temporais para a limpeza dos terrenos e queimadas, alteração à morfologia dos terrenos, licenças para corte de árvores (há pessoas segundo o Presidente da JF do Parâmio que comprem lenha porque o PNM não autoriza o corte dos seus carvalhais), reflorestação, no caso da silvicultura. Determinando em parte o abandono dos terrenos (por exemplo na Freguesia de França em 50 anos os terrenos de cultivo passaram de 22% para menos de 5% do total da freguesia), um novo mosaico paisagístico e um risco de incêndio florestal maior.

Outro dos pontos que o POPNM intervém, e que é apontado como um dos “motores” do desenvolvimento local é o turismo de natureza, mas nos moldes que funciona “*os efeitos de uma unidade de turismo são residuais*”, segundo Telmo Cadavez da Associação Montesinho Vivo⁶ (in Jornal Expresso). Apesar do número crescente de casas de turismo rural e de natureza o impacto directo na vida das populações é reduzido, pois não há lojas e os poucos cafés que existem são associativos e podem não estar abertos todos os dias (Jornal Expresso). O presidente da CMB vai mais longe, referindo que o modelo de turismo que o PNM preconiza não tem sido uma mais-valia para o concelho, principalmente se atendermos ao estado de degradação e abandono das infra-estruturas de alojamento turístico que o PNM dispõe (muitas das casas-abrigo devido ao isolamento e falta de vigilância têm sido alvo recorrente de vandalismo, como podemos ver nas imagens que se seguem), o que vaticina uma imagem negativa do tipo de turismo que o PNM objectiva. A solução noticiada passará por, segundo o presidente do ICNB, Tito Rosa, terminar o inventário de todas as propriedades do PNM e entregar a

⁶ A Associação MONTESINHO VIVO é uma “associação ambiental que tem por objecto a defesa, promoção, apoio e divulgação do Parque Natural de Montesinho em todas as suas vertentes, nomeadamente nas que se relacionam com o turismo, protecção do ambiente, salvaguarda das tradições e gastronomia, valorização do património histórico, cultural e natural, agricultura tradicional e biológica e prática de desportos de natureza”.

sua gestão, depois de correctamente recuperadas, a entidades privadas (in Jornal do Nordeste). Inventário esse que ainda não está terminado, depois de mais de 30 anos de existência da Área Protegida...

Desta forma ao percorrermos o PNM encontramos grande parte do seu património largado ao abandono e vandalizado, como é o caso das Casas-Abrigo de Soutelo (Carregosa), Portelo em França e da Lama Grande e nem o antigo Viveiro de Trutas de França resistiu à Área Protegida (ver figuras n.º9 a 16).



Figura 9: Casa-Abrigo de Soutelo.

Fonte: Criação própria.

As próprias margens dos cursos de água ou os caminhos pedestres criados pelo PNM (só para referir alguns exemplos) estão esquecidos, necessitando de limpeza mas *“o PNM não intervém nem com meios nem contribuindo financeiramente, sobrando as autarquias”* (Presidente da JF de Espinhosela). Que paisagens podemos apreciar se as matas e os ribeiros não estão limpos? É claro que nem tudo é da competência do PNM ainda que este tenha jurisdição em toda a sua área mas a falta de diálogo e de parcerias resulta na paisagem descrita.

O Regulamento do Parque condiciona, actualmente, algumas actividades de animação ambiental, como é o caso da circulação de viaturas ou o número de caminhantes, mas o presidente da associação Montesinho Vivo crê que com a

elaboração da Carta de Desporto de Natureza (que se acredita potenciar o número de visitantes ao PNM) alguns destes condicionalismos serão minimizados.



Figura 10: Casa-Abrigo do Castro.

Fonte: Criação própria.



Figura 11: Casa-Abrigo da Lama Grande (exterior).

Fonte: Criação própria.



Figura 12: Casa-Abrigo da Lama Grande (interior).

Fonte: Criação própria.



Figura 13: Casa-Abrigo da Lama Grande (interior).

Fonte: Criação própria.



Figura 14: Casa da Pousada da Lama Grande.

Fonte: Criação própria.



Figura 15: Casa do Guarda do Viveiro de França.

Fonte: Criação própria.



Figura 16: Antigo Viveiro de trutas em França.

Fonte: Criação própria.

Mas sem infra-estruturas e equipamentos de apoio ao turismo de natureza e aos visitantes do parque, como poderá ser este um motor de desenvolvimento local e de bem-estar para todos os que vivem e trabalham na Área Protegida? É necessário criar parcerias, envolver quem de direito, porque quem procura o PNM necessita não só de um local para descansar, comer e pernoitar mas também onde adquirir produtos típicos da região, o artesanato, o fumeiro, a gastronomia em geral, produtos turísticos, *souvenirs*, informação turística, locais de aluguer de bicicletas, cavalos ou carros todo-o-terreno, guias, ou simplesmente onde comprar uma água e beber um café.



Figura 17: Um dos placares de informação na área do PNM.

Fonte: Criação própria.

Porém as críticas estendem-se a outros aspectos, como por exemplo a promoção e divulgação do PNM. Consideramos que há pouca informação ao longo de toda a extensão da Área Protegida, no que respeita a informação turística, gastronómica das aldeias, mas também placares sobre rotas a seguir. Apenas avistámos algumas placas com a saudação “bem-vindo” e pouquíssimas placas com a informação geográfica, geológica, faunística e florística (figura n.º18).



Figura 18: Informação sobre a Geologia e Paisagem em Montesinho.

Fonte: Criação própria.

A pensar um pouco neste aspecto do ecoturismo e não só, há que mencionar a iniciativa *Parques Com Vida* e o projecto Parque Biológico de Vinhais (que apesar de ser na área da Área Protegida este não é um projecto da sua alçada). Começando por este último, é um projecto da Câmara Municipal de Vinhais e está implantado no Viveiro Florestal de Prada (que se encontrava desactivado e em avançado estado de degradação), a 3 km do centro da vila, incluído no Parque Natural de Montesinho e no perímetro da Serra da Coroa. Este equipamento tem como objectivos gerais a interpretação da paisagem natural e cultural, a educação ambiental, conservação da natureza, promoção da biodiversidade, desenvolvimento do turismo, do recreio e lazer. Em termos de valências o Parque dispõe de bar com produtos típicos da região; parque de merendas; parque Infantil; Pólo Central (onde podemos ver diversos animais selvagens como veados, javalis, animais autóctones como o Porco Bísaro, o burro mirandês, etc.); Pólos Complementares (para além da fauna e flora características podemos ver castros, habitats diversificados, construções tradicionais, zonas húmidas como barragens e charcas); percursos pedestres; alojamento (parque de campismo, hospedaria, Casa do Guarda e Bungalows).

Este é um projecto que está a ganhar bastante relevo e a atrair visitantes, um exemplo de associação da protecção ambiental e do património cultural da região, que prova que se a administração do PNM quiser, pode impulsionar o desenvolvimento local

sem pôr em perigo o seu objectivo primordial de conservação da natureza e tal passa por iniciativas e não apenas por um regulamento.

Quanto à iniciativa *Parques Com Vida* (figura n.º 19), é um projecto promovido pelo ICNB que prevê a promoção dos territórios de quatro Parques da RNAP da Região Norte (Parque Nacional da Peneda-Gerês, Parque Natural do Alvão, Parque Natural de Montesinho e Parque Natural do Douro Internacional). Esta promoção passou por uma Marca Colectiva que englobasse diversos actores locais para a valorização da restauração, artesanato, alojamento e animação turística. O mapa seguinte descreve a rota do Parques com Vida no PNM, assinalando os parceiros que adeririam ao projecto.

Os eixos fundamentais que regem este projecto passam por: *"a contínua valorização do território; a qualidade dos serviços prestados; o respeito pelo ambiente, a conservação da natureza e biodiversidade; a dimensão social que lhe confere uma coesão interna imprescindível à sua sustentabilidade."*⁷

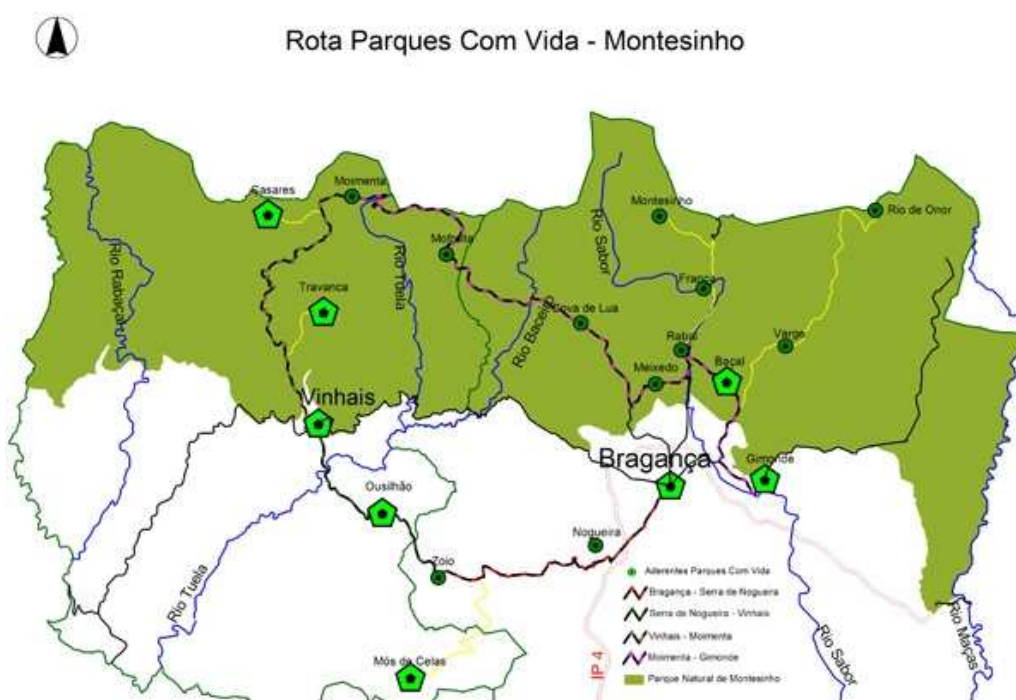


Figura 19: Rota Parques Com Vida – Montesinho.

Fonte: ICNB.

Como foi proferido por E. Figueiredo (2003, p. 278) *"basear a promoção do desenvolvimento local apenas nas actividades associadas ao turismo pode ter igualmente efeitos paradoxais, já que poderá implicar a perda das dinâmicas sociais e económicas locais e substituí-las por uma simples recriação do passado, sem que isso represente*

⁷ In <http://www.corane.pt>.

benefícios para a maior parte dos habitantes dessas áreas.” E até que ponto esta última iniciativa tem resultados práticos para as localidades envolvidas e mesmo no que diz respeito aos próprios parceiros é uma pergunta para a qual não temos uma resposta fundamentada, acreditamos que a promoção da gastronomia e do turismo em espaço rural, no caso do PNM, passe muito pela divulgação pelos próprios, em que a internet é uma ferramenta fundamental. Das pesquisas realizadas encontramos apenas a menção a um Festival em áreas do Parque Natural do Douro Internacional e a algumas iniciativas em Montalegre, relativamente ao nosso espaço de estudo não foram encontradas alusões a actividades desenvolvidas no âmbito dos *Parques Com Vida*.

Quando, nos objectivos do POPNM, é referido o turismo de natureza como potencial de desenvolvimento local, assim como as actividades tradicionais e produtos da região, mas não são apontados os meios para potenciar estes objectivos e como o Presidente da JF de Donai, Luís Martins referiu na entrevista *“os objectivos infelizmente não passam disso mesmo, era óptimo que fossem cumpridos mas para tal era necessário reestruturar o parque, principalmente a nível operacional”*. A CMB defende igualmente que a promoção do desenvolvimento local e rural deve ser centrado na promoção dos elementos já referidos, ainda que a atitude do PNM seja individualista na questão do desenvolvimento local, o que cria um sentimento de descrença e revolta. Luís Martins acrescenta que na realidade *“não há nenhum morador que diga que já foi beneficiado pelo PNM ou por viver nesta Área Protegida”*.

Todavia, se no caso do turismo, como já vimos, mantêm-se inúmeras restrições à prática de actividades de lazer e mesmo culturais (se atendermos ao quadro n.º5 que já visualizámos, relativo a práticas de turismo de natureza, é interdito os jogos populares nas Áreas de Protecção Parcial do tipo I e II e necessário parecer prévio na Área de Protecção Complementar) e que o turismo rural traz benefícios residuais para a restante população (Luís Martins vai mais longe, dizendo que *“a freguesia de Donai nunca ganhou nem irá ganhar com o turismo que o PNM propõe, não há um circuito de actividades pelas diversas freguesias, pois este não incentiva nem apoia o turismo rural e de habitação; o PNM é apenas um nome em que apenas as aldeias de Montesinho e Portela usufruem do possível turismo”*), não nos parece de todo que a concentração do desenvolvimento local neste segmento de turismo seja a “fórmula” correcta, principalmente se atendermos ao que a bibliografia consultada nos transmite, em que apenas nalguns casos o turismo (nomeadamente o balnear) é o motor de todo um desenvolvimento.

E acreditamos que, da mesma forma o desenvolvimento não pode se limitar ao segundo eixo apontado, os produtos locais, pelo menos nos moldes que nos apresentam.

Então vejamos, alguns dos produtos locais que já têm algum reconhecimento nacional e alguma divulgação são: a castanha, o mel (o denominado *Mel do Parque Natural de Montesinho*), os produtos de fumeiro e as carnes certificadas. Uma grande porta de divulgação passa por eventos locais, como a *Feira da NorCaça, NorPesca e NorCastanha* e pela *Feira do Fumeiro* em Vinhais, em que os principais promotores são os municípios. Quanto ao mel existe a Associação de Apicultores do Parque Natural de Montesinho e a Casa do Mel em Bragança, onde este sofre os processos até à rotulagem que atesta que é mel certificado (porém há muito mel que não é certificado pelo PNM, apesar de ser de locais da Área Protegida). Há que atender que também a apicultura na área do parque tem restrições e regras.

Então qual é o papel desta Área Protegida na promoção e divulgação destes produtos, que segundo a mesma são fundamentais para a nossa temática? Parece que ainda está muito aquém das expectativas que foram criadas inicialmente. A nova administração do PNM, cujo responsável é Victório Martins, quer implementar no terreno a aproximação às pessoas, pondo em prática as palavras de Carlos Figueiredo (vice-presidente do ICNB), reproduzidas na edição de 2 de Julho de 2010 do Jornal Correio Alentejo: *“importa assinalar que as áreas protegidas e classificadas sendo de fundamental importância para a conservação da biodiversidade, não podem subsistir isoladas do resto do território, pelo que o estado da biodiversidade deverá igualmente levar em linha de conta os restantes espaços rurais e urbanos porque é com esta situação que a população mais está em contacto e conhece e que, por isso mesmo, importa mobilizar para a sua defesa”*, e segundo noticiado pela Brigantia já houve, digamos, um “reconhecimento de campo” por algumas freguesias do PNM e actividades como plantar e oferecer árvores pela comemoração do Dia da Árvore. Para o Presidente da JF de Donai essa iniciativa não passou de *“propaganda de show-off devido a uma moção de censura das freguesias de Bragança integrantes do PNM para a desanexação das mesmas do parque”*.

Tal como já foi referido anteriormente, um dos desafios das Áreas Protegidas é o conflito com a questão da caça e as associações de caça. Se por um lado há determinadas visões e posições discordantes, por outro não são entidades tão antagónicas quanto isso, pelo contrário. Ambas, como organizações, desejam a defesa e continuidade do património natural.

Reportando-nos para o nosso caso de estudo, esta relação, digamos difícil entre o PNM e associações de caça com sede em freguesias inseridas no parque é uma realidade. E tal como outras actividades, a caça está regulamentada e condicionada. E o artigo 27º prevê, entre outros aspectos, que os campos de treino de caça apenas são

autorizados em áreas de protecção complementar e limitados à prática de tiro entre Julho e Março e apenas em dois dias por semana, que não podem ser consecutivos; também a realização de batidas às raposas, montarias, esperas e de aproximação a caça maior estão sujeitas a comunicação prévia, que podem não ser permitidas ou condicionadas pelo ICNB.

O mal-estar que as associações de caça têm com o PNM é palpável na entrevista que fizemos à Associação de Caça e Pesca da Freguesia de Donai, tanto mais que não vê qualquer benefício em estar integrada no perímetro da Área Protegida, pelo contrário, considera haver diferenciação daquelas que estão fora do parque, dando exemplo dos repovoamentos de espécies autóctones que não estão autorizadas, apesar de segundo Manuel Afonso (Presidente da Assembleia desta associação) as espécies que gostariam de repovoar são a base da cadeia alimentar para os predadores que o PNM/ICNB defende e protege, encara a *“Área Protegida como intransigente, pois era fundamental para a associação que o PNM integrasse este processo com apoio técnico e supervisão”*.

Quando questionado que impactes tem o POPNM no funcionamento da associação e nas suas actividades cinegéticas, este caçador apontou diversas questões limitativas, que vão para além da Lei Geral da Caça, no que diz respeito ao acto da caça em si, como é o caso de *“só poder caçar espécies migratórias até ao meio-dia (em dias autorizados de caça), sendo Dezembro o seu término (para associações fora do parque prolonga-se até Fevereiro); retirou-se o dia suplementar que a Lei Geral contempla; para as esperas ao javali cada caçador necessita de autorização do PNM; a correcção de densidades de espécies cinegéticas dentro do parque apenas pode ser feita até Janeiro”*. É acrescentado ainda que o número de caçadores furtivos tem aumentado, devido ao regulamento e burocracia e há falta de fiscalização da Área Protegida. Este representante desta associação finaliza dizendo *“não vejo benefícios da associação estar no PNM, pagamos as mesmas cotas mas temos mais deveres, além que 50% da área de caça está dentro do PNM e 50% fora, que implica dois tipos de gestão, que os sócios não entendem”*.

Depois desta entrevista surgiram-nos uma questão pertinente, o turismo cinegético não seria uma iniciativa a complementar o turismo de natureza? Pensamos que sim, pois segundo informações há diversas associações de caça, que podiam lucrar com a divulgação da caça na região e ao fazê-lo estariam a exercer uma fiscalização e um controlo das populações cinegéticas (algo que o PNM mostra algumas lacunas). Para além de poderem obter benefícios económicos directos, assim beneficiando (directa e indirectamente) as freguesias em questão, as populações locais, a nível de alojamento, restauração e mesmo em artigos ligados à caça e outros produtos regionais,

aproveitando um evento anual que se realiza em Bragança, pelo final do mês de Outubro, a Feira Internacional do Norte: *NorCaça, NorPesca & NorCastanha* (promovida pela Câmara Municipal de Bragança e com o apoio, entre outros, do Turismo do Porto e Norte de Portugal, Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território e Autoridade Florestal Nacional).

Desta forma cremos que estão reunidas algumas bases para impulsionar este tipo de turismo, ainda que este não seja contemplado nos objectivos no PNM, apesar de também não estar excluído de forma explícita. Todavia, no decurso das nossas pesquisas fomos informados que inicialmente havia uma Reserva de Caça Turística na freguesia da Mofreita, gerida pela empresa turística TuriCorço mas que foi transferida para outra freguesia, Faílde (fora do perímetro da Área Protegida) durante a elaboração do POPNM, pois o PNM não terá renovado a licença para o funcionamento desta empresa.

Se o turismo de natureza e cinegético pode ser um dos eixos de desenvolvimento local, sozinho não irá ter impacte no território, é necessário concertar várias medidas de diferentes naturezas, de forma a tentar inverter a tendência de perda populacional. Mas para atrair população há que definir prioridades e algumas podem chocar com as regulamentações do PNM, como é o caso das infra-estruturas. É necessário munir as freguesias de bons acessos, criando uma rede de acessibilidades que ligue as aldeias da mesma freguesia (o caso de Vila Nova que não tem acessos asfaltados à sede de freguesia, Donai, sendo necessário atravessar toda a cidade de Bragança para chegar à dita aldeia, apesar da existência de um projecto pelo programa PRODER para transformar o caminho de 3 metros em 6 metros, mas o PNM não autoriza o alargamento) e as freguesias aos centros urbanos de Bragança e Vinhais (apesar da estrada nacional que atravessa o local de Vila Nova ter tido uma intervenção no seu pavimento a proposta de alargamento e correcção de traçado não foi aprovada pelo PNM), pois estes centros são as portas de entrada para visitar o parque e são os pólos agregadores de emprego. Mas as infra-estruturas não se podem limitar às estradas ou às acessibilidades “físicas”. É necessário beneficiar e reforçar a rede de abastecimento de água e saneamento (talvez com as últimas notícias de falta de água no município de Bragança, o impasse de 20 anos com a construção da barragem de Veiguiñas em Montesinho seja finalmente ultrapassado); melhorar as redes de electricidade (que insiste em falhar seja no Verão, seja no Inverno quando menos se espera); móvel, pois há aldeias em que a única rede móvel que dispõem é a espanhola (mas é de ter em conta que por exemplo a localidade de Cova de Lua, Espinhosela, já tem rede móvel, ao fim de vários anos com as populações a reivindicarem a instalação de novas antenas que

esbarrava sempre no parecer do Parque, esta mudança deve-se em muito à sede nesta aldeia do quartel do Grupo de Intervenção, Protecção e Socorro (GIPS); e a nível de acessibilidade virtual, a internet, deve ser reforçada, pois é extremamente deficiente (como é o caso da sede da Junta de Freguesia de Donai) e em alguns casos inexistente na área do PNM.

Ao munir as freguesias com as infra-estruturas físicas e virtuais, aproximamos o parque e as pessoas que lá vivem dos turistas, investidores, novos moradores, das oportunidades de emprego, inovação, I&D (Investimento e Desenvolvimento) e das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação).

Segundo a entrevista à CMB, foi-nos dito que inicialmente, após a criação do PNM, implementaram-se diversas iniciativas que favoreceram a promoção da Área Protegida junto das populações locais e poder local, como por exemplo a recuperação de edifícios do PNM para alojamento rural, material promocional, recuperação de pombais, moinhos, fontes de mergulho, etc. Contudo *“todo o trabalho realizado pelas direcções iniciais do parque foi anulado pelas últimas gestões”* (CMB).

Se a nível mundial a tendência é a aproximação das Áreas Protegidas às comunidades locais e o reconhecimento da sua importância na existência destas áreas, criando estratégias que permitam o desenvolvimento sustentável dessas localidades e a criação de fundos adicionais para a gestão das Áreas Protegidas. Porquê no PNM a orientação é inversa? Sabemos que houveram cortes orçamentais mas acreditamos que todo o modelo conceptual está incorrecto e que desta forma o desenvolvimento local será apenas uma miragem e a conservação da natureza apenas um regulamento. Toda a paisagem do parque está em alteração nestes últimos 30 anos e a degradação do espaço e o abandono são umas das suas características, ou seja, a degradação dos espaços naturais, com o abandono do cultivo, a degradação do espaço habitacional (com o abandono e envelhecimento dos seus habitantes) e a degradação e abandono do património do PNM.

O afastamento do PNM e das populações e vice-versa é visível e o triângulo-base de parcerias, “Câmaras – Juntas de Freguesias – PNM”, que poderia impulsionar o desenvolvimento e criar uma dinâmica diferente no parque, também que no que diz respeito à conservação da natureza, resume-se no fim de contas a um binómio constituído pelos dois primeiros. Mas com a balança a pender para as Câmaras, devido às competências mais alargadas e fundos de maneo que dispõem.

Então que tipo de desenvolvimento local e rural estas populações necessitam? Sem esquecer que mais que um desenvolvimento local estas populações, que vivem em meios rurais, estão inseridas numa Área Protegida, que como já mencionámos, limita

muitas actividades, proibindo mesmo algumas delas, criando um mal-estar e diversos conflitos. Não há uma solução única pois, apesar de vários casos de sucesso de integração da conservação da natureza com o desenvolvimento das comunidades locais, não podemos transcrever estas estratégias *ipsis verbis*, pois temos sempre de atender e compreender o contexto geográfico, social e económico. Porém a questão mantém-se e não há uma resposta definitiva. O desenvolvimento local é possível no PNM e é perfeitamente compatível com a protecção de um ecossistema mas a mudança na estratégia de gestão é fundamental, aproximando as decisões e as iniciativas do poder local e das próprias comunidades.

Outra questão a ter em conta é a dependência dos subsídios, principalmente em espaço rurais, tendência que o *novo paradigma do desenvolvimento rural* proposto pela OCDE quer inverter e mesmo “substituir” por incentivos através de programas direccionados. No caso da Área Protegida em causa há diversos programas europeus de apoio ao desenvolvimento rural que o PNM poderia promover junto dos diversos actores locais, podendo mesmo criar parcerias em candidaturas, tal como o representante da Associação de Caça e Pesca de Donai corrobora. Desta forma o PNM seria um veículo transmissor de informação e esclarecimento e um organismo de apoio a candidaturas e elaboração de projectos para o espaço protegido em causa, projectos estes que sendo elaborados com a colaboração do PNM teriam sempre em conta os pressupostos de conservação da natureza e um regulamento.

Todavia entre estes programas, o PNM e os destinatários não há ponte pois actualmente esta ponte é assegurada através da CoraNe e alguns dos programas de ajuda e incentivos europeus disponíveis às populações dentro e fora da área do parque são: o PRODER; o RIDER (que propõe uma rede para o acesso à inovação das empresas rurais); TIME PYME (promove as micro e médias empresas em zonas rurais através da cooperação transfronteiriça); SIVETUR (apoia projectos de turismo de natureza, turismo sustentável, recuperação ou adaptação de património classificado, entre outras); AMBI – EMPLEATE (promove o desenvolvimento socioeconómico das populações dentro dos espaços naturais que estão na Rede Natura 2000); QTA (para a Qualificação do Turismo Activo); e o VAGEM (funciona como uma rede de Ecomuseus).

Todos estes incentivos premeiam o desenvolvimento local e rural e devem ser concertados com as premissas do PNM, senão não serão viáveis, pois os projectos podem esbarrar no regulamento do POPNM.

Ao colocarmos o turismo (seja de natureza, cinegético ou de habitação), a promoção dos espaços rurais característicos e dos seus produtos e a exploração de novos nichos de mercado (quer na agricultura, silvicultura, no comércio e restauração,

quer nos serviços de proximidade e nas TIC) como possíveis elementos promotores do desenvolvimento desta área, estamos a abrir as portas a novas oportunidades de investimento (não só local mas também externo), de crescimento populacional e do parque habitacional (principalmente no que diz respeito à reabilitação). O que não implica, de forma alguma, o objectivo do parque, que é a protecção e conservação dos espaços naturais, desde que todo o desenvolvimento seja correctamente planeado e ordenado, envolvendo todos os actores. Deste modo estes programas europeus são pontos importantes para estimular a criação do próprio emprego, desenvolvimento e protecção dos ecossistemas.

Terminamos esta reflexão sobre o impacte do PNM nas populações locais e na viabilidade destas promoverem um desenvolvimento sustentável, perante as suas aspirações, necessidades e a defesa da natureza, citando mais uma vez o vice-presidente do ICNB, Carlos Figueiredo, que sintetiza esta relação como *“a combinação das estratégias empresariais de valorização económica de recursos endógenos e a gestão activa da rede nacional de áreas protegidas, orientada para uma oferta mais qualificada de bens e serviços, poderá constituir um forte impulso para a criação de condições de atractividade e fixação de pessoas e empresas em territórios mais desfavorecidos e, ao mesmo tempo, promover uma maior consciencialização cívica para a protecção e conservação dos activos naturais que são marcas identitárias e insubstituíveis do nosso património colectivo”* (Correio Alentejo, 2010).

CONCLUSÕES

Ao finalizar o estudo de investigação que originou esta dissertação podemos concluir que o PNM não fomenta nem cria informação sobre esta Área Protegida nem incentiva a investigação sobre o desenvolvimento local, o que implicou várias dificuldades em obter bibliografia a nível local. Daí que todas as citações de elementos do PNM e do ICNB foram obtidas através de pesquisa em notícias e pequenos artigos publicados maioritariamente na imprensa.

Como já foi referido na metodologia a procura de informação passou então essencialmente por entrevistas informais a alguns presidentes de Junta de Freguesia e ao executivo camarário de Bragança (a Câmara Municipal de Vinhais não demonstrou disponibilidade) para ter uma perspectiva mais próxima da ligação entre os organismos estimuladores do desenvolvimento local e rural. Mas daquilo que nos foi transmitido, a

maioria das JF partilha ideias semelhantes às que nos foram apresentadas nas entrevistas realizadas.

Apesar da limitação de fontes bibliográficas no que diz respeito ao Parque, a investigação gerou evidência que aponta para que o PNM ainda não tenha atingido a meta que é a harmonia entre o espaço social e habitacional e o espaço natural. Para tal acontecer terá de haver cedências de ambas as partes, principalmente no que concerne à maior fonte de conflito, o Regulamento do POPNM.

Toda a investigação desenvolvida permite-nos considerar importante a revisão de todo um pensamento e estratégia no que respeita à conservação da natureza e à criação de Áreas Protegidas, principalmente na ideia que o isolamento em nada contribui para a preservação dos ecossistemas, especialmente numa Área Protegida com população, vivências e tradições. Há diversos casos internacionais em que as Áreas Protegidas são elementos integrantes num mosaico vivencial e paisagístico e seria importante que o parque desse mais atenção a estas mudanças de abordagem e projectos, em que a estratégia mista *top-down/bottom-up* parece resultar, pois de nada adianta a intenção de aproximação às comunidades locais enquanto a estratégia de gestão não se alterar. E da mesma forma não adianta ter como objectivos a promoção do desenvolvimento local e rural e o turismo de natureza se, no primeiro caso, não há estímulos para tal e no segundo caso as limitações que o Regulamento impõe, associado à falta de investimento nas aldeias, no caso de serviços de apoio e infra-estruturas básicas, dificulta o crescimento deste sector.

O desenvolvimento local e rural não pode apenas basear-se na agricultura tradicional, nas actividades artesanais e produtos locais (e mesmo estes qual o papel do PNM na sua publicidade e *marketing?*), pois o novo “paradigma do desenvolvimento rural” diz-nos que este não é sinónimo de desenvolvimento agrícola, apesar de não esquecer essa ligação. Para haver desenvolvimento local há que tornar o território atractivo para a fixação de população, para ser visitado, para incentivar a economia local e criar emprego, em que o papel do PNM não deve ser menosprezado, pelo contrário, deve ter uma voz mais activa e participativa. Todos estes aspectos devem ser conciliados com a educação ambiental e a protecção da biodiversidade, da qual cada habitante das 88 aldeias é elemento integrante e activo.

Em síntese, como avaliar o impacte deste parque no desenvolvimento local? É ou não importante para o desenvolvimento do território em causa? A resposta que nos surge é que foi importante, no início, porque criou uma certa expectativa e euforia junto do poder local e a própria população sentia um certo orgulho pela criação de uma Área Protegida em Trás-os-Montes. Contudo actualmente as pessoas vêem o parque como

um entrave ao desenvolvimento local e ao próprio rendimento que poderiam auferir dos seus terrenos. Presentemente não há uma presença física da gestão do parque no território mas há, sem dúvida, um impacte deste no desenvolvimento deste espaço e, face aos inúmeros conflitos que mencionámos, concluímos que o impacte é negativo, pois consideramos que a gestão do parque (e não a existência do mesmo) dificulta diversas iniciativas propostas pelas autarquias e por particulares que poderiam ser impulsionadoras para o desenvolvimento. Além disso consideramos que as acções desenvolvidas pelo PNM para a protecção da biodiversidade têm pouca visibilidade e o impacte dos vários projectos e estudos elaborados por esta entidade é pouco significativo no terreno. Assim sendo a sua acção deve ir além da monitorização da fauna e flora e da regulamentação do espaço vivencial.

BIBLIOGRAFIA

Afonso, J. 2005. *Moinhos de Água, Memórias de um povo*. Relatório de estágio, Miranda do Douro, UTAD.

Alves, H. 2008. *Plataformas Associativas, Património Rural e Desenvolvimento Local: a Contribuição do Parque Natural de Montesinho no Nordeste Transmontano*. Tese de Doutoramento, Salamanca, Facultad de Geografia e História, Universidade de Salamanca

Alves, V. S., Monteiro, J. R. 1993. *Moinhos de Água do Parque Natural de Montesinho*, Bragança, Parque Natural de Montesinho.

American Association for the Advancement of Science (AAAS) 2011. *Science Magazine* [Em Linha]. Washington: AAAS. Disponível em: <http://www.sciencemag.org> [Consult. 26 Novembro 2010].

Andrew-Essien, E., Bisong, F. 2009. Conflicts, Conservation and Natural Resource use in Protected Area Systems: An Analysis of Recurrent. *European Journal of Scientific Research*, ISSN 1450-216, vol.25, 118-129.

Asian Development Bank (ADB) 2009. *Rural Development: Outcomes and Drivers* [Em Linha] Manila: ADB. Disponível em: <http://www.adb.org/Documents> [Consult. 12 Maio 2011].

Associação de Municípios do Douro Superior 2011. *Associação de Municípios do Douro Superior* [Em linha]. Torre de Moncorvo: AMDS. Disponível em: www.amdourosuperior.pt/ [Consult. 10 Novembro 2010].

Barthelemy, P. A., Vidal C. 1995. Rural realities in the European Union. *Agriculture and Environment* [Em Linha]. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/envir/htm> [Consult. 12 Maio 2011].

Best, R., Rogers, A. 1973. *The Urban countryside: The land-use struture of small towns and villages in England and Wales*, London, Faber.

Bilhim, J. 2004. *A Governação nas Autarquias Locais – colecção Inovação e Governação nas Autarquias*, Porto, SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação.

Blog não oficial do Parque Natural de Montesinho 2007. *Montesinho Natural* [Em linha]. Bragança: Blog. Disponível: <http://pnmontesinho.blogspot.com> [Consult. 21 Maio 2011].

Brower, D., Carol, D. 1987. *Managing Land-Use conflicts, case studies in special Área Management*, Durham, Duke University Press.

Caetano, L. 2003. *Território, do Global ao local e Trajectórias de Desenvolvimento*, Coimbra, Centro de Estudos Geográficos.

Caldas, E. 1991. *A agricultura portuguesa através dos tempos*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

Câmara Municipal de Bragança 2009. *Câmara Municipal de Bragança* [Em linha]. Bragança: Netmunicipio. Disponível: www.cm-braganca.pt/ [Consult. 10 Fevereiro 2011].

Câmara Municipal de Vinhais 2010. *Camara Municipal de Vinhais* [Em linha]. Vinhais: Bragançanet. Disponível: www.cm-vinhais.pt/ [Consult. 10 Fevereiro 2011].

Canadian Parks, Wilderness Society 2009. Economic Benefits of Protected Areas [Em linha]. Saskatchewan: CPAWS. Disponível em: <http://www.cpaws-sask.org> [Consult. 23 Maio].

Cavaco, C. 1994. *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local*, Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, Lisboa, DGDR.

Chambers, R. 1983. *Rural Development — Putting The Last First*, Essex, Longman.

Chape, S., *et al* 2005. Measuring the extent and effectiveness of protected areas as an indicator for meeting global biodiversity targets. *The Royal Society* [Em linha], vol. 360. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1569446/> [Consult. 15 Março 2011].

Coad, L., *et al* 2008. *The Costs and Benefits of Forest Protected Areas for Local Livelihoods: a review of the current literature*, Cambridge, PNUA- CMMC.

Correia, J., Figueiredo, E. 2008. Repor o rural no mapa: a comunicação como processo para a sustentabilidade em meio rural. *Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, Cultura, Inovação e Território*, 1-19.

Correia, J. 2009. *Repor o rural no mapa: a comunicação para a sustentabilidade rural*. Dissertação de Mestrado, Aveiro, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Universidade de Aveiro.

Cruz, P. 2009. *A Importância da Governança Local no Desenvolvimento Territorial: a Contabilidade Analítica*. Relatório de Estágio. Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro.

Danson, M., *et al* 1997. *Regional Governance and economic Development*, Londres, European Research in Regional Science.

Decreto-Lei n.º 355/79, de 30 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro.

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho.

Decreto Regulamentar n.º 5-A/97, de 4 de Abril.

Development Organizational 2010. *Development: Rural Development Strategies* [Em linha]. Pagerankstudio. Disponível em:
<http://pagerankstudio.com/Blog/2010/10/development-rural-development-strategies/>
[Consult. 05 Maio 2011].

EUROPARC 2010. Protected Areas In-Sight: Living together, Biodiversity and Human Activities. *The Journal of the EUROPARC Federation*, vol. 2, 1-36.

European Commission 2004. *Rural Development – The impact of EU research (1998-2004)*, Brussels, Office for Official Publications of the European Communities.

European Environment Agency (EEA) 2009. *Europe is losing biodiversity even in protected areas* [Em Linha]. Copenhagen: EEA. Disponível em: <http://www.eea.europa.eu/> [Consult. 22 Outubro 2010].

Fernandes, J. 2003. Dinâmicas de Desenvolvimento, Territórios e Áreas Protegidas – breve reflexão para o caso português. *Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento - Centro de Estudos Geográficos*, 229-274.

Fernandes, J. 2005. *Território, Desenvolvimento e Áreas Protegidas. A Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Dissertação de Doutoramento em Geografia, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Ferragut, S. 2010. *The Local Government as a Central and Leading Actor of Local Development: The case of the Herman Costerstraat Market in The Hague*, Hague, International Institute of Social Studies (ISS).

Figueiredo, C. 2010. *A Biodiversidade é o Desenvolvimento*, Évora, Correio Alentejo.

Figueiredo, E. 1993. *O desenvolvimento rural em questão – das novas condições às novas políticas*, Aveiro, DAO, Universidade de Aveiro.

Figueiredo, E. 2003. Sol na Eira e Chuva no Nabal. Que rural propõem as políticas de desenvolvimento? *V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais - Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada*, 1-20.

Figueiredo, E. 2003. *Um rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Dissertação de Doutoramento, Aveiro, DAO, Universidade de Aveiro.

Fleming, T. 2003. *Socio-Economic Benefits of Protected Areas, Concepts and Assessment Techniques as Applied in New South Wales*, Queensland, ISBN.

GEOSPECS 2010. *Geographic specificities and Development Potentials in Europe* [Em linha]. Perth: European Union. Disponível em: <http://www.geospecs.eu/Biodiversity.html> [Consult. 15 Junho 2011].

Gonçalves, S. C. 1993. *Oportunidades de desenvolvimento turístico e Conservação da Natureza – Parque Natural de Montesinho*. Relatório de projecto, Aveiro, Universidade de Aveiro.

Hein, L. 2011. Economic Benefits Generated by Protected Areas: the Case of the Hoge Veluwe Forest, the Netherlands. *Ecology and Society* 16, artigo 13, 1-39.

Henriques, J. M. 1990. *Municípios e desenvolvimento: caminhos possíveis*, Lisboa, Escher.

Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) 2005. *ICNB* [Em linha]. Lisboa: ICNB. Disponível em: <http://portal.icnb.pt> [Consult. 10 Setembro 2010].

ICNB 1998. *Parque Natural de Montesinho - Património Natural Transmontano*, Bragança, Parque Natural de Montesinho.

ICNB 1998. *Património Cultural, vegetação e floresta, conservação da natureza*, Bragança, Parque Natural de Montesinho.

ICNB 2006. *Parque Natural de Montesinho*, Bragança, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

ICNB 2006. *Turismo de Natureza, Enquadramento Estratégico-Parque Natural de Montesinho*, Bragança, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

ICNB 2007. *Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho – Estudos de Caracterização*, Bragança, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

ICNB 2007. *Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho – Diagnóstico*, Bragança, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

ICNB 2007. *Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho – Programa de Execução*, Bragança, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

ICNB 2007. *Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho – Relatório de Ponderação da Discussão Pública*, Bragança, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Instituto Nacional de Estatística (INE) 2004. *INE* [Em linha]. Lisboa: INE. Disponível em: <http://ine.pt> [Consult. 20 Outubro 2010].

INE 2011. *XV Recenseamento Geral da População. V Recenseamento Geral da Habitação, Região Norte* (Resultados Preliminares), Lisboa, INE.

INE 2009. *Anuário Estatístico de Portugal 2008*, Lisboa, INE.

INE 2002. *XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Habitação, Região Norte*, Lisboa, INE.

INE 1993. *XIII Recenseamento Geral da População. III Recenseamento Geral da Habitação, Região Norte*, Lisboa, INE.

Jacques, R. 2006. Parques Nacionais, redomas de vidro ou áreas de interações sociais? *Duplipensar.net* [Em Linha]. Disponível em: <http://www.duplipensar.net/artigos/2006-Q4/parques-nacionais-redomas-de-vidro-ou-areas-de-interacoes-sociais.html> [Consult. 23 Janeiro 2011].

Jornal Esquerda 2010. Viaturas para abate abandonadas no PNM. *Esquerda.net* [Em linha]. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo> [Consult. 12 Janeiro 2011].

Jornal Expresso 2008. *Expresso* [Em linha]. Lisboa: Jornal Expresso Impresa Publishing S.A. Disponível em: <http://aeiou.expresso.pt/> [Consult. 10 Março 2011].

Jornal Mensageiro de Bragança 2008. *Mensageiro de Bragança - Semanário* [Em linha]. Bragança: Jornal Mensageiro. Disponível em: <http://www.mensageironoticias.pt> [Consult. 10 Março 2011].

Kungolas, A., *et al* 2007. *Sustainable Development and Planning III*, Volume I, London, Wit Press.

Kungolas, A., *et al* 2007. *Sustainable Development and Planning III*, Volume II, London, Wit Press.

Kwaw, A., *et al* 2010. Protected areas reduced poverty in Costa Rica and Thailand. *University of Cambridge*, vol.107, n.º22, 1-6

Landovsky, G., *et al* 2010. *A paisagem na Lista do Património Mundial da Unesco*. Pluris [Em linha]. Disponível: <http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper398.pdf> [Consult. 22 Junho 2011].

Lei n.º 11/87 de 7 de Abril – Lei de Bases do Ambiente.

Lima, V., *et al* 2007. História, Identidade E Desenvolvimento Local: Questões E Conceitos. *História & Perspectivas, Uberlândia* vol. 36-37, 363-388.

Montesinho Vivo – Associação de Defesa e Promoção do Parque Natural de Montesinho 2007. *Montesinho Vivo* [Em Linha]. Bragança: Montesinho Vivo. Disponível em: <http://www.montesinhovivo.pt/site/index.php> [Consult. 25 Novembro 2010].

Nogueira, F. 2010. *Desenvolvimento Local: Estratégias e Competitividade*. Tese de Doutoramento, Aveiro, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Universidade de Aveiro.

Neto, P., Natário, M. 2009. *O novo paradigma de desenvolvimento rural: Os pólos de excelência rural*, Évora, CEFAGE-EU, Universidade de Évora.

OCDE 2006. *The New Rural Paradigm - Policies and Governance*. OECD Rural Policy Reviews, Paris, OCDE.

Pais, C., Gomes, B. 2008. *O Espaço Rural no âmbito das Políticas de Desenvolvimento – O Caso do Pinhal Interior*, Coimbra, Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, Cultura, Inovação e Território.

Parque Biológico de Vinhais 2009. *Parque Biológico de Vinhais* [Em Linha]. Vinhais: Parque Biológico de Vinhais. Disponível em: <http://www.parquebiologicodevinhais.com> [Consult. 05 Janeiro 2011].

Pat, W. 2001. *Case Study: Tourism And Biodiversity (Ecotourism – A Sustainable Development Tool, A Case For Belize)*, Belmopan, Ministry of Tourism and Youth.

Pike, A., et al 2006. *Local and Regional Development*, London, Routledge.

Pires, A. 1987. *The Local Process of Development in Águeda*, Coimbra, Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.

Plummer, R. Fennell, D. 2009. Managing protected areas for sustainable tourism: prospects for adaptive co-management. *Journal of Sustainable Tourism*, volume 17, 149-168.

Protected Areas and Development (PAD) 2004. *Lessons from Global Experience: Protected Areas and Development in the Lower Mekong River Region* [Em linha]. Hanoi: International Centre for Environmental Management. Disponível em: <http://www.mekong-protected-areas.org> [Consult. 10 Outubro 2010].

Rádio Brigantia 2008. Rádio Brigantia [Em Linha]. Bragança: Rádio Brigantia. Disponível em: <http://www.brigantia.pt/> [Consult. 21 Maio 2011].

Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008, de 24 de Novembro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de Agosto.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho.

Robinson, G. 1990. *Conflict and Change in the Countryside. Rural society, economy and planning in the developed world*, London, Belhaven Press.

RTP 2011. *RTP Notícias* [Em Linha]. Lisboa: RTP. Disponível em: <http://tv1.rtp.pt/noticias> [Consult. 12 Janeiro 2011].

Ruiz, J. 2010. Parque Natural de Montesinho. *Vagueando na Notícia* [Em linha]. Disponível em: <http://vagueando.forumeiros.com/t19952-parque-natural-de-montesinho> [Consult. 12 Janeiro 2011].

Scherl, L., et al 2006. *As áreas protegidas podem contribuir para a redução da Pobreza? Oportunidades e limitações*, Cambridge, UICN.

Shoo, L. 2008. *A Balance Between Lands and Population Growth*, Brisbane, James Cook University of North Queensland.

Silvano, M. J. 2006. *O turismo em áreas rurais como factor de desenvolvimento: o caso do Parque Natural de Montesinho*. Tese de Mestrado, Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro.

Sims, K. 2009. *Conservation and Development: Evidence from Thai Protected Areas*, Amherst, Department of Economics, Amherst College.

Slideshare 2012. Ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em unidades de conservação [Em linha]. San Francisco: Slideshare. Disponível em: www.slideshare.net/o-ecoturismo-o-desenvolvimento-local-e-a-conservacao-da-natureza-em-unidades-de-conservao [Consult. 03 Junho 2011].

Stanley, D., Perron, L. 2005. Measuring the Benefits Of Protected Areas: A Critical Perspective On The IUCN Guidelines. *Northern Research Station- Forest Service* [Em Linha]. Disponível em: http://nrs.fs.fed.us/pubs/gtr/gtr_ne241/gtr_ne241_215.pdf [Consult. 21 Outubro 2010].

Stolton, S. 2009. *Communicating values and benefits of protected areas in Europe*, Bristol, EUROPARC.

Syrett, S. 1995. *Local Development: restructuring, locality and economic initiative in Portugal*, Avebury, Queensway.

Thompson, J., Peepre, J. 2001. *Economic Benefits of Protected Areas*, Yukon, Canadian parks and Wilderness Society.

UNEP, World Conservation Monitoring Centre 2007. *Millennium Development Goals, Indicator 26: Protected Areas Report*, London, UNEP.

Universidade de Aveiro, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais 2010. *Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros*, Aveiro, IV Congresso De Estudos Rurais -Livro de Actas.

Wittemyer, G., *et al* 2008. Accelerated Human Population Growth at Protected Area Edges. *Science Journal* n.º5885, vol. 321, 123-126.

World Commission on Protected Areas (UICN) 2006. *Can the Protected Areas reduce poverty?* [Em Linha]. Gland: UICN. Disponível em: <http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/2004-047-Pt.pdf> [Consult. 22 Outubro 2010].

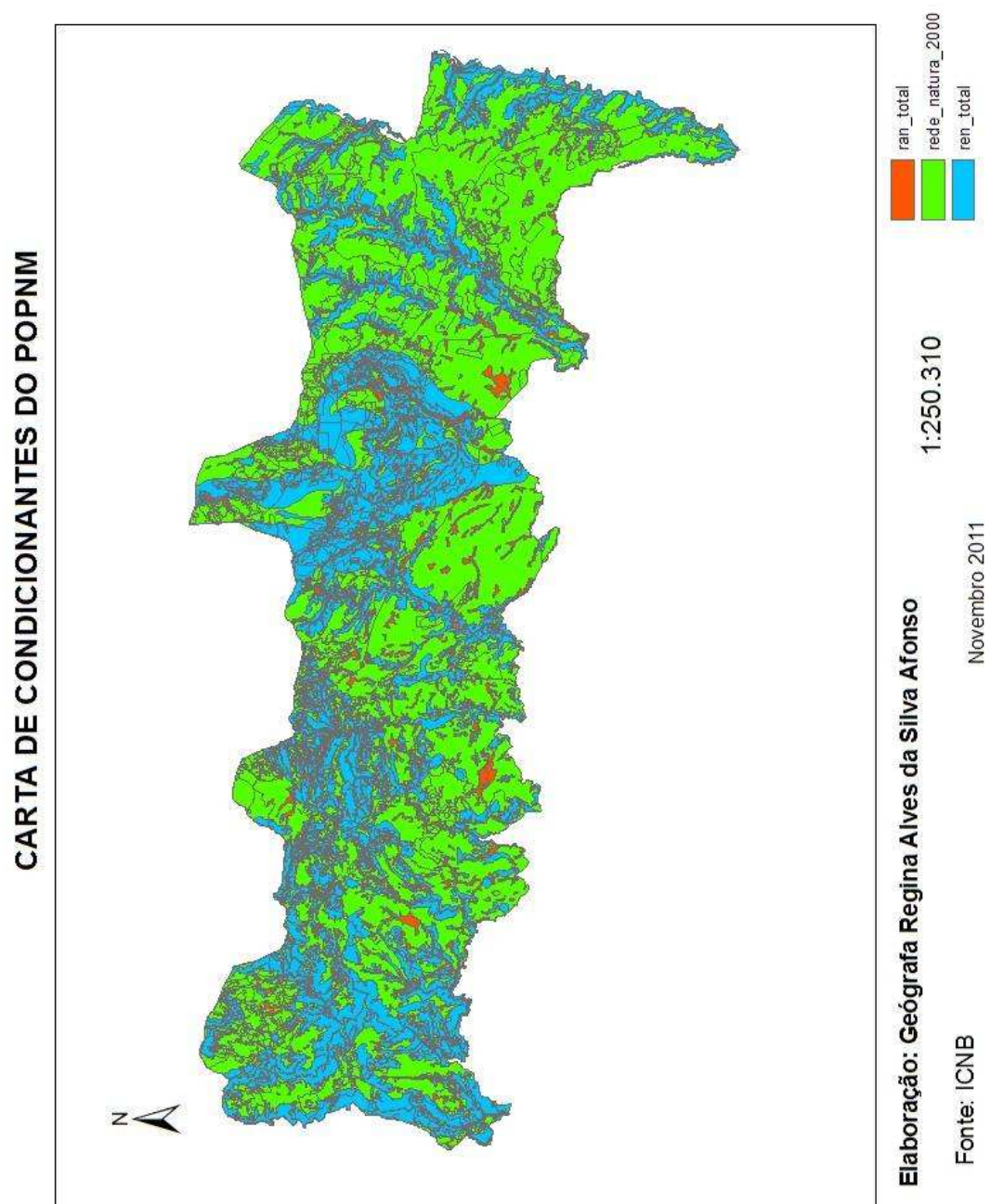
World Commission on Protected Areas (UICN) 2010. *European Programme, 2005-2008* [Em Linha]. Gland: UICN. Disponível em: http://cmsdata.iucn.org/downloads/iucn_european_programme_2005_2008_final [Consult. 22 Outubro 2010].

World Commission on Protected Areas (UICN) 2010. *Protected Areas in Europe* [Em Linha]. Gland: UICN. Disponível em: <http://www.iucn.org/about/europeregion/> [Consult. 22 Outubro 2010].

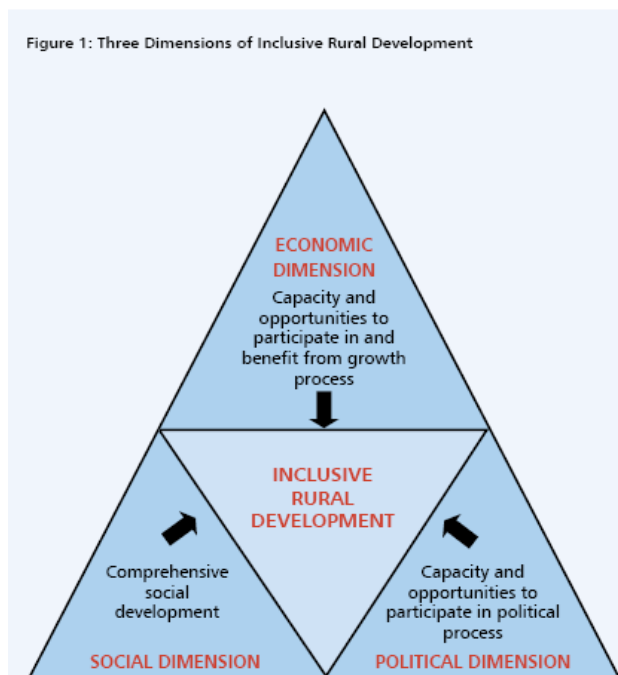
World Commission on Protected Areas (UICN) 2010. *Protected Areas Management Evaluation and Social Assessment of Protected Areas* [Em Linha]. Gland: UICN. Disponível em: <http://www.iucn.org/about/Protected-Areas> [Consult. 22 Outubro 2010].

ANEXOS

Anexo 1



Anexo 2: As dimensões do Desenvolvimento Rural



Fonte: <http://www.adb.org>

Anexo 3: Tipos de Governança

Governance type	A. Government Managed Protected Areas			B. Co-managed Protected Areas			C. Private Protected Areas			D. Community Conserved Areas	
	Federal or national ministry or agency in charge	Local/municipal ministry or agency in charge	Governmental or delegated management (e.g. to an NGO)	Trans-boundary management	Collaborative management (various forms of pluralist in the use)	Joint management (pluralist management board)	Declared and run by individual land-owner	...by non-profit organisations (e.g. NGOs, universities, etc.)	...by for-profit organisations (e.g. individual or corporate land-owners)	Declared and run by Indigenous Peoples	Declared and run by Local communities
IUCN Category (management objective)											
I - Strict Nature Reserve/ Wilderness Area											
II - National Park (ecosystem protection; protection of cultural values)											
III - Natural Monument											
IV - Habitat/ Species Management											
V - Protected Landscape/ Seascape											
VI - Managed Resource											

Type A: state governance— authority & responsibility by government through federal, national or sub-national agency	Type B: shared governance— authority & responsibility shared between governmental agencies and other entitled actors				Type C & D: private & community governance— authority & responsibility by landowners or communities with customary rights
enforce rules and repress violations	inform and/or consult about management decisions	seek consensus, also through benefit sharing	negotiate (involve in decision making) & develop specific agreements	formally share authority & responsibility (e.g. via seats in a CM body)	recognise full private or customary rights & assist in management

Figure 1: Governance in protected areas

a) (above) The IUCN protected areas governance matrix, showing the different governance structures that can exist for each protected area management category

b) (left) Government involvement within governance types

Adapted from Borri-Fereyabend (2007)

Fonte: COAD, et al, 2008

Anexo 4: Área das freguesias dentro do PNM.

Nome da Área Protegida	Classif	Área (ha)	Nome da Freguesia	Área (ha)	Area da AP na Freguesia	% da AP na Freguesia	Nome do Concelho	Área (ha)	Area da AP no Concelho	% da AP no Concelho	% do Concelho com AP	Distrito
Montesinho	PNT	74544,6	AVELEDA	6219,75	6219,05	8,3	BRAGANÇA	117363,5	43604,5	58,5	37,2	Bragança
			BABE	2561,70	1782,14	2,4						
			BAÇAL	2836,61	2487,47	3,3						
			BRAGANÇA (SANTA MARIA)	1349,45	0,29	0,0						
			BRAGANÇA (SÉ)	1071,96	10,56	0,0						
			CARRAGOSA	2777,25	2777,02	3,7						
			CASTRELOS	1902,97	174,67	0,2						
			CASTRO DE AVELÂS	1347,90	68,35	0,1						
			DEILÃO	4196,75	4192,10	5,6						
			DONAI	1506,89	896,80	1,2						
			ESPINHOSELA	3702,87	3702,83	5,0						
			FRANÇA	5371,41	5365,91	7,2						
			GIMONDE	1649,62	507,43	0,7						
			GONDESENDE	1294,21	1098,97	1,5						
			MEIXEDO	1147,87	902,08	1,2						
			PARÂMIO	2256,58	2256,02	3,0						
			QUINTANILHA	2030,24	1117,82	1,5						
RABAL	2337,17	2337,25	3,1									
RIO DE ONOR	4415,65	4413,08	5,9									
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS	3865,53	3294,68	4,4									
Nome da Área Protegida	Classif	Área (ha)	Nome da Freguesia	Área (ha)	Area da AP na Freguesia	% da AP na Freguesia	Nome do Concelho	Área (ha)	Area da AP no Concelho	% da AP no Concelho	% do Concelho com AP	Distrito
Montesinho			MOFREITA	1420,35	1418,21	1,9	VINHAIS	69481,0	30891,6	41,4	44,5	Bragança
			FRESULFE	1847,00	1847,08	2,5						
			MOIMENTA	1628,06	1625,76	2,2						
			MONTOUTO	2708,59	2704,44	3,6						
			PAÇÓ	1666,85	1648,52	2,2						
			EDRAL	2616,29	489,81	0,7						
			PINHEIRO NOVO	3339,06	3337,45	4,5						
			QUIRÁS	2580,06	2580,07	3,5						
			SANTA CRUZ	1066,25	1066,30	1,4						
			SANTALHA	2903,60	2861,02	3,8						
			SOBREIRO DE BAIXO	1939,68	408,33	0,5						
			SOEIRA	1399,94	1129,43	1,5						
			TRAVANCA	1253,97	1254,03	1,7						
			TUIZELO	3135,37	2826,32	3,8						
			VILA VERDE	1488,48	737,82	1,0						
			VILAR DE LOMBA	2082,36	21,28	0,0						
			VILAR DE OSSOS	1770,22	1770,31	2,4						
VILAR SECO DE LOMBA	2232,31	2199,19	3,0									
VINHAIS	3201,39	966,26	1,3									

Anexo 5:

Nº DE VISITANTES QUE CONTACTARAM AS ÁREAS PROTEGIDAS

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total (1996-2009)
PNPG	43.686	42.852	32.479	38.642	33.122	20.868	29.113	29.673	25.644	35.018	37.080	33.412	6.468	7.192	415.249
PNAlvão	3.415	4.625	1.185	4.077	3.405	8.661	10.850	7.918	5.931	6.643	5.929	5.035	7.402	19.048	94.124
PNAr	11.349	11.308	12.500	9.125	4.834	8.017	5.861	7.873	6.805	*	3.816	4.475	2.519	5.685	94.167
PNM	7.830	7.565	6.080	7.557	7.397	7.248	6.070	5.713	4.149	3.431	3.814	5.005	4.152	8.086	84.097
PNRF	15.340	43.721	24.864	51.606	22.081	19.829	18.433	19.612	20.463	19.770	21.436	24.543	14.191	14.291	330.180
PNSE	*	9.045	49.970	52.969	17.922	7.267	3.845	3.054	3.956	3.391	3.956	8.291	11.846	1.613	177.125
PNSSM	1.599	1.938	1.456	1.560	728	333	2.980	27.356	26.871	26.596	660	696	5.812	1.246	99.931
PNsAC	16.478	40.058	49.400	49.216	48.458	52.229	45.304	44.087	32.224	29.770	36.704	41.916	25.031	30.054	540.929
PNsC	32.500	28.488	3.700	892	1.430	629	2.851	3.402	3.462	5.745	990	701	2.396	6.617	89.803
PNsACV	359	400	2.730	2.288	3.234	5.134	5.281	3.468	3.024	2.428	1.350	1.165	7.198	670	38.729
PNVG	*	100	318	260	*	362	330	*	*	*	254	1.142	1.343	914	2.766
PNVI			410	1.669	4.127	9.677	8.518	9.751	10.693	7.036	4.641	1.895	3.110	1.985	63.512
PNTI					*	*	*	245	252	77	66	296	145	2.850	3.931
PNLN (pple)	2.700	1.564	6.540	8.820	10.300	7.005	7.408	10.835	4.997	5.767	5.223	3.317	5.250	5.369	85.095
RNB	*	*	25.000	*	30.000	*	*	40.000	40.000	*	*	*	40	0	135.000
RNDSJ	7.415	8.913	9.725	9.352	9.920	10.402	8.261	7.387	9.831	7.686	8.396	10.622	4.839	8.511	121.260
RNET	2.997	2.149	2.567	2.599	2.570	1.029	1.171	1.429	1.225	198	332	1.767	462	1.086	21.581
RNES	10.604	8.585	10.100	6.186	3.087	5.060	5.019	5.455	4.745	*	3.467	2.510	2.628	25.636	93.082
RNPA	3.211	4.062	4.472	3.391	3.130	2.551	3.098	2.214	2.921	2.401	2.009	1.631	1.667	2.383	39.141
RNPB	3.486	1.941	543	951	140	364	613	628	467	290	614	722	193	157	11.109
RNSCM	3.318	3.520	1.940	*	1.040	1.120	1.485	929	1.603	2.885	2.710	5.081	2.593	7.559	35.783
RNSM	2.194	2.172	2.650	3.115	3.162	1.294	3.459	1.586	2.027	990	899	2.038	476	1.246	27.308
RNLSAS					2.427	*	*	381	2.668	2.746	2.911	4.067	3.989	9.286	28.475
PPAFCC	1.300	1.360	1.285	396	454	38.983	40.494	39.119	44.046	42.732	40.855	43.490	625	2.691	297.830
PPSA	4.800	5.884	4.401	6.881	4.628	4.500	4.441	4.684	5.112	4.469	4.833	4.878	492	5.684	65.687
Totais	174.581	230.250	254.315	261.552	217.596	212.562	214.885	276.799	263.116	210.069	192.945	208.695	114.867	165.859	2.995.794

Notas:

Última actualização em: 13/04/2010

Fonte: ICNB.

Anexo 6: Empresas turísticas no PNM

Entidade	Licença ICN Nº	Alvará DGT Nº	Actividades	Calendarização	Capacidade
A. Montesinho Lda	61 PNM 4/2004	22/2006	Passeios TT	Janeiro a Março Outubro a Dezembro (Gimonde-Labiados-Gimonde)	2 Viaturas TT
			Passeios Pedestres	Março a Outubro (Percurso do PNM)	15 pax
			Passeios BTT	Março a Outubro	15 pax
Azimute	47 PNM 3/2006	50/2004	Passeios Pedestres - Rio de Onor - Montouto - Pinheiro Velho	- Março a 30 de Junho - Março a 30 de Junho - Março a 30 de Setem	15 pax
			Passeios BTT	Março a 30 de Junho (Montesinho/França)	15 pax
Montesinho Aventura	43PNM 2/2006	46/2004	Passeios TT	Abril a 31 de Julho (1 x sem.)	4 Viaturas TT 4 Motos Quatro
			Passeios BTT	Abril a 31 de Julho (1 x sem.)	15 pax
			Passeios Pedestres	Abril a 31 de Julho (1 x sem.)	15 pax
			Slide	Abril a 31 de Julho (1 x sem.)	-----
			Tiro C/ arco	2 x Semana	-----
			Canoagem	2 x Semana	-----
Montesinho Vivo	83 PNM 5/2006		Passeios Pedestres	Sextas, sábados, domingos e feriados (Excepto em época de caça)	15 pax
			Passeios BTT	Março a Outubro	15 pax
Infotrilhas	9 PNM 1/2007	52/2004	Passeios TT	6 de Janeiro 11 de Novembro	30 Viaturas TT 10 Viaturas TT

Fonte: ICNB

Anexo 7: População Residente nos Censos de 1981, 1991 e 2001 e sua taxa de variação

Concelho	Freguesia	1981	1991	2001	Variação 1981/2001 %
Bragança	Aveleda	492	335	253	-48,58
	Babe	514	398	277	-46,11
	Baçal	607	449	470	-22,57
	Carregosa	358	321	260	-27,37
	C.Avelãs	39	26	**	**
	Deilão	397	260	219	-44,84
	Donai	379	340	416	9,76
	Espinhosela	550	410	305	-44,55
	França	609	331	275	-54,84
	Gimonde	414	293	386	-6,76
	Gondesende	265	240	226	-14,72
	Meixedo	289	201	188	-34,95
	Parâmio	514	400	281	-45,33
	Quintanilha	414	311	304	-26,57
	Rabal	291	318	196	-32,65
	Rio de Onor	230	153	126	-45,22
	São Julião de Palácios	570	345	283	-50,35
	TOTAL	6932	5131	4465	-35,59
Vinhais	Edral	103	66	**	**
	Fresulfe	189	151	100	-47,09
	Mofreita	136	97	44	-67,65
	Moimenta	293	249	184	-37,20
	Montouto	305	201	165	-45,90
	Pinheiro Novo	281	170	236	-16,01
	Paçó	396	255	127	-67,93
	Quiraz	452	337	225	-50,22
	Santa Cruz	168	103	72	-57,14
	Santalha	506	447	312	-38,34
	Sobreiró de Baixo	208	270	404	94,23
	Soeira	206	148	120	-41,75
	Travanca	186	150	119	-36,02
	Tuizelo	774	594	505	-34,75
	Vilar Seco da Lomba	479	357	292	-39,04
	Vila Verde	344	281	240	-30,23
	Vilar dos Ossos	533	431	344	-35,46
	Vinhais	188	134	**	**
	TOTAL	5747	4441	3489	-39,29

Fonte: INE.

* Dados Provisórios.

**Dado que apenas uma pequena área das freguesias de Edral, Castro de Avelãs e de Vinhais integram a área do PNM, optámos por não colocar os dados relativos à totalidade das freguesias (os únicos disponíveis para 2001 e 2011), dado que iriam inflacionar os totais. Na variação entre 1960/2001 foram utilizados os valores da variação 1960/1996 para estas três freguesias.

Anexo 8: Evolução da População residente do PNM e taxas de variação.

Concelho	Freguesia	1960	1970	1981	1991	1996	2001	2011*	Tx Variação 1960/2001	Tx Variação 1960/2011
Bragança	Aveleda	679	604	492	335	254	253	198	-62,74	-70,84
	Babe	656	594	514	398	294	277	238	-57,77	-63,72
	Baçal	721	652	607	449	428	470	485	-34,81	-32,73
	Carregosa	613	512	358	321	258	260	190	-57,59	-69,00
	C.Avelãs	62	46	39	26	39	**	**	-37,1	
	Deilão	629	504	397	260	231	219	168	-65,18	-73,29
	Donai	526	482	379	340	341	416	446	-20,91	-15,21
	Espinhosela	819	617	550	410	291	305	244	-62,76	-70,21
	França	834	848	609	331	323	275	239	-67,03	-71,34
	Gimonde	437	374	414	293	362	386	337	-11,67	-22,88
	Gondesende	394	349	265	240	221	226	194	-42,64	-50,76
	Meixedo	356	297	289	201	186	188	163	-47,19	-54,21
	Parâmio	752	451	514	400	350	281	214	-62,63	-71,54
	Quintanilha	631	506	414	311	263	304	216	-51,82	-65,77
	Rabal	466	355	291	318	212	196	171	-57,94	-63,30
	Rio de Onor	381	247	230	153	174	126	76	-66,93	-80,05
	São Julião de Palácios	643	537	570	345	252	283	231	-55,99	-64,07
	TOTAL	9599	7975	6932	5131	4479	4465	3810	-53,48	-60,31
Vinhais	Edral	220	114	103	66	94	**	**	-70	
	Fresulfe	390	231	189	151	116	100	83	-74,36	-78,72
	Mofreita	305	154	136	97	80	44	52	-85,57	-82,95
	Moimenta	641	383	293	249	165	184	168	-71,29	-73,79
	Montouto	587	452	305	201	185	165	110	-71,89	-81,26
	Pinheiro Novo	564	340	281	170	146	236	106	-58,16	-81,21
	Paçó	566	416	396	255	265	127	193	-77,56	-65,90
	Quiraz	993	580	452	337	259	225	182	-77,34	-81,67
	Santa Cruz	324	194	168	103	82	72	57	-77,78	-82,41
	Santalha	973	571	506	447	336	312	254	-67,93	-73,90
	Sobreiró de Baixo	342	278	208	270	232	404	313	18,13	-8,48
	Soeira	418	285	206	148	135	120	87	-71,29	-79,19
	Travanca	303	161	186	150	124	119	114	-60,73	-62,38
	Tuizelo	1265	915	774	594	531	505	393	-60,08	-68,93
	Vilar Seco da Lomba	810	587	479	357	310	292	237	-63,95	-70,74
	Vila Verde	609	662	344	281	253	240	183	-60,59	-69,95
	Vilar dos Ossos	901	608	533	431	395	344	269	-61,82	-70,14
	Vinhais	592	368	188	134	116	**	**	-77,36	
	TOTAL	10803	7299	5747	4441	3824	3489	2801	-67,70	-74,07

Fonte: INE

*Dados Provisórios

	Dados referentes apenas aos núcleos inseridos no PNM
--	--

Anexo 9: População residente em momentos censitários

	Dados totais		
	1991	2001	2011*
C.Avelãs	428	483	460
Edral	314	265	198
Vinhais	2172	2382	2.336

Fonte: INE

Anexo 10: Evolução da população do PNM, por concelho.

1960	1970	1981	1991	1996	2001	2011	Bragança
9599	7975	6932	5131	4479	4465	3810	
1960	1970	1981	1991	1996	2001	2011	Vinhais
10803	7299	5747	4464	3824	3489	2801	

Fonte: INE

Anexo 11: População residente no PNM por sector de actividade

Concelho	Censos 1991				Censos 2001		
	Freguesias PNM	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
BRAGANÇA	Aveleda	46	10	9	10	27	27
	Babe	74	7	12	14	9	16
	Baçal	130	23	54	37	26	87
	Carragosa	105	8	11	15	10	21
	Castro de Avelãs	49	26	72	30	30	119
	Deilão	91	1	6	20	13	13
	Donai	32	20	45	41	30	84
	Espinhosela	63	11	35	24	16	43
	França	28	22	15	40	31	27
	Gimonde	47	11	52	13	39	84
	Gondosende	94	16	19	13	19	36
	Meixedo	15	9	13	9	16	41
	Parâmio	83	18	40	20	10	13
	Quintanilha	43	6	29	19	15	48
	Rabal	54	9	31	4	11	30
	Rio de Onor	18	4	11	6	5	8
	S. Julião de Palácios	54	2	7	21	15	13
	TOTAL	1026	203	461	336	322	710

VINHAIS	Edral	67	5	49	8	23	10
	Fresulfe	34	1	0	7	4	4
	Mofreita	5	8	7	1	1	2
	Moimenta	44	5	14	16	6	14
	Montouto	44	0	5	29	4	6
	Pinheiro Novo	58	0	4	32	1	4
	Paçó	52	1	44	6	8	14
	Quiraz	118	15	9	28	7	8
	Santa Cruz	22	0	11	3	3	3
	Santalha	116	7	28	27	15	15
	Sobreiró de Baixo	68	19	25	9	32	57
	Soeira	35	1	3	19	5	8
	Travanca	51	2	3	22	4	8
	Tuizelo	147	4	29	132	14	44
	Vilar Seco da Lomba	67	2	21	16	6	10
	Vila Verde	30	5	30	15	11	27
	Vilar dos Ossos	53	17	24	23	30	39
	Vinhais	78	86	522	55	134	695
	TOTAL	1089	178	828	755	521	1299

Fonte: INE e Rodriguez Caballero



Grande proximidade da freguesia às áreas urbanas e inclui a totalidade da freguesia e não só apenas a área que integra o PNM



A freguesia de Vinhais compreende a sua vila, centro da actividade terciária.

Anexo 12: Totais de População residente no PNM por sector de actividade

Censos 1991				Censos 2001		
PNM	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
TOTAIS	2115	381	1289	1091	843	2009

Fonte: INE

Anexo 13: População residente no PNM por grupo etário

População Residente		1991				2001			
Concelho	Freguesias	Grupos Etários				Grupos Etários			
		0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
BRAGANÇA	Aveleda	53	36	160	86	17	31	126	79
	Babe	55	88	178	77	27	25	129	96
	Baçal	90	58	254	101	53	70	239	108
	Carragosa	56	49	141	75	32	45	103	80
	Castro de Avelãs	70	72	217	69	47	71	270	95
	Deilão	26	35	139	60	18	15	109	77
	Donai	57	44	187	89	53	57	199	107
	Espinhosela	64	51	184	111	30	23	134	117
	França	51	30	162	88	25	22	126	102
	Gimonde	78	39	161	65	41	74	194	77
	Gondosende	40	40	109	53	25	28	111	62
	Meixedo	26	22	98	55	28	14	95	51
	Parâmio	53	68	163	116	29	15	126	111
	Quintanilha	44	36	148	100	25	30	136	113
	Rabal	60	48	143	67	18	17	98	63
	Rio de Onor	9	20	79	45	2	8	60	56
	S. Julião de Palácios	58	32	170	85	19	29	133	102
	TOTAL	890	768	2693	1342	489	574	2388	1496
VINHAIS	Edral	64	28	149	73	33	25	130	77
	Fresulfe	17	17	59	58	5	13	39	43
	Mofreita	10	16	48	23	1	3	18	22
	Moimenta	44	26	109	70	18	25	77	64
	Montouto	21	26	102	52	14	9	71	71
	Pinheiro Novo	25	13	81	51	15	11	56	45
	Paçó	40	32	100	83	29	25	97	85
	Quirás	30	30	177	100	8	15	98	104
	Santa Cruz	16	9	43	35	7	8	31	26
	Santalha	72	65	206	104	22	29	145	116
	Sobreiró de Baixo	96	80	183	87	58	68	195	83
	Soeira	21	21	56	50	7	11	58	44
	Travanca	23	27	66	34	16	11	62	30
	Tuizelo	91	79	304	143	37	48	253	167
	Vilar Seco da Lomba	57	35	180	85	25	22	136	109
	Vila Verde	51	36	129	65	17	34	110	79
	Vilar dos Ossos	79	65	197	90	44	36	173	91
	Vinhais	441	318	1094	319	293	361	1255	473
	TOTAL	1198	923	3283	1522	649	754	3004	1729

Fonte: INE

Anexo 14: Guião da Entrevista ao PNM



universidade de aveiro

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território
Orientador: Professor Doutor Carlos José De Oliveira E Silva Rodrigues
Aluna: Regina Alves da Silva Afonso

MESTRADO EM PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO

Tema: Áreas Protegidas e o Desenvolvimento Local: o Caso do Parque Natural de Montesinho (PNM)

Guião para entrevista a representante do PNM

Data ____/____/____

- 1- Ao fim de 30 anos de existência do PNM, qual é o balanço?
- 2- Quais são os aspectos mais relevantes da presença do PNM nesta região.
- 3- Quais os objectivos que ainda não foram atingidos pelo PNM?
- 4- Qual é a relação entre o PNM, as autarquias e as populações?
- 5- Relativamente ao Turismo, quais são os grandes projectos e acções a desenvolver pelo PNM?
- 6- Considera compatível o desenvolvimento local/rural e a promoção da inovação com as premissas de uma área protegida? Em que medida?
- 7- Como tem sido aplicado o Plano de Ordenamento do Parque? Quais têm sido as reacções?

Obrigada pela colaboração.

Anexo 15: Guião da Entrevista às Câmaras Municipais de Bragança e Vinhais



universidade de aveiro

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território
Orientador: Professor Doutor Carlos José De Oliveira E Silva Rodrigues
Aluna: Regina Alves da Silva Afonso

MESTRADO EM PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO

Tema: Áreas Protegidas e o Desenvolvimento Local: o Caso do Parque Natural de Montesinho (PNM)

Guião para entrevista a representantes das Câmara Municipal Vinhais e Bragança

Data ____/____/____

- 1- O que trouxe de positivo para a população residente e para o município a implementação de uma Área Protegida nesta região?
- 2- A conservação da natureza é compatível com a presença humana nos moldes que o PNM protagoniza?
- 3- Como vê a relação do PNM e a promoção do desenvolvimento local e rural?
- 4- Acha que o turismo de natureza que o PNM propõe é uma mais valia para o concelho?
- 5- Qual o impacto do Plano de Ordenamento do PNM e o seu regulamento nas freguesias abrangidas deste município?

Obrigada pela colaboração.

Anexo 16: Guião da Entrevista a Associações sediadas no PNM



universidade de aveiro

***Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território
Orientador: Professor Doutor Carlos José De Oliveira E Silva Rodrigues
Aluna: Regina Alves da Silva Afonso***

MESTRADO EM PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO

Tema: Áreas Protegidas e o Desenvolvimento Local: o Caso do Parque Natural de Montesinho (PNM)

Guião para entrevista a representantes de diferentes associações integradas no PNM

Associação _____

Data ____/____/____

- 1- O impacte da presença do PNM na região é positivo ou negativo? Porquê?
- 2- Como vê a relação do PNM e o desenvolvimento local e rural?
- 3- Acha que a associação poderá beneficiar da presença do PNM? Em que medida?
- 4- Qual o impacte do Plano de Ordenamento do PNM e o seu regulamento na actividade desta associação?

Obrigada pela colaboração.

Anexo 17: Guião da Entrevista aos Presidentes de Junta de Freguesia



universidade de aveiro

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território
Orientador: Professor Doutor Carlos José De Oliveira E Silva Rodrigues
Aluna: Regina Alves da Silva Afonso

MESTRADO EM PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO

Tema: Áreas Protegidas e o Desenvolvimento Local: o Caso do Parque Natural de Montesinho (PNM)

Guião para entrevista a presidentes de Juntas de Freguesia

Freguesia _____
Data ____/____/____

- 1- Como autarca, o que considera positivo para a população residente da freguesia a implementação de uma Área Protegida nesta região?
- 2- A conservação da natureza é compatível com a presença humana nos moldes que o PNM protagoniza?
- 3- Considera que a integração desta freguesia no PNM permite uma abertura ao desenvolvimento local e rural?
- 4- Acha que a sua freguesia ganha ou poderá ganhar com o turismo de natureza que o PNM propõe?
- 5- Qual o impacto do Plano de Ordenamento do PNM e o seu regulamento nesta freguesia?

Obrigada pela colaboração.